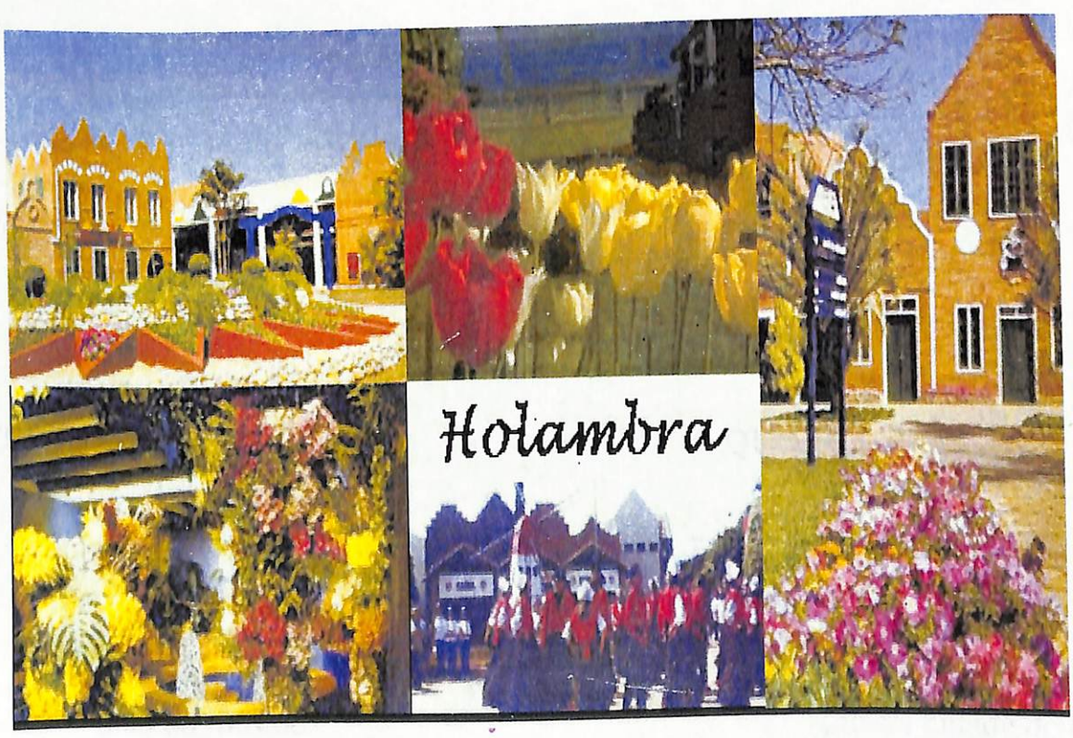
XEROX DE LEIS

ORDINÁRIAS

2013



Continuação da Lei n.º 794/2013.

TERMO DE COOPERAÇÃO

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n° 9.295 de 27.05.46, CNPJ MF n° 63.002.141/0001-63, com sede na Rua Rosa e Silva, 60, Higienópolis, São Paulo, SP, CEP 01230-909, neste ato representado por seu Presidente, o contador **LUIZ FERNANDO NÓBREGA**, portador da Cédula de Identidade RG n° 21.887.638-5 - SP e do CPF/MF n.º200.112.308-60, doravante denominado simplesmente **CRC SP** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA,** CNPJ MF n° 67.172.437/0001-83, com sede a Alameda Mauricio de Nassau n.º 444 – Centro, neste ato representado por seu **Prefeito, Sr. FERNANDO FIORI DE GODOY** doravante simplesmente denominada PREFEITURA, celebram este convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I - Do objeto

Constitui objeto deste instrumento de Termo de Cooperação, a obrigatoriedade de exigir que todo documento relativo a abertura, alteração ou encerramento de empresas e a organização e execução de serviços de contabilidade em geral encaminhados a **PREFEITURA,** envolvendo a atuação de profissional da contabilidade, seja procedido de consulta prévia *"on-line"*ou através de Certidão de Regularidade Profissional concedida pelo CRC SP.

Cláusula II - Da motivação

A **PREFEITURA,** através deste Termo de Cooperação, terá a segurança de que todos os documentos que envolvam a atuação do profissional da contabilidade serão convalidados por profissionais legalmente habilitados, nos termos do Decreto-Lei 9.295/46.

Cláusula III - Da vigência e da rescisão

Este convênio terá vigência no período de ___/___/____ a ___/___/____, podendo esse prazo ser prorrogado, até o limite de sessenta meses, desde que observados por seus signatários os critérios legais e de conveniência.

§1° As partes caso pretendam prorrogar o presente Termo, deverão formalizar a intenção no prazo de 30 (trinta) dias que antecede o vencimento deste instrumento, através de comunicação expressa e por decisão motivada do Executivo Municipal.

§2° As partes poderão denunciar ou rescindir unilateralmente o presente Termo de Convênio, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

LEI N.º 794

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio entre o Município da Estância Turística de Holambra – SP e o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC-SP".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Município da Estância Turística de Holambra, através do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo ou Convênio e Termos Aditivos para sua alteração, adequação ou prorrogação com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC-SP, com endereço e sede na Rua Rosa e Silva, n.º 60, Higienópolis, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 63.002.141/0001-63, com objetivo de implantar por meio "*on-line*" consulta prévia em relação à respectiva habilitação profissional envolvendo a atuação de contabilista.

Parágrafo Único - As obrigações de ambas as partes estão contidas no instrumento de convênio, cuja minuta é parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O Executivo Municipal deverá encaminhar cópia do Convênio ou Termo Aditivo assinado para a Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento dos mesmos, pelo Município.

Art. 3º Poderá o Prefeito, a seu exclusivo critério, se o entender necessário, editar Decreto regulamento a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Agosto de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 040/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 041/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 794/2013.

E por estarem de pleno acordo com o aqui estabelecido, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para uma só finalidade, na presença de testemunhas abaixo citadas e que também o assinam.

Holambra, (data).

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO NÓBREGA
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

Testemunhas

_____ _____

Continuação da Lei n.º 794/2013.

Cláusula IV - Das obrigações das partes

A Prefeitura Municipal se obriga:

I - **Exigir a CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL** para validação dos documentos relativos à abertura, alteração ou encerramento de empresa e a organização de serviços de contabilidade em geral que transitarem em suas dependências e que envolverem a atuação de um profissional da contabilidade. Entretanto, quando a PREFEITURA se utilizar de sistemas informatizados que solicite a inserção do número de registro do profissional, a verificação da situação cadastral do profissional da contabilidade será "on-line", através de tecnologia compatível com a do **CRC-SP**, de forma que essa consulta seja registrada no banco de dados do **CRC-SP**.

O CRC-SP se obriga a:

I – Manter e disponibilizar acesso à PREFEITURA do cadastro de dados "on-line", com tecnologia compatível para a verificação da situação cadastral do profissional da contabilidade, de forma que essa consulta seja registrada no banco de dados do **CRC-SP.**

Parágrafo único. As irregularidades cadastrais encontradas na utilização efetiva do Termo de Convênio não impedirão o andamento dos trabalhos entre a **PREFEITURA** e o profissional da contabilidade, salvo se estas irregularidades forem de falsidade ideológica e profissional com seus registros suspensos por penalidade ou cancelados.

Cláusula V - Dos recursos financeiros

O presente convênio é celebrado a título não oneroso e, portanto, não haverá, em hipótese alguma, qualquer repasse de recursos de uma conveniente à outra.

Cláusula VI - Das disposições gerais

As partes definirão em comum acordo os espaços para divulgação do presente instrumento de Termo de Cooperação.

Os casos omissos serão solucionados por intermédio de entendimentos das partes, ouvidas, necessariamente, as áreas técnicas do **CRC-SP** e da **PREFEITURA**.

As partes elegem o foro da Vara Distrital Digital de Artur Nogueira – Comarca de Mogi Mirim - SP para dirimir eventuais questões oriundas deste Termo de Convênio, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Continuação da Lei n.º 794/2013.

TERMO DE COOPERAÇÃO

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n° 9.295 de 27.05.46, CNPJ MF n° 63.002.141/0001-63, com sede na Rua Rosa e Silva, 60, Higienópolis, São Paulo, SP, CEP 01230-909, neste ato representado por seu Presidente, o contador **LUIZ FERNANDO NÓBREGA**, portador da Cédula de Identidade RG n° 21.887.638-5 - SP e do CPF/MF n.º200.112.308-60, doravante denominado simplesmente **CRC SP** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA,** CNPJ MF n° 67.172.437/0001-83, com sede a Alameda Mauricio de Nassau n.º 444 – Centro, neste ato representado por seu **Prefeito, Sr. FERNANDO FIORI DE GODOY** doravante simplesmente denominada PREFEITURA, celebram este convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I - Do objeto

Constitui objeto deste instrumento de Termo de Cooperação, a obrigatoriedade de exigir que todo documento relativo a abertura, alteração ou encerramento de empresas e a organização e execução de serviços de contabilidade em geral encaminhados a **PREFEITURA,** envolvendo a atuação de profissional da contabilidade, seja procedido de consulta prévia *"on-line"*ou através de Certidão de Regularidade Profissional concedida pelo CRC SP.

Cláusula II - Da motivação

A **PREFEITURA,** através deste Termo de Cooperação, terá a segurança de que todos os documentos que envolvam a atuação do profissional da contabilidade serão convalidados por profissionais legalmente habilitados, nos termos do Decreto-Lei 9.295/46.

Cláusula III - Da vigência e da rescisão

Este convênio terá vigência no período de ___/___/____ a ___/___/____, podendo esse prazo ser prorrogado, até o limite de sessenta meses, desde que observados por seus signatários os critérios legais e de conveniência.

§1° As partes caso pretendam prorrogar o presente Termo, deverão formalizar a intenção no prazo de 30 (trinta) dias que antecede o vencimento deste instrumento, através de comunicação expressa e por decisão motivada do Executivo Municipal.

§2° As partes poderão denunciar ou rescindir unilateralmente o presente Termo de Convênio, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

LEI N.º 794

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio entre o Município da Estância Turística de Holambra – SP e o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC-SP".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Município da Estância Turística de Holambra, através do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo ou Convênio e Termos Aditivos para sua alteração, adequação ou prorrogação com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC-SP, com endereço e sede na Rua Rosa e Silva, n.º 60, Higienópolis, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 63.002.141/0001-63, com objetivo de implantar por meio *"on-line"* consulta prévia em relação à respectiva habilitação profissional envolvendo a atuação de contabilista.

Parágrafo Único - As obrigações de ambas as partes estão contidas no instrumento de convênio, cuja minuta é parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O Executivo Municipal deverá encaminhar cópia do Convênio ou Termo Aditivo assinado para a Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento dos mesmos, pelo Município.

Art. 3º Poderá o Prefeito, a seu exclusivo critério, se o entender necessário, editar Decreto regulamento a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Agosto de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 040/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 041/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 795

"INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO VOLUNTARIADO NA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA"

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º- Fica instituído no Município da Estância Turística de Holambra, o **"Dia Municipal do Voluntariado"**, a ser comemorado, anualmente, no dia **28 de agosto.**

Artigo 2º - A data a que se refere o artigo anterior poderá fazer parte do calendário de eventos do município.

Artigo 3º - O Poder Público Municipal poderá promover a divulgação do **"Dia Municipal do Voluntariado"**, realizando palestras, debates, exposições, exibições culturais e artísticas, além de outros eventos que tenham por objetivo ressaltar a importância deste trabalho.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Setembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 044/2013: Senhor Vereador SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 042/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 796

"INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO COOPERATIVISMO NA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA"

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º- Fica instituído no Município da Estância Turística de Holambra, o **"Dia Municipal do Cooperativismo"**, a ser comemorado, anualmente, no primeiro sábado do mês de julho.

Artigo 2º - A data a que se refere o artigo anterior poderá fazer parte do calendário de eventos do município.

Artigo 3º - O Poder Público Municipal poderá promover a divulgação do **"Dia Municipal do Cooperativismo"**, realizando palestras, debates, exposições, exibições culturais e artísticas, além de outros eventos que tenham por objetivo ressaltar a importância desta data.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Setembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 045/2013: Senhor Vereador SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 043/2013.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 797/2013.

ANEXO I

Plano de Trabalho para Referenciamento de Gestantes para a Maternidade do Hospital Municipal Walter Ferrari de Jaguariúna.

- Serão encaminhadas as gestantes do município de Holambra, para realização de parto normal ou cesárea, na Maternidade do Hospital Municipal Walter Ferrari de Jaguariúna, através da central de regulação regional do SUS;
- As gestantes serão encaminhadas através do sistema de saúde de Holambra com suporte de suas ambulâncias e equipes de enfermagem e/ou médico, quando necessário e à critério médico;
- As gestantes encaminhadas realizarão previamente o pré-natal na rede de atenção básica do município de Holambra, seguindo o protocolo do Ministério de Saúde, com a realização de exames, consultas e interconsultas, definidos neste protocolo, os quais deverão ser apresentados junto com o encaminhamento;
- As gestantes de alto risco, serão encaminhadas por Holambra para referência de Alta Complexidade, através da central de regulação do SUS;
- Será de responsabilidade do Hospital de Jaguariúna, todo o seguimento dos procedimentos até a alta da mãe e recém nascido, ou encaminhamento dos mesmos para referência de alta complexidade, quando necessário;
- A quantidade estimada de partos ao mês é de até 15 (quinze);
- O município de Holambra repassará o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) fixo/mês, sendo o mesmo valor, para partos normais ou cesáreas;
- As equipes técnicas da maternidade e município de Holambra, manterão reuniões periódicas para avaliar os protocolos e fluxos de encaminhamentos.

Continuação da Lei n.º 797/2013.

HOLAMBRA e JAGUARIUNA providenciarão, às suas expensas, publicação, nos Diários Oficiais dos respectivos Municípios, do extrato do presente Convênio, no prazo de 15 (quinze) dias de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MODIFICAÇÃO

Este Convênio poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os convenentes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito, por um dos partícipes, em tempo hábil para tramitação e celebração do respectivo Termo Aditivo, dentro do prazo de validade deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Os Partícipes elegem o Foro Distrital da cidade de Artur Nogueira - SP, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, assim, por estarem plenamente de acordo, obrigam-se os partícipes ao total cumprimento dos termos do presente Instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos convenentes e duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Local,..... de ..... de 2013.

HOLAMBRA **JAGUARIÚNA**

TESTEMUNHAS

_____

_____

Continuação da Lei n.º 797/2013.

§3º JAGUARIÚNA fica dispensada de juntar à sua Prestação de Contas Final, os documentos relativos às parcelas que já tenham sido objeto de Prestação de Contas Parcial, salvo solicitação de HOLAMBRA.

§4º A omissão na apresentação da Prestação de Contas ou a sua não aprovação por HOLAMBRA implicará na devolução dos recursos liberados, sem prejuízos das sanções administrativas e judiciais.

§5º HOLAMBRA poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUDITORIA

Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser denunciado por quaisquer dos partícipes, no todo ou em parte, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos partícipes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, garantindo-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, JAGUARIÚNA, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência, sob pena de imediata denúncia do responsável, é obrigado(a) a recolher à **conta** de HOLAMBRA conforme estipulado na CLÁUSULA SEGUNDA (Das Obrigações e Competências), o que se segue:

a) o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data de assinatura do Convênio;
b) o valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
   1. quando não for executado o objeto da avença;
   2. quando não for(em) apresentada(s), no prazo exigido, a(s) prestação(ões) de conta(s), salvo autorização excepcional, justificada e expressa de HOLAMBRA para postergação da data da prestação de contas.
   3. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;
d) o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou, ainda, que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Continuação da Lei n.º 797/2013.

b) aplicar os recursos recebidos para execução do objeto pactuado, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, de acordo com o objeto deste Convênio;
c) notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município de Jaguariúna, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento dos recursos financeiros;
d) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pela HOLAMBRA;
e) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
f) responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas à contratação de pessoal para a consecução do objeto deste Convênio, bem como, por quaisquer ônus tributário ou extraordinário que venham incidir sobre o presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
g) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação de HOLAMBRA, em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, ficando vedado aos Partícipes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar ou supor promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
h) possibilitar, efetivamente, a supervisão e fiscalização pela HOLAMBRA, permitindo-lhe efetuar acompanhamento "in loco" e fornecer, sempre que solicitados, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa às despesas realizadas;
i) permitir o livre acesso de funcionários do Sistema de Controle Interno ao qual estejam subordinados, mediante prévio agendamento, a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e/ou auditoria;
k) por ocasião do encerramento do prazo estipulado, no *caput* da Cláusula Terceira (Da Vigência), para a conclusão do objeto pactuado, ou no caso de denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio, solicitar à HOLAMBRA, formal e tempestivamente, o número da **conta**, para restituição nos termos da Cláusula Décima Segunda (Da Restituição de Recursos);
l) apresentar a Prestação de Contas Parcial referente à primeira parcela dos recursos liberados, antes da transferência da terceira parcela e assim sucessivamente, conforme previsto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quarta (Do Valor e Da Liberação dos Recursos), composta da documentação especificada no Parágrafo Primeiro da Cláusula Nona (Da Prestação de Contas).
m) prestar contas final deste Convênio no prazo estabelecido no Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira (Da Vigência) e na forma prevista na Cláusula Nona (Da Prestação de Contas) deste Instrumento;
n) manter os recursos financeiros a serem aplicados na execução do presente convênio livres de quaisquer restrições decorrentes de pendências fiscais ou trabalhistas sob pena de rescisão imediata, independentemente de prévio aviso ou notificação, ficando responsabilizando-se JAGUARIÚNA à imediata recomposição dos saldos em caso de eventual constrição, de qualquer ordem, na conta vinculado do convênio no montante constrito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de doze meses, a partir da data de sua assinatura, para a consecução do seu objeto.

§1º A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, por iniciativa de HOLAMBRA formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência, prevista para a execução de seu objeto e, mediante prévia e expressa aceitação de JAGUARIUNA.

Continuação da Lei n.º 797/2013.

TERMO DE CONVÊNIO PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL /Nº 001/2013.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E O MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA, PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL NA ÁREA DE SAÚDE NO ATENDIMENTO HOSPITALAR.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TIRÍSTICA DE HOLAMBRA, (qualificar), doravante denominado **HOLAMBRA** e **MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA** (qualificar) doravante denominado simplesmente **JAGUARIÚNA, RESOLVEM** celebrar, nos termos do, art. 23, p. único da Constituição Federal, o presente **TERMO DE CONVÊNIO PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto, procedimentos de média complexidade e internações, com ênfase ao atendimento à população de baixa renda, especialmente os procedimentos hospitalares relacionados no ANEXO I – PLANO DE TRABALHO / PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCERIOS / CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / METAS A SEREM ATINGIDAS, do presente convênio.

Os serviços serão prestados no Hospital Municipal "WALTER FERRARI", localizada na Rua Amazonas, nº 08, Jd. Dom Bosco, Jaguariúna – SP.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS

I - São obrigações de **HOLAMBRA**:

a) transferir para JAGUARIUNA os recursos financeiros, na forma do desembolso, estabelecido no presente Convênio, independentemente de atendimento do teto de 15 partos mês.
b) providenciar junto à Diretoria Regional de Saúde o referenciamento do "Hospital Municipal Walter Ferrari" com a devida alocação das AIH's (Autorização de Internação Hospitalar) do Sistema Único de Saúde – SUS, correspondentes aos serviços aqui pactuados.
c) prorrogar *de ofício* a vigência deste Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos externos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que haja plena condição para execução do objeto;
d) notificar as Câmaras Municipais de Jaguariúna e Holambra, quando da liberação dos recursos financeiros, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da liberação;
e) analisar a(s) Prestação(ões) de Contas Parcial(is) e Final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio;
f) realizar, por meio de sua Área Técnica, o acompanhamento da execução dos recursos transferidos para consecução do objeto deste Convênio;
g) Cumprir fielmente os prazos prescritos no plano de aplicação de recursos / cronograma de desembolso, sob pena de, verificado atrasos superiores a 15 (quinze) dias, serem suspensos o objeto do presente convênio e seus termos, até sua efetiva regularização.

II - São obrigações de **JAGUARIÚNA:**

a) executar, conforme o Plano de Trabalho – Anexo I, os serviços estabelecidos no presente Convênio, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência e eficácia na sua consecução;

Continuação da Lei n.º 797/2013.

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS / CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Mês/ano	N.º Partos	Vlr. desembolso (R$)	Data desembolso será a partir da assinatura
10/2013	15	15.000,00	10/2013
11/2013	15	15.000,00	11/2013
12/2013	15	15.000,00	12/2013
01/2014	15	15.000,00	01/2014
02/2014	15	15.000,00	02/2014
03/2014	15	15.000,00	03/2014
04/2014	15	15.000,00	04/2014
05/2014	15	15.000,00	05/2014
06/2014	15	15.000,00	06/2014
07/2014	15	15.000,00	07/2014
08/2014	15	15.000,00	08/2014
09/2014	15	15.000,00	09/2014
TOTAL		**180.000,00**	

METAS A SEREM ATINGIDAS

Atendimento de 100% (cem por cento) dos procedimentos de partos normais ou cesáreas do Município de Holambra, excetuados os casos de alto risco, num total estimado de até 180 (cento e oitenta) partos no período de outubro/2013 a setembro/2014

Continuação da Lei n.º 797/2013.

§2º JAGUARIÚNA terá até 60 (sessenta) dias para apresentar a Prestação de Contas Final, a contar do término da vigência estabelecida no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Para execução do objeto deste Convênio, serão destinados recursos, na forma e condições:

§1º - Previstos no ANEXO I – PLANO DE TRABALHO / PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCERIOS / CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO / METAS A SEREM ATINGIDAS.

§2º A transferência dos recursos será realizada, de acordo com a programação orçamentária e financeira de HOLAMBRA, prevista no Anexo I, e em conformidade com estabelecido no presente Convênio, a crédito de conta específica aberta no Banco .....(nome do Banco), agência .....(código da agência), conta nº (.....) OBS. CONTA ESPECÍFICA EM BANCO OFICIAL, vinculada ao presente convênio.

§3º A liberação de terceira parcela dos recursos fica condicionada à apresentação da prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente.

§4º Os recursos transferidos por HOLAMBRA não poderão ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento ou para pagamento de despesas relativas ao período anterior ou posterior à vigência deste Convênio.

§5º Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos da dívida pública, quando a utilização se verificar em prazos menores que um mês.

I - As receitas financeiras auferidas na forma deste item serão, obrigatoriamente, computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico, que integrará a prestação de contas final, não podendo ser consideradas como contrapartida.

II - Eventuais saldos verificados no encerramento da execução da vigência deste Instrumento, após conciliação bancária, deverão ser restituídos a HOLAMBRA.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

§1º O valor do presente convênio é fixado em R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

§2º As despesas com a execução deste Convênio correrão à conta de recursos comprovadamente, alocada no orçamento de HOLAMBRA observada a Classificação Orçamentária abaixo especificada:

I - Programa de Trabalho: (programa 1)
Natureza da Despesa: (natureza 1)

CLÁUSULA SEXTA – DA GLOSA DAS DESPESAS

É vedada a utilização dos recursos repassados por HOLAMBRA em finalidade diversa da estabelecida no presente Convênio, bem como, no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência avençado, ainda que em caráter de emergência.

Continuação da Lei n.º 797/2013.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal n.º 790/2013.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de Outubro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 053/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 045/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 797

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar Convênio com o Município de Jaguariúna, para Cooperação Técnica e Operacional na área da Saúde no atendimento Hospitalar e dá outras providências".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio e Termos Aditivos com o Município de Jaguariúna, para Cooperação Técnica e Operacional na área da Saúde no atendimento Hospitalar.

Art. 2º A autorização disposta no artigo anterior, contempla a realização de Convênio entre as partes, visando à garantia por parte da entidade conveniada ao atendimento de parturientes.

Art. 3º As ações e serviços de saúde a serem realizados e suas condições o Plano de Aplicação dos Recursos, Cronograma de Desembolso e Metas a serem atingidas, são aqueles previstos no Plano de Trabalho, Anexo I, do Termo de Convênio objeto da presente Lei.

Art. 4º As obrigações de ambas as partes estão contidas no instrumento de convênio, cuja minuta é parte integrante da presente Lei.

Art. 5º O Executivo Municipal deverá encaminhar cópia do Convênio ou Termo Aditivo assinado para a Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento dos mesmos, pelo Município.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, prevista nas respectivas leis orçamentárias vinculadas na seguinte dotação orçamentária:

10 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.301 Atenção Básica 10.301.0034 Assistência Médica e Odontológica Especializada 10.301. Manutenção das Ações de Saúde Pública - ASPS 3.3.50.43.00.00.00 - Subvenções Sociais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 806

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS DISPONIBILIZAREM SANITÁRIOS, BEBEDOURO E ASSENTOS EM SUAS DEPENDÊNCIAS PARA SEUS CLIENTES OU USUÁRIOS, CONFORME ESPECIFICA."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º- Ficam os estabelecimentos financeiros do Município da Estância Turística de Holambra, obrigados a disponibilizarem sanitários, bebedouro e assentos em suas dependências para seus clientes ou usuários, de acordo com as especificações desta lei.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, subagências e seções.

Art. 2º- Os estabelecimentos financeiros deverão dispor de, no mínimo, 02 (dois) sanitários destinados ao uso público, separados por sexo, com as respectivas placas indicativas para facilitar a visualização, e, ainda, adaptados para o uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

§1º - Ficam isentos do cumprimento do disposto no caput, todos os estabelecimentos financeiros já em funcionamento na data de promulgação desta lei.

§2º - Os novos estabelecimentos, ou quando for necessário uma nova autorização para funcionamento, em decorrência de mudança ou alterações do local, haverá, obrigatoriamente, a necessidade de adaptação ao disposto no caput."

Art. 3º - Os estabelecimentos financeiros deverão dispor de bebedouros, com água potável, instalados em locais de fácil acesso e também adaptados para o uso dos clientes com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 4º- Os estabelecimentos financeiros ficam obrigados a instalar assentos, em número suficiente, para a acomodação dos clientes ou usuários que aguardam na fila para serem atendidos.

Art. 5º- A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 057/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 056/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 805

"DISPÕE SOBRE O DIREITO DO PACIENTE TER UM ACOMPANHANTE EM CONSULTAS MÉDICAS REALIZADAS NA REDE PÚBLICA OU PRIVADA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º- Toda pessoa atendida em consulta médica pela rede municipal de saúde, por convênios ou particular, dentro do Município da Estância Turística de Holambra, tem o direito de ser acompanhada por uma pessoa de sua livre escolha.

§ 1º - O direito à acompanhante em consultas médicas tem vigência em postos de saúde, pronto- socorros, unidades ambulatoriais, hospitais públicos ou privados, clínicas e consultórios médicos localizados no Município da Estância Turística de Holambra.

§ 2º - O acompanhante será, preferencialmente, algum familiar com idade superior a 18 (dezoito) anos.

§ 3º - O acompanhante prestará as informações necessárias ao atendimento, sempre que o paciente estiver impossibilitado de prestá-las.

Art. 2º - É vedado ao acompanhante:

I – impedir, dificultar ou prejudicar a atuação dos profissionais de saúde;

II – acompanhar qualquer outro procedimento que não seja consulta e exames médicos.

Art. 3º - Não será admitido acompanhante nos atendimentos de urgência e emergência, que demonstrem gravidade da situação, a não ser que haja solicitação por parte dos profissionais de saúde.

§ 1º - Define-se por urgência a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de vida, cujo paciente necessita de assistência médica imediata.

§ 2º - Define-se por emergência a constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato.

Continuação da Lei n.º 805/2013.

Art. 4º - Os estabelecimentos abrangidos por esta lei devem afixar cartaz legível, em local de fácil visualização, informando o direito do paciente em ter um acompanhante durante a consulta e exame médico.

Art. 5º - As consultas e exames médicos a que se refere esta Lei deverão ser realizados em cômodo privado e com a respectiva porta fechada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 056/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 055/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 804

Autoriza o Município a receber os lotes n°10 da quadra DD, n° 07 da quadra EE, n° 14 da quadra FF, n° 15 da quadra FF e n° 04 da quadra GG, todos do Condomínio Fazenda Duas Marias, em dação em pagamento de débitos fiscais da Agro Pecuária Duas Marias Ltda. e dá outras providências.

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1° Fica o Município de Holambra autorizado a receber, por dação em pagamento das dívidas ativas relacionados no parágrafo 1° desta lei, os bens imóveis abaixo designados, **avaliados no valor total de R$ 707.719,00 (setecentos e sete mil setecentos e dezenove reais)**, sendo:

I – um lote de terreno designado sob n° 10, da Quadra "DD", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 12,04 metros de frente para a Rua 27; nos fundos, mede 12,02 metros confrontando com a unidade 03; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para a rua, mede 20,80 metros confrontando com a unidade 11; e pelo lado direito, mede 21,30 metros confrontando com a unidade 09; contendo área privativa de 252,60 m², fração ideal de 0,0100%, área comum de 78,2302 m², e área total de 330,8302 m², registrado sob a Matrícula n° 78.218, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020041.0178.010, **avaliado em R$ 142.719,00 (cento e quarenta e dois mil setecentos e dezenove reais)**, de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias Ltda.;

II – um lote de terreno designado sob n° 07, da Quadra "EE", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 29; nos fundos, mede 10,00 metros confrontando com a unidade 10; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para a rua, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 08; e pelo lado direito, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 06; contendo área privativa de 250,00 m², fração ideal de 0,0099%, área comum de 77,4250 m², e área total de 327,4250 m², registrado sob a Matrícula n° 78.228, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020042.0094.010, **avaliado em R$ 141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais)**, de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias Ltda.;

III – um lote de terreno designado sob n° 14, da Quadra "FF", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 29; nos fundos, mede 10,00 metros confrontando com a unidade 03; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para a rua, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 15; e pelo lado direito, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 13; contendo área privativa de 250,00 m², fração ideal de 0,0099%, área comum de 77,4250 m², e área total de 327,4250 m², registrado sob a Matrícula n° 78.251, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020043.0212.010, **avaliado em R$ 141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais)**, de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias Ltda.;

Continuação da Lei n.º 804/2013.

IV – um lote de terreno designado sob n° 15, da Quadra "FF", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 29; nos fundos, mede 10,00 metros confrontando com a unidade 02; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para rua, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 16; e pelo lado direito, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 14; contendo área privativa de 250,00 m², fração ideal de 0,0099%, área comum de 77,4250 m², e área total de 327,4250 m², registrado sob a Matrícula n° 78.252, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020043.0222.010, **avaliado em R$ 141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais)**, de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias Ltda.;

V – um lote de terreno designado sob n° 04, da Quadra "GG", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 31; nos fundos, mede 10,00 metros confrontando com a unidade 13; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para a rua, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 05; e pelo lado direito, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 03; contendo área privativa de 250,00 m², fração ideal de 0,0099%, área comum de 77,4250 m², e área total de 327,4250 m², registrado sob a Matrícula n° 78.257, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020044.0064.010, **avaliado em R$ 141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais)**, de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias Ltda.

§ 1° A dívida ativa da Agro-Pecuária Duas Marias Ltda. junto à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, consistente em parcelas de IPTU vencidas e não pagas até o mês de outubro de 2013, perfazem o total de **R$ 741.721,20 (setecentos e quarenta e um mil e setecentos e vinte e um reais e vinte centavos)**, conforme incluso Relatório de Débitos emitido pelo Setor de Lançadoria, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

§ 2° O valor remanescente da dívida, no importe de R$ 34.002,20 (trinta e quatro mil e dois reais e vinte centavos), será pago pela AgroPecuária Duas Marias Ltda. em 30 (trinta) parcelas, nos termos da Lei n° 199/2008.

Art. 2° As dívidas ativas tratadas nestes autos, constantes do incluso Relatório do Setor de Lançadoria, são objeto dos Processos de Execução Fiscal n° 1000368-80.2013.8.26.0666, n° 0700262-31.2012.8.26.0666, n° 0003116-73.2011.8.26.0666, n° 0001871-61.2010.8.26.0666 e n° 0006257-08.2008.8.26.0666, em trâmite no Foro Distrital de Artur Nogueira; dos Processos de Execução Fiscal n° 0001833-95.2004.8.26.0363, n° 0009137-77.2006.8.26.0363, n° 0010168-35.2006.8.26.0363, n° 0013032-12.2007.8.26.0363 e n° 0006915-05.2007.8.26.0363, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais (SEF) da Comarca de Mogi Mirim/SP, todos em nome da empresa Agro Pecuária Duas Marias Ltda.

§1° As custas, honorários advocatícios, despesas com escritura e registro dos imóveis e demais despesas processuais serão de responsabilidade exclusiva do contribuinte.

§2° Sobre as transmissões previstas na presente lei não incidirá o Imposto de Transmissão de Bens Intervivos – ITBI, por ser adquirente o Município da Estância de Holambra, que é imune ao referido tributo.

Continuação da Lei n.º 804/2013.

Art. 3° O pagamento de honorários advocatícios devidos à Procuradoria Jurídica do Município serão tratados em termo apartado.

Art. 4º Com a lavratura e registro das escrituras e após o pagamento dos honorários advocatícios à Procuradoria Jurídica do Município, será dada total quitação dos débitos do contribuinte e a Procuradoria Jurídica do Município efetuará o pedido de extinção dos processos constantes do artigo 2º desta Lei.

Art. 5º As escrituras de dação dos bens imóveis descritos no artigo 1º deverão ser firmadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de publicação desta Lei, ficando as despesas decorrentes com a lavratura e registro das escrituras a cargo do contribuinte.

Art. 6º O descumprimento do artigo 4º implicará no cancelamento do acordo e na revogação da presente Lei.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º. De novembro de 2013.

Art. 8° Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de novembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 055/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 052/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 804/2013.

MINUTA DE TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E AGRO PECUÁRIA DUAS MARIAS LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, CNPJ nº 67.172.437/0001-83, com sede à Alameda Maurício de Nassau nº 444, Centro, Holambra, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito municipal FERNANDO FIORI DE GODOY, brasileiro, portador do CPF n° 144.337.148-36 e do RG n° 17.664.396-5, doravante denominado **MUNICÍPIO,** e de outro lado, a **AGRO PECUÁRIA DUAS MARIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 46.691.432/0001-97, com endereço na Fazenda Duas Marias, no Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo, neste ato representada por MÁRIO DE BARROS MACEDO, brasileiro, portador do CPF n° 591.081.938-00 e do RG n° 3.085.843-4, doravante denominada **CONTRIBUINTE**; nos termos da Lei n° ____/2013, têm entre si justas e acordadas as condições expressas no presente TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO, que será regido pelas normas e cláusulas referidas a seguir:

CLÁSULA PRIMEIRA – DA DÍVIDA.

O CONTRIBUINTE reconhece e confessa ser devedor do MUNICÍPIO dos valores líquidos, certos e exigíveis de IPTU, vencidos e não pagos até o dia 10 de outubro de 2013, no total de R$ 741.721,20 (setecentos e quarenta e um mil setecentos e vinte e um reais e vinte centavos), conforme incluso Relatório do Setor de Lançadoria, referente aos cadastros 020043016201, 020051032101 e 020043005401, que, devidamente rubricado, passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - As dívidas dos referidos cadastros descritos no incluso Relatório do Setor de Lançadoria, são objetos dos Processos de Execução Fiscal nº 1000368-80.2013.8.26.0666, n° 0700262-31.2012.8.26.0666, n° 0003116-73.2011.8.26.0666, n° 0001871-61.2010.8.26.0666 e n° 0006257-08.2008.8.26.0666, em trâmite no Foro Distrital de Artur Nogueira; e dos Processos de Execução Fiscal n° 0001833-95.2004.8.26.0363, n° 0009137-77.2006.8.26.0363, n° 0010168-35.2006.8.26.0363, n° 0013032-12.2007.8.26.0363 e n° 0006915-05.2007.8.26.0363, em trâmite no Setor de Execuções Fiscais (SEF) da Comarca de Mogi Mirim/SP, todos em nome da CONTRIBUINTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DAÇÃO EM PAGAMENTO.

Por meio deste instrumento, na melhor forma de direito, o MUNICÍPIO recebe, do CONTRIBUINTE, mediante DAÇÃO EM PAGAMENTO, os seguintes imóveis, avaliados em R$ 707.719,00 (setecentos e sete mil setecentos e dezenove reais), conforme Laudo de Avaliação emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do MUNICÍPIO, designada pela Portaria n° 323/2013:

I – um lote de terreno designado sob n° 10, da Quadra "DD", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 12,04 metros de frente para a Rua 27; nos fundos, mede 12,02 metros confrontando com a unidade 03; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para a rua, mede 20,80 metros confrontando com a unidade 11; e pelo lado direito, mede 21,30 metros confrontando com a unidade 09; contendo área privativa de 252,60 m², fração ideal de 0,0100%, área comum de 78,2302 m², e área total de 330,8302 m², registrado sob a Matrícula n° 78.218, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020041.0178.010, avaliado em R$ 142.719,00 (cento e quarenta e dois mil setecentos e dezenove reais), de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias Ltda.;

Continuação da Lei n.º 804/2013.

II – um lote de terreno designado sob n° 07, da Quadra "EE", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 29; nos fundos, mede 10,00 metros confrontando com a unidade 10; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para a rua, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 08; e pelo lado direito, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 06; contendo área privativa de 250,00 m², fração ideal de 0,0099%, área comum de 77,4250 m², e área total de 327,4250 m², registrado sob a Matrícula n° 78.228, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020042.0094.010, avaliado em R$ 141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais), de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias;

III – um lote de terreno designado sob n° 14, da Quadra "FF", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 29; nos fundos, mede 10,00 metros confrontando com a unidade 03; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para a rua, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 15; e pelo lado direito, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 13; contendo área privativa de 250,00 m², fração ideal de 0,0099%, área comum de 77,4250 m², e área total de 327,4250 m², registrado sob a Matrícula n° 78.251, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020043.0212.010, avaliado em R$ 141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais), de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias;

IV – um lote de terreno designado sob n° 15, da Quadra "FF", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 29; nos fundos, mede 10,00 metros confrontando com a unidade 02; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para rua, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 16; e pelo lado direito, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 14; contendo área privativa de 250,00 m², fração ideal de 0,0099%, área comum de 77,4250 m², e área total de 327,4250 m², registrado sob a Matrícula n° 78.252, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020043.0222.010, avaliado em R$ 141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais), de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias;

V – um lote de terreno designado sob n° 04, da Quadra "GG", do "CONDOMÍNIO FAZENDA DUAS MARIAS", situado no município de Holambra, desta comarca, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 31; nos fundos, mede 10,00 metros confrontando com a unidade 13; pelo lado esquerdo, de quem do terreno olha para a rua, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 05; e pelo lado direito, mede 25,00 metros confrontando com a unidade 03; contendo área privativa de 250,00 m², fração ideal de 0,0099%, área comum de 77,4250 m², e área total de 327,4250 m², registrado sob a Matrícula n° 78.257, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, Cadastro Municipal n° 000020044.0064.010, avaliado em R$ 141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais), de propriedade da Agro Pecuária Duas Marias.

PARÁGRAFO 1° - O valor remanescente da dívida, no importe de R$ 34.002,20 (trinta e quatro mil e dois reais e vinte centavos), será pago pelo CONTRIBUINTE em 30 (trinta) parcelas, nos termos da Lei n° 199/2008.

PARÁGRAFO 2° - O CONTRIBUINTE declara que sobre os imóveis objeto do presente instrumento não recaem quaisquer tipos de ônus, reais ou pessoais, e também que não é objeto de qualquer outro tipo de contrato.

Continuação da Lei n.º 804/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LAVRATURA DAS ESCRITURAS.

O CONTRIBUINTE se compromete a lavrar e registrar as escrituras de dação em pagamento dos bens imóveis descritos na Cláusula Segunda, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação da Lei n° ___/2013.

PARÁGRAFO 1° - As partes comprometem-se a assinar todos os documentos e praticar todos os atos necessários para a formalização da transferência da titularidade dos imóveis, incluindo, sem se limitar, às providências para a assinatura da Escritura Pública de Dação em Pagamento e respectivo registro no Cartório de Registro de Imóveis.

PARÁGRAFO 2° - A Escritura Pública de Dação em Pagamento deverá reproduzir os termos e condições constantes do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO INADIMPLEMENTO.

O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento implicará no cancelamento do acordo, conforme previsto na Lei n° ____/2013.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

1) As custas e demais despesas processuais decorrentes dos processos de execução fiscal, bem como os honorários advocatícios devidos à Procuradoria Jurídica do MUNICIPIO, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRIBUINTE.

2) Após a lavratura e registro das escrituras e o pagamento integral dos honorários advocatícios às Procuradoras Jurídicas do Município, o MUNICÍPIO dará total quitação dos débitos do CONTRIBUINTE e a Procuradoria Jurídica do Município efetuará o pedido de extinção dos processos constantes do parágrafo único da cláusula primeira deste instrumento.

3) Todos os custos e despesas decorrentes da transferência da titularidade dos imóveis, tais como emolumentos cartoriais, recolhimento de impostos, taxas e quaisquer outros incidentes serão de responsabilidade exclusiva do CONTRIBUINTE.

4) Este instrumento vinculará e vigerá em benefício das partes e seus respectivos sucessores e cessionários. Nenhuma disposição deste instrumento, expressa ou implícita, tem a intenção de conferir a qualquer pessoa, além das partes e seus respectivos sucessores e cessionários, qualquer direito, medida, obrigação ou responsabilidade sujeita ou em razão deste instrumento.

5) Caso alguma das disposições deste instrumento for considerada inválida ou ilegal, no todo ou em parte, tal disposição será considerada nula, permanecendo válidas as demais disposições.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO.

Elege-se o foro da distrital de Artur Nogueira, Comarca de Mogi Mirim/SP, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste instrumento.

Continuação da Lei n.º 804/2013.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Estância Turística de Holambra, _____

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

AGRO PECUÁRIA DUAS MARIAS LTDA.
p.p. Mário de Barros Macedo
CPF nº 591.081.938-00

Testemunhas:

1) _____

Nome:

CPF:

2) _____

Nome:

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 803

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE PROVADORES DE ROUPAS ADAPTADOS À POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA NOS LOCAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º- Os estabelecimentos que comercializam roupas, vestuários, indumentárias ou similares, no âmbito do município da Estância Turística de Holambra, ficam obrigados a adaptar, no mínimo, um de seus provadores para atendimento às pessoas com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida.

Parágrafo Único: as dimensões dos provadores deverão seguir os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 2º- Os estabelecimentos de que trata esta Lei deverão:

I – Afixar em suas dependências e em local visível, placas ou cartazes com os seguintes dizeres: "este estabelecimento disponibiliza provador adaptado às pessoas com necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida";

II - Se adaptar ao disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação;

III – Ser comunicados do teor desta lei e dela exibir resumo em local visível ao público.

Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará penalidades à empresa infratora, regulamentada e aplicada pelo órgão competente da municipalidade.

Art. 4º- A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em Contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Novembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 052/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 051/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 802

"DISPÕE SOBRE A GARANTIA DO DIREITO À REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO PÚBLICA E PACÍFICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA"

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - O direito constitucional de reunião pública, de liberdade de expressão e manifestação de direitos, será assegurado no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, nos termos desta Lei, em consonância com as disposições do Artigo 23, Inciso I, da Constituição Federal de 1988.

Artigo 2º - É vedada qualquer forma de anonimato no exercício do direito constitucional à reunião pública, para fins de manifestação de direitos, opiniões e pensamentos, seja pelo uso de máscara ou outra forma de ocultar o rosto do cidadão com o propósito de impedir-lhe a identificação.

Artigo 3º - Será considerado regular o exercício do direito constitucional à reunião pública para manifestação de direitos que ocorrer:

I – pacificamente;

II – sem o porte ou uso de quaisquer armas;

III – em locais abertos;

IV – sem o uso de máscaras nem de quaisquer peças que cubram o rosto do cidadão ou dificultem sua identificação,

V – mediante prévio aviso à autoridade policial.

§ 1º - Consideram-se armas, para os efeitos do disposto no inciso II, do caput, as de fogo, as brancas, como facas, adagas, canivetes e outras de natureza perfuro-cortantes e perfuro-perfurantes, pedras, bastões, tacos e similares.

§ 2º - Para os fins do inciso V, do caput, a comunicação deverá ser feita à Polícia Militar, à Guarda Municipal ou Delegacia da cidade.

Artigo 4º - A inobservância das disposições de que trata o artigo anterior autoriza a ação da autoridade policial a fim de garantir o cumprimento de todos os seus requisitos ou para coibir, especialmente:

Continuação da Lei n.º 802/2013.

I – violação do direito constitucional a outra reunião anteriormente convocada e avisada à autoridade policial;

II – violência contra pessoas;

III – danos ao patrimônio público,

IV – danos ao patrimônio privado.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Novembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autores do Projeto de Lei n.º 051/2013: Mesa Diretora com apoio dos demais Vereadores.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 050/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 801

"ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE SEREM FRANQUEADAS AO CONSUMIDOR, A COZINHA E OUTRAS DEPENDÊNCIAS DE BARES, RESTAURANTES, PADARIAS, CONFEITARIAS, SUPERMERCADOS, HOTÉIS E SIMILARES SEDIADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA"

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º- Sem prejuízo da competência legal do órgão municipal encarregado da vigilância sanitária do Município, os proprietários de bares, restaurantes, padarias, confeitarias, supermercados, hotéis e similares, situados no Município da Estância Turística de Holambra, ficam obrigados, por si ou seus prepostos, a permitir o acesso de seu público consumidor à cozinha e outras dependências desses estabelecimentos, onde são preparados e armazenados os alimentos oferecidos ao consumidor.

Art. 2º- O consumidor ao qual for negado o direito de acesso previsto no artigo anterior poderá comunicar o fato ao órgão de defesa do consumidor ou Departamento de Controle e Vigilância Sanitária do município, por representação oral ou escrita, ratificada por duas testemunhas.

Art. 3º- Verificada a infração a que alude o Artigo 2º desta Lei, ao proprietário do restaurante, hotel ou similar, será aplicada multa.

§ 1º - O preposto responsável pelo estabelecimento, responde solidariamente com o proprietário, pelo pagamento da multa estipulada no "caput" deste Artigo.

§ 2º - Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 4º- A presente norma deverá ser afixada em local visível nos estabelecimentos definidos no Artigo 1º desta Lei, por meio de placa indicativa da permissão do acesso ou do seu texto integral.

Art. 5º- A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 30 de Outubro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 049/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 049/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 800

"Institui o Dia Municipal do Interact Club Holambra".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - Fica instituído no Município da Estância Turística de Holambra, o "Dia Municipal do Interact Club de Holambra", a ser comemorado, anualmente, no dia 05 de novembro.

Artigo 2º - A data a se refere o artigo anterior poderá fazer parte do calendário de eventos do Município.

Artigo 3º O Poder Público Municipal poderá promover a divulgação do dia, com realizações de debates, exposições, exibições culturais e artísticas, além de outros eventos que tenham objetivo de ressaltar a importância deste trabalho.

Artigo 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Outubro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autora do Projeto de Lei n.º 048/2013: A Senhora Vereadora JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 048/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 799

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS NOS EVENTOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º. *É obrigatória a instalação de banheiro(s) químico(s) removível (eis), nos recintos em que se realizem eventos, em espaço aberto, no município da Estância Turística de Holambra.*

Parágrafo Único. *O disposto no caput não se aplica aos locais que disponham de instalações sanitárias fixas.*

Art. 2º. *A instalação dos banheiros é condição para a emissão do alvará de funcionamento, e a sua manutenção e limpeza estarão sujeitos à fiscalização do Poder Executivo Municipal.*

Art. 3º. *O banheiro químico deverá ser instalado respeitando-se a destinação para uso feminino, masculino e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, bem como em local estratégico, porém discreto e distante do logradouro público.*

Art. 4º. *O banheiro químico deverá ser mantido e administrado pelos responsáveis ou organizadores, enquanto durarem os eventos.*

Art. 5º. *O Poder Executivo regulamentará a presente lei, em até 90 (noventa) dias, de modo a se estabelecer os critérios para a quantidade e local dos banheiros químicos removíveis a serem instalados e mantidos em cada evento.*

Art. 6º. *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Outubro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 043/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 047/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 798

"Autoriza desafetar área de terra pertencente ao Município da Estância Turística de Holambra e dá outras providências".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar a área denominada Sistema de Lazer III, de propriedade do Município da Estância Turística de Holambra, medindo 1.850,00 m² (um mil oitocentos e cinquenta metros quadrados), situada no Loteamento Chácaras Camanducaia, neste Município, matriculada sob o nº 13.692, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim/SP, confrontando com a quadra 10, de propriedade de Lucila Machado de Assunção, Marlene Ferreira de Jesus e Rio Camanducaia.

Art. 2º A área acima desafetada será transformada em área institucional.

Art. 3º A área descrita no art. 1º será desmembrada para a instalação de bomba de captação de água para o sistema de abastecimento de água do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de Outubro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 054/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 046/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 807

Autoriza a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, com a interveniência da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, objetivando a execução pelo Município de obras e serviços destinados à melhoria dos seus sistemas de água e esgotos, conforme consta do Art. 1º, e da outras providências.

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo deste Município autorizado a celebrar com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, com interveniência da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Convênio SANEBASE para:

§1º - Execução da captação e estação elevatória de água bruta - EEAB, junto ao Rio Camanducaia, com aquisição e instalação de conjunto moto-bomba, materiais hidráulicos e elétricos; Aquisição e execução de 200 metros de tubos de PVC DeFoFo de diâmetro de 200 milímetros, interligando à adutora existente; Execução da complementação do sistema da estação de tratamento de água - ETA com aquisição e instalação de materiais hidráulicos e elétricos; Execução do sistema de desidratação de lodo e do sistema de reaproveitamento da água de lavagem dos filtros com aquisição e instalação de materiais hidráulicos e elétricos..

§ 2 º - A Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH participará com a importância de **R$ 1.660.000,00** (Um Milhão, Seiscentos e Sessenta Mil Reais), cabendo ao Município participar com **R$ 416.115,72** (Quatrocentos e Dezesseis Mil, Cento e Quinze Reais e Setenta e Dois Centavos), mais as variações no custo das obras ou serviços que superem o orçamento inicialmente previsto.

Art. 2 º A Prefeitura executará diretamente ou através de terceiros as obras e/ou serviços, sempre com a assistência técnica da SABESP, nas condições estipuladas no Convênio lavrado.

Art. 3º O Convênio poderá ser aditado, sempre no interesse público.

Continuação da Lei n.º 807/2013.

Art. 4º O Executivo Municipal deverá encaminhar cópia dos Convênios ou Termos Aditivos assinados para a Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento dos mesmos, pelo Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em Contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 17 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 062/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 059/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 810/2013.

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 19. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no caput do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2014 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária ou em créditos adicionais estabelecidos para os órgãos ou entidades extintas, transformadas, transferidas, incorporadas ou desmembradas.

Art. 21. Ficam autorizados, nos termos do art. 167, VI, da Constituição Federal, as transposições, os remanejamentos e as transferências no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, para melhor adequação e cumprimento das finalidades e metas programadas.

Parágrafo único. As categorias econômicas e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

Art. 22. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 23. A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2014 e a remeterá ao Executivo até 30 dias antes do prazo final da entrega ao Legislativo.

§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2013 e 2014, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Continuação da Lei n.º 810/2013.

Art. 24. No exercício de 2014, fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizado a:

I - realizar operações de crédito de acordo e nos limites da legislação vigente;
II - transpor, remanejar ou transferir recursos orçamentários, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal, desde que dentro do mesmo órgão;
III - Incluir novos programas através da abertura de funcionais programáticas na Execução Orçamentária, desde que garantida à existência de recursos próprios ou de outras esferas de governo ou entes públicos da Federação;
IV - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 6% (seis por cento) do Orçamento Anual.

Parágrafo único – Ficam excluídos do limite estabelecido no inciso IV deste artigo os créditos adicionais suplementares destinados a:

a) suprir insuficiência nas dotações referentes a precatórios judiciais;
b) suprir insuficiência nas dotações referentes ao serviço da dívida;
c) suprir insuficiência nas dotações referentes à pessoal e seus reflexos;
d) incorporações de saldos financeiros apurados em 31 de dezembro de 2013, ao excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta lei.

Art. 25. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2014 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2013, a programação nele apresentada poderá ser executada para o atendimento de despesas de caráter inadiável, observado o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do valor previsto em cada ação constante da proposta original encaminhada ao Poder Legislativo, até a sanção da respectiva lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 047/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 065/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 809

Estabelece o Plano Plurianual do Município da Estância Turística de Holambra para o período 2014 a 2017.

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Esta Lei estabelece, nos termos do art. 165, § 1º, da Constituição, o Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2014/2017, no qual são definidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos de I a V.

§ 1º - Fica o Executivo autorizado a modificar a unidade executora ou o órgão responsável por programas e ações e os indicadores e respectivos índices, bem como a adequar as metas físicas em função de modificações nos programas ditadas por leis, por leis de diretrizes e por leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

§ 2º - O Plano Plurianual compreende a atuação de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta e da Câmara Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de caráter dependente.

Art. 2º São estabelecidas para o quadriênio 2014/2017, as diretrizes, programas, objetivos e metas da Administração, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

- ANEXO I – Evolução da Receita;
- ANEXO II – Recursos Disponíveis;
- ANEXO III – Relação de Programas;
- ANEXO IV – Programas, Metas e Ações;
- ANEXO V – Sínteses das Ações por Funções e Subfunções;

Continuação da Lei n.º 809/2013.

Art. 3º As estimativas das receitas e dos valores dos programas e ações constantes dos anexos desta lei são fixadas exclusivamente para conferir consistência ao Plano, não se constituindo em limites para a elaboração das leis de diretrizes orçamentárias, das leis orçamentárias e das suas modificações.

Art. 4º Nas leis orçamentárias ou nas que autorizarem a abertura de créditos adicionais, assim como nas leis de diretrizes orçamentárias, e nos créditos extraordinários poderão ser criados novos programas ou ações ou modificados os existentes, considerando-se, em decorrência, alterado o Plano Plurianual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 046/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 064/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 808

DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTÕES ELETRÔNICOS, MAGNETICOS OU OUTROS ORIUNDOS DE TECNOLOGIA SEGURA E ADEQUADA, MUNIDOS DE SENHA DE ACESSO PARA USO PESSOAL E INTRANSFERÍVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 714/2010QUE CONCEDE CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer Vale Alimentação, através de cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia segura e adequada, munidos de senha de acesso para uso pessoal e intransferívelaos servidores municipais estatutários efetivos, comissionados, e contratados por tempo determinado para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público da Administração Direta e Indireta.

§1º O benefício estabelecido no artigo anterior não abrange os servidores inativos, aposentados e pensionistas.

§2º O Vale Alimentação poderá ter seus valores corrigidos na mesma data da revisão de vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 2º O valor do Vale Alimentação previsto na presente Lei será de R$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais.

Parágrafo Único – Nos casos de admissão ou demissão, o valor do Vale Alimentação será proporcional aos dias trabalhados durante o mês.

Art. 3º O fornecimento do Vale Alimentação será feito através de contratação com empresa especializada e devidamente habilitada para esse fim, na forma prevista pela Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93).

Art. 4º O benefício previsto na presente Lei não será devido aos servidores:

I - licenciados por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro de funcionário ou militar (art. 112 da Lei Complementar n.º 52/1995);

II - licenciados para tratar de interesse particular (art. 122 da Lei Complementar n.º 52/1995);

Continuação da Lei n.º 808/2013.

III - que incidirem em faltas injustificadas ou que estiverem cumprindo penalidades administrativas no respectivo mês (art. 198 da Lei Complementar n.º 52/1995);

IV – que deixarem de apresentar atestado médico ou apresenta-lo em desconformidade com a Legislação Municipal.

Parágrafo único. Cessado o motivo para a suspensão do benefício o servidor voltará a recebe-lo.

Art. 5º O Vale Alimentação não incorporará à remuneração do servidor (efetivo, contratado ou comissionado), e sobre ele não incidirá quaisquer contribuições trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, sendo de caráter indenizatório.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 1º. de Janeiro de 2014 e será regulamentada por decreto do Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º Fica revogada as disposições em contrário e em especial a Lei n.º 714 de 10 de Dezembro de 2010, que dispõe sobre o fornecimento de cesta básica de alimentos aos Servidores Públicos Municipais.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 061/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 063/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 812/2013.

h) proceder, quando da contratação de serviços de pessoas físicas paraconsecução das finalidades e ações do programa sobre os quais incidirem imposto derenda, ao imediato recolhimento das parcelas correspondentes ao tributo e à apresentação, anual, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) naforma e prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministérioda Fazenda;

i) realizar a prestação de contas anual, diretamente ao departamento de educação, em conformidade com o artigo 4º desta Lei.

Art. 12 O processo de adesão das APM representativas das beneficiadas deverão ser formalizados, mediante entrega ou atualização dos seguintes documentos:

I – Ficha de Adesão / Termo de Compromisso (Anexo I); e

II – Cadastro da APM (Anexo I – A), representativa de cadaestabelecimento de ensino.

§1º A formalização dos processos de adesão e de habilitação observará osseguintes aspectos:

I – as APM das beneficiadas deverãoapresentar o formulário Anexo I-A, preenchido e assinado, ao Departamento de Educação que se encarregará de manter atualizados os seus dados cadastrais ou, a seu critério, dispensará seu preenchimento caso hajaoutra forma de coleta das informações cadastrais.

II – oprazo para adesão e atualização cadastral das APM das beneficiadas, bem como o encaminhamento dos documentos encerrará no último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício.

§2º Não serão contempladas com os recursos do PMDDE as escolas que nãoformalizarem os processos de adesão e de habilitação, previstos no art.13 deste artigo, até a data estabelecida em seu § 1º, inciso II.

§3º Concluídos os processos de adesão e de habilitação das APM e ultimados os procedimentos de abertura de contas correntes, o Município providenciará os correspondentes repasses, desde que não se configure qualquer dos impedimentos previstos no art. 5º ou que tenham sido restabelecidas as condições necessárias àliberação dos recursos na forma do art. 20.

§4º A assistência financeira de que trata esta Lei fica limitada aomontante de recursos consignado na Lei Orçamentária Anual para esse fim, acrescido das suplementações, quando autorizadas, e condicionada aos regramentos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e à viabilidade operacional.

§5º O montante de recursos financeiros repassado a expensas do PMDDE deverá ser considerado pelo Município no cômputo dos 25% (vinte e cinco por cento) de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Continuação da Lei n.º 812/2013.

Art. 13 O governo municipal deverá incluir em seu orçamento, nos termos estabelecidos no § 1º do art. 6º da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 25 da Lei nº 11.947, de 2009, os recursos a serem transferidos, a expensas do PMDDE, às APM das escolas beneficiadas.

Art. 14 Os recursos transferidos a expensas do PMDDE deverão ser creditados, mantidos e geridos em contas correntes distintas e específicas.

§1º As contas correntes de que trata este artigo serão abertas pelas APM em instituição financeira a ser indicada pela Secretaria de Finanças;

§2º Enquanto não utilizados na sua finalidade, os recursos do PMDDE deverão obrigatoriamenteser aplicados em caderneta de poupança aberta especificamente para o programa, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês;

§3º A aplicação financeira de que trata o parágrafo anterior deverá estar vinculada à mesma conta corrente na qual os recursos financeiros foram creditados pelo Município, inclusive quando se tratar de caderneta de poupança, cuja aplicação poderá se dar mediante a vinculação do correspondente número de operação à conta já existente;

§4º Na impossibilidade da adoção do procedimento referido no parágrafo anterior para a aplicação dos recursos em caderneta de poupança, deverá a APM providenciar a abertura de conta específica para esse fim no mesmo banco e agência depositários dos recursos do PMDDE;

§5º A movimentação dos recursos da conta específica somente será permitida para o pagamento de despesas relacionadas com as finalidades do programa, na forma definida no *caput* e incisos I a VI do artigo 2º, ou para aplicação financeira, e deverá realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, transferência eletrônica de disponibilidade ou outra modalidade de movimentação autorizada pelo Banco Central do Brasil em que fique evidenciada a sua destinação e, no caso de pagamento, identificado o credor;

§6º O produto das aplicações financeiras deverá ser, obrigatoriamente, computado a crédito da conta específica, ser aplicado, exclusivamente, nas finalidadesdo programa e ficar sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas paraos recursos transferidos;

§7º A aplicação financeira na forma prevista no § 3º deste artigo não desobriga a APM de efetuar as movimentações financeiras do programa exclusivamente por intermédio da conta corrente aberta para este fim.

Art. 15 O Município divulgará a transferência dos recursos financeiros a expensas do PMDDE, enviará correspondência para a Câmara Municipal.

Parágrafo único. É de responsabilidade das APM o acompanhamento das transferências financeiras do PMDDE, de forma a garantir a aplicação tempestiva dos recursos creditados em seu favor.

Continuação da Lei n.º 812/2013.

Art. 16 Os valores repassados às APM deverão ser, sempre que possíveis utilizados em sua totalidade durante o ano letivo no qual foram destinados.

§ 1º Admitir-se-á um saldo de até 5% (cinco por cento) em relação ao valor repassado, composto do capital inicial e eventuais rendimentos, que deverá ser utilizado pela APM no ano letivo imediatamente subsequente;

§ 2º Caso o valor eventualmente restante seja superior ao previsto no parágrafo anterior, a diferença será deduzida do valor a ser repassado no próximo ano letivo.

Art. 17 As despesas realizadas com recursos transferidos, nos moldes e sob a égide desta Lei, serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, na forma da legislação à qual a entidade responsável pela despesa estiver sujeita, devendo os recibos, faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome das APM, identificados com os nomes do Município e da ação programática e serem arquivados em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, juntamente com os documentos de prestação de contas, pelo prazo de 5(cinco) anos, contados da data do julgamento da prestação de contas anual do Município pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), referente ao exercício do repasse dos recursos, para disponibilização ao Município, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público.

Art. 18 A elaboração e a apresentação da prestação de contas dos recursos recebidos por intermédio do PMDDE deverão ocorrer de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento de Educação.

Art. 19 A APM que não apresentar ou não tiver aprovada a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos por motivo de força maior ou caso fortuito, deverá apresentar as devidas justificativas ao Departamento de Educação.

§ 1º Considera-se caso fortuito, dentre outros, a falta ou a não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas, por dolo ou culpa do gestor anterior.

§ 2º Na falta de apresentação ou da não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas por culpa ou dolo do gestor da APM sucedido, as justificativas a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser, obrigatoriamente, apresentadas pelo gestor que estiver no exercício do cargo à época em que for levantada a omissão ou a irregularidade pelo Departamento de Educação.

Art. 20 Caso ocorra à suspensão dos repasses dos valores previstos às APM, nos termos do artigo 5º desta lei, o seu restabelecimento ocorrerá quando:

I – a prestação de contas dos recursos recebidos for apresentada ao Departamento de Educação, na forma prevista nesta lei;

II – sanadas as falhas formais ou regulamentares de que trata o artigo 5º desta lei;

III – aceitas as justificativas apresentadas nos termos do artigo 20;

Continuação da Lei n.º 812/2013.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 060/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 067/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 - site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola (PMDDE)

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO

Atenção!

- ☐ Se não houver nenhuma alteração dos dados impressos ou complementação, preencha obrigatoriamente o BLOCO 5 - Autenticação.
- ☐ Se houver alterações ou complementações, você deve fazê-las no campo em branco abaixo da informação a ser alterada ou complementada.

BLOCO 1 -IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

01 - CNPJ	02 - Nome

03 - Endereço (Rua, Avenida, Praça e Nº)

04 - Complemento (Andar, Sala, Etc.	05 - Bairro/ Distrito

06 - UF	07 - Município	08 - CEP

09 - Caixa Posta	10 - DDD	11 - Telefone	12 - Fax	13 - E- mail

BLOCO 2 - IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

14- Código do Banco	15 - Nome do Banco	16 - UF	17 - Município da Agência

18 - Cód. Agência/ DV	19 - Nome da Agência	20 - Nº da Conta Corrente/ DV

BLOCO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO (A) DIRIGENTE DA APM

21 - CPF	22 - Nome

23 - Sexo	24 - Nacionalidade	25 - Estado Civil
Masculino ☐ Feminino ☐		

26 - Endereço do Dirigente da Escola (Rua, Avenida, Praça e Nº)

27 - Complemento do Endereço (Andar, Sala. etc)	28 - Bairro / Distrito

29 - UF	30 - Município	31 - CEP

32 - DDD	33 - Telefone	34 - fax	35 - Email

BLOCO 4 - TERMO DE COMPROMISSO

Comprometo-me a cumprir e fazer cumprir as disposições no corrente exercício, sobre o processo de adesão e as formas de execução e prestação de contas, referentes ao Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola (PMDDE), a serem destinados às escolas , diretamente nas contas bancárias destas últimas, abertas pela Prefeitura Municipal de Artur Nogueira com esse fim.

BLOCO 5 - AUTENTICAÇÃO

36 - Local e Data	37 - Nome do (a) Dirigente da APM ou Representante Legal
	38 - Assinatura do(a) Dirigente da APM ou Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola (PMDDE)

ANEXO I - A

CADASTRO DE UNIDADE EXECUTORA

Atenção!

• Unidade Executora (UEx) é a entidade sem fins lucrativos, representativa da comunidade

BLOCO 1 - DADOS DA UNIDADE EXECUTORA

01 - CNPJ da Unidade Executora	02 - Nome da Unidade Executora (De acordo com o cartão CNPJ)

03 - Endereço (Rua, Avenida, Praça, etc.)									

04 - Complemento (Andar, Sala, etc.)					05 - Bairro/ Distrito				

06 - UF	07 - Município							08 - CEP	

09 - Caixa Postal	10 - DDD	11 - Telefone		11 - FAX		12 - Email			

BLOCO 2 - DADOS BANCÁRIOS

14 - Código do Banco	15 - Nome do Banco			16 - UF	17 - Município da Agência				

18 - Cód. Agência /DV	19 - Nome da Agência					20 - Nº da Conta Corrente / DV			

BLOCO 3 - DADOS DO DIRIGENTE

21 - CPF			22 - Nome						

23 - Nº da Carteira de Identidade			24 - Data da Emissão		25 - Órgão Expedidor / UF				

26 - Endereço (Rua, Avenida, Praça e Nº)									

27 - Complemento (Andar, Sala. Etc.)					28 - Bairro / Distrito				

29 - UF	30 - Município							31 - CEP	

32 - DDD	33 - Telefone		34 - Fax		35 - Email				

36 - Cargo ou Função				37 - Data de Início do Mandato			38 - Data de Encerramento do Mandato		

BLOCO 4 - ESCOLAS VINCULADAS À UNIDADE EXECUTORA

Assinale com um "X", na

39 - Vinculada à Uex ? Sim	Não	40 - Cód. Escola no Senso		41 - Nome da Escola

BLOCO 5 - AUTENTICAÇÃO

A Unidade Executora (Uex) se

42 - Local e Data	43 - Nome e Assinatura do (a) Dirigente da Uex ou Respresentante Legal
	Nome: _____
	Assinatura: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI Nº 811

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1° O Orçamento Geral do Município da Estância Turística de Holambra para o exercício de 2014, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 62.457.400,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos cinqüenta e sete mil e quatrocentos reais) para a Administração Direta e R$ 7.935.000,00 (sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais) para a Administração Indireta, totalizando R$ 70.392.400,00 (setenta milhões, trezentos e noventa e dois mil e quatrocentos reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2° A Receita será realizada mediante arrecadação dos Tributos, Renda e outras fontes das Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes nos anexos previstos na Lei Federal nº 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	**45.839.150,00**
RECEITA TRIBUTARIA	8.436.600,00
RECEITA PATRIMONIAL	250.000,00
RECEITA DE SERVICOS	560.000,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	35.392.550,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.200.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**16.618.250,00**
TOTAL DA RECEITA	**62.457.400,00**

2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**7.675.000,00**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.016.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.010.000,00
RECEITA DE SERVICOS	1.529.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	120.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**260.000,00**
TOTAL DA RECEITA	**7.935.000,00**

Continuação da Lei n.º 811/2013.

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programas do Trabalho e Natureza de Despesa, que apresenta o seguinte desdobramento:

01 – POR FUNÇÕES DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – Legislativa	1.750.000,00
02 – Judiciária	518.700,00
04 – Administração	3.233.900,00
06 – Segurança Pública	1.428.380,00
08 – Assistência Social	1.319.020,00
10 – Saúde	11.582.520,00
12 – Educação	17.750.000,00
13 – Cultura	2.582.050,00
15 – Urbanismo	13.784.790,00
17 - Saneamento	2.664.000,00
18 – Gestão Ambiental	493.960,00
23 – Comércio e Serviços	1.260.200,00
26 - Tansporte	579.740,00
27 – Desporto e Lazer	2.215.840,00
28 – Encargos Especiais	994.300,00
99 – Reserva de Contingência	300.000,00
SUBTOTAL	**R$ 62.457.400,00**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

09 - Previdência Social	1.580.000,00
17 – Saneamento	1.559.000,00
99 – Reserva de Contingência	4.796.000,00
SUBTOTAL	**R$ 7.935.000,00**
TOTAL	**R$ 70.392.400,00**

02 – POR ÓRGÃOS DA ADMNISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CÂMARA MUNICIPAL	1.750.000,00
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	1.006.200,00
DEPARTAMENTO JURÍDICO	518.700,00

Continuação da Lei n.º 811/2013.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1.337.000,00
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	890.700,00
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	17.750.000,00
DEPARTAMENTO DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1.260.200,00
DEPARTAMENTO DE OBRAS, SERVIÇOS MUNICIPAIS E PLANEJAMENTO	13.338.050,00
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	579.740,00
DEPARTAMENTO DE SAÚDE	11.582.520,00
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO	1.428.380,00
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	1.319.020,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS	2.582.050,00
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	493.960,00
DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE	615.240,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTE	2.215.840,00
ENCARGOS GERAIS	1.294.300,00
DEPATAMENTO DE PARQUES E JARDINS	2.495.500,00
TOTAL	**62.457.400,00**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

IPMH - INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HOLAMBRA	6.376.000,00
SAAEHOL - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA	1.559.000,00
TOTAL	**7.935.000,00**
TOTAL DESPESA MUNICÍPIO	**70.392.400,00**

Art. 4 No exercício de 2014 fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizado a:

I - realizar operações de crédito de acordo e nos limites da legislação vigente;

Continuação da Lei n.º 811/2013.

II - transpor, remanejar ou transferir recursos orçamentários, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal, desde que dentro do mesmo órgão;

III - Incluir novos programas através da abertura de funcionais programáticas na Execução Orçamentária, desde que garantida à existência de recursos próprios ou de outras esferas de governo ou entes públicos da Federação;

IV - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 6% (seis por cento) do Orçamento Anual.

Parágrafo único – Ficam excluídos do limite estabelecido no inciso IV deste artigo os créditos adicionais suplementares destinados a:

a) suprir insuficiência nas dotações referentes a precatórios judiciais;

b) suprir insuficiência nas dotações referentes ao serviço da dívida;

c) suprir insuficiência nas dotações referentes à pessoal e seus reflexos;

d) incorporações de saldos financeiros apurados em 31 de dezembro de 2013, ao excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 050/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 066/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 810

"ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único - Além das normas a que se refere o caput, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPITULO II
DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2014 são as estabelecidas nos Anexos, integrantes desta lei, desdobrado em:

Anexo I – Despesas Obrigatórias de Caráter Continuada;
Anexo II – Prioridades e Indicadores por Programas;
Anexo II A – Programas, Metas e Ações;
Anexo III - Metas Fiscais;
Anexo IV – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Anexo V – Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Anexo VI – Evolução do Patrimônio Liquido;
Anexo VII – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos.
Anexo VIII – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Anexo IX – Projeção Atuarial do RPPS;
Anexo X – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
Anexo XI – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
Anexo XII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
Anexo XIII – Proposta de Metas e Prioridades.

CAPÍTULO III
DOS RISCOS FISCAIS

Continuação da Lei n.º 810/2013.

Art. 3º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

CAPÍTULO IV
DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 4º A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

CAPÍTULO V
DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Art. 5º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2014.

CAPÍTULO VI
DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 6º Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Continuação da Lei n.º 810/2013.

Art. 7º No prazo previsto no caput do art. 6º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos porcentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 8º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO VII
DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 8º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

Continuação da Lei n.º 810/2013.

I. concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II. admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I. prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II. lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do caput;

III. no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

II – nas situações de emergência e de calamidade pública;

III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

CAPÍTULO VIII
DOS NOVOS PROJETOS

Art. 9º A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do caput aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

CAPÍTULO IX
DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 10. Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO X
DO CONTROLE DE CUSTOS

Continuação da Lei n.º 810/2013.

Art. 11. Para atender ao disposto no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

CAPÍTULO XI
DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 12. Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no caput deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 13. Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal n° 101/2000;

V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

Continuação da Lei n.º 810/2013.

§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º As contribuições somente serão destinadas as entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 14. Visando à realização e ao atendimento de atividades estabelecidas nos programas governamentais do Município, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades sem fins lucrativos, para, em seu nome, prestarem serviços à população, em conformidade com o estabelecido no art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 15. As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

Parágrafo único. Os repasses previstos no caput serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 16. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

CAPÍTULO XII
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Art. 17. Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 18. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e justa;

Continuação da Lei n.º 812/2013.

h) proceder, quando da contratação de serviços de pessoas físicas paraconsecução das finalidades e ações do programa sobre os quais incidirem imposto derenda, ao imediato recolhimento das parcelas correspondentes ao tributo e à apresentação, anual, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) naforma e prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministérioda Fazenda;

i) realizar a prestação de contas anual, diretamente ao departamento de educação, em conformidade com o artigo 4º desta Lei.

Art. 12 O processo de adesão das APM representativas das beneficiadas deverão ser formalizados, mediante entrega ou atualização dos seguintes documentos:

I – Ficha de Adesão / Termo de Compromisso (Anexo I); e

II – Cadastro da APM (Anexo I – A), representativa de cadaestabelecimento de ensino.

§1º A formalização dos processos de adesão e de habilitação observará osseguintes aspectos:

I – as APM das beneficiadas deverãoapresentar o formulário Anexo I-A, preenchido e assinado, ao Departamento de Educação que se encarregará de manter atualizados os seus dados cadastrais ou, a seu critério, dispensará seu preenchimento caso hajaoutra forma de coleta das informações cadastrais.

II – oprazo para adesão e atualização cadastral das APM das beneficiadas, bem como o encaminhamento dos documentos encerrará no último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício.

§2º Não serão contempladas com os recursos do PMDDE as escolas que nãoformalizarem os processos de adesão e de habilitação, previstos no art.13 deste artigo, até a data estabelecida em seu § 1º, inciso II.

§3º Concluídos os processos de adesão e de habilitação das APM e ultimados os procedimentos de abertura de contas correntes, o Município providenciará os correspondentes repasses, desde que não se configure qualquer dos impedimentos previstos no art. 5º ou que tenham sido restabelecidas as condições necessárias àliberação dos recursos na forma do art. 20.

§4º A assistência financeira de que trata esta Lei fica limitada aomontante de recursos consignado na Lei Orçamentária Anual para esse fim, acrescido das suplementações, quando autorizadas, e condicionada aos regramentos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e à viabilidade operacional.

§5º O montante de recursos financeiros repassado a expensas do PMDDE deverá ser considerado pelo Município no cômputo dos 25% (vinte e cinco por cento) de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Continuação da Lei n.º 812/2013.

Art. 13 O governo municipal deverá incluir em seu orçamento, nos termos estabelecidos no § 1º do art. 6º da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 25 da Lei nº 11.947, de 2009, os recursos a serem transferidos, a expensas do PMDDE, às APM das escolas beneficiadas.

Art. 14 Os recursos transferidos a expensas do PMDDE deverão ser creditados, mantidos e geridos em contas correntes distintas e específicas.

§1º As contas correntes de que trata este artigo serão abertas pelas APM em instituição financeira a ser indicada pela Secretaria de Finanças;

§2º Enquanto não utilizados na sua finalidade, os recursos do PMDDE deverão obrigatoriamenteser aplicados em caderneta de poupança aberta especificamente para o programa, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês;

§3º A aplicação financeira de que trata o parágrafo anterior deverá estar vinculada à mesma conta corrente na qual os recursos financeiros foram creditados pelo Município, inclusive quando se tratar de caderneta de poupança, cuja aplicação poderá se dar mediante a vinculação do correspondente número de operação à conta já existente;

§4º Na impossibilidade da adoção do procedimento referido no parágrafo anterior para a aplicação dos recursos em caderneta de poupança, deverá a APM providenciar a abertura de conta específica para esse fim no mesmo banco e agência depositários dos recursos do PMDDE;

§5º A movimentação dos recursos da conta específica somente será permitida para o pagamento de despesas relacionadas com as finalidades do programa, na forma definida no *caput* e incisos I a VI do artigo 2º, ou para aplicação financeira, e deverá realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, transferência eletrônica de disponibilidade ou outra modalidade de movimentação autorizada pelo Banco Central do Brasil em que fique evidenciada a sua destinação e, no caso de pagamento, identificado o credor;

§6º O produto das aplicações financeiras deverá ser, obrigatoriamente, computado a crédito da conta específica, ser aplicado, exclusivamente, nas finalidadesdo programa e ficar sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas paraos recursos transferidos;

§7º A aplicação financeira na forma prevista no § 3º deste artigo não desobriga a APM de efetuar as movimentações financeiras do programa exclusivamente por intermédio da conta corrente aberta para este fim.

Art. 15 O Município divulgará a transferência dos recursos financeiros a expensas do PMDDE, enviará correspondência para a Câmara Municipal.

Parágrafo único. É de responsabilidade das APM o acompanhamento das transferências financeiras do PMDDE, de forma a garantir a aplicação tempestiva dos recursos creditados em seu favor.

Continuação da Lei n.º 812/2013.

Art. 16 Os valores repassados às APM deverão ser, sempre que possíveis utilizados em sua totalidade durante o ano letivo no qual foram destinados.

§ 1º Admitir-se-á um saldo de até 5% (cinco por cento) em relação ao valor repassado, composto do capital inicial e eventuais rendimentos, que deverá ser utilizado pela APM no ano letivo imediatamente subsequente;

§ 2º Caso o valor eventualmente restante seja superior ao previsto no parágrafo anterior, a diferença será deduzida do valor a ser repassado no próximo ano letivo.

Art. 17 As despesas realizadas com recursos transferidos, nos moldes e sob a égide desta Lei, serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, na forma da legislação à qual a entidade responsável pela despesa estiver sujeita, devendo os recibos, faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome das APM, identificados com os nomes do Município e da ação programática e serem arquivados em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, juntamente com os documentos de prestação de contas, pelo prazo de 5(cinco) anos, contados da data do julgamento da prestação de contas anual do Município pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), referente ao exercício do repasse dos recursos, para disponibilização ao Município, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público.

Art. 18 A elaboração e a apresentação da prestação de contas dos recursos recebidos por intermédio do PMDDE deverão ocorrer de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento de Educação.

Art. 19 A APM que não apresentar ou não tiver aprovada a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos por motivo de força maior ou caso fortuito, deverá apresentar as devidas justificativas ao Departamento de Educação.

§ 1º Considera-se caso fortuito, dentre outros, a falta ou a não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas, por dolo ou culpa do gestor anterior.

§ 2º Na falta de apresentação ou da não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas por culpa ou dolo do gestor da APM sucedido, as justificativas a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser, obrigatoriamente, apresentadas pelo gestor que estiver no exercício do cargo à época em que for levantada a omissão ou a irregularidade pelo Departamento de Educação.

Art. 20 Caso ocorra à suspensão dos repasses dos valores previstos às APM, nos termos do artigo 5º desta lei, o seu restabelecimento ocorrerá quando:

I – a prestação de contas dos recursos recebidos for apresentada ao Departamento de Educação, na forma prevista nesta lei;

II – sanadas as falhas formais ou regulamentares de que trata o artigo 5º desta lei;

III – aceitas as justificativas apresentadas nos termos do artigo 20;

Continuação da Lei n.º 812/2013.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 060/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 067/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 812/2013.

e) apresentar, tempestivamente, ao departamento financeiro, os dados cadastrais e documentosexigidos, com vistas à formalização do processo de adesão ao programa, para fins deatendimento dos estabelecimentos de ensino beneficiários;

f) manter em seus arquivos, Ficha de Adesão / Termo de Compromisso, assinado pelo Prefeito e pelo representante de cada APM;

g) acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos recursos repassados às APM representativas de suas escolas;

h) disponibilizar, quando solicitada, às comunidades escolares e local toda equalquer informação referente à aplicação dos recursos do programa; e

III – à APM:

a) apresentar, tempestivamente, ao Departamento de Educação os dados cadastrais e os documentos exigidos para fins de atendimento dos beneficiários que representam;

b) manter o acompanhamento das transferências do PMDDE, de forma a permitir adisponibilização de informações sobre os valores devidos às escolas que representam,cientificando-as dos créditos correspondentes;

c) exercer plena autonomia de gestão do PMDDE, assegurando àcomunidade escolar participação sistemática e efetiva nas decisões colegiadas, desde aseleção das necessidades educacionais prioritárias a serem satisfeitas até oacompanhamento do resultado do emprego dos recursos do programa;

d) empregar os recursos em favor das escolas que representam em conformidadecom o disposto na alínea anterior e com as normas e os critérios estabelecidos para a execução do PMDDE, mantendo em seu poder, e, à disposição do Município, do Departamento de Educação, dos órgãos decontrole interno e externo e do Ministério Público, os comprovantes das despesasefetuadas, com materiais deconsumo e contratação de serviços em benefício das referidas escolas, observado o prazo previsto no artigo 7º;

e) afixar, nas sedes das escolas que representam em local de fácil acesso evisibilidade, a relação dos seus membros e demonstrativo sintético que evidencie materiais de consumo adquiridos e os serviços que foram fornecidos e prestados às unidades escolares a expensas do programa, com a indicação dos valores correspondentes;

f) disponibilizar as comunidades escolares e local toda equalquer informação referente à aplicação dos recursos do programa, quando solicitada;

g) formular consultas prévias ao setor contábil ou financeiro do município quanto à possível obrigatoriedade de retenção e recolhimento de valores atítulo de tributos incidentes sobre serviços contratados a expensas do programa, bemcomo, para informar-se sobre outros encargos tributários, previdenciários ou sociaisque porventura possam estar sujeitas;

Continuação da Lei n.º 812/2013.

Art. 8º Os recursos financeiros do PMDDE serão repassados, anualmente à APM representativa da escola pública até o final do primeiro trimestre de cada ano.

Art. 9º A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros relativos à execução do PMDDE é de competência da APM e do Departamento de Educação.

Parágrafo Único – A fiscalização de que trata o caput deste artigo será exercida mediante realização de auditorias, inspeções e análise dos processos que originarem as respectivas prestações de contas.

Art. 10 Independentemente da fiscalização prevista no artigo anterior, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao município irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do PMDDE.

Art. 11 O Município, para operacionalizar o PMDDE, desenvolverá ações através do Departamento de Educação e contará com parceria das APM, cabendo, entre outras atribuições previstas nesta Lei:

I – ao Município:

a) repassar às APM, anualmente, os recursos previstos às beneficiárias do PMDDE, por estas representadas ou mantidas, mediante depósito nas contas correntes abertas especificamente para essa finalidade;

b) enviar ao Poder Legislativo informações relativas aos valores transferidos às APM em favor das escolas por estas representadas ou mantidos;

c) acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do PMDDE;

d) receber e analisar as prestações de contas provenientes das APM, emitindo parecer, favorável ou desfavorável, acerca de sua aprovação.

II – Ao Departamento de Educação:

a) Encaminhar ao Departamento financeiro relação nominal das escolas passíveis de seremcontempladas com os recursos de que tratam esta Lei;

b) prestar assistência técnica às APM das escolas referidas na alínea anterior, fornecendo-lhes as orientações necessárias para que seja assegurada aimplementação do PMDDE e dos projetos pedagógicos de desenvolvimentocurricular no âmbito escolar de educação básica;

c) manter articulação com as APM referidas na alínea anteriore realizar atividades de acompanhamento, de maneira a garantir a boa e regularaplicação dos recursos em favor das beneficiárias e o cumprimento das metas preestabelecidas.

d) apoiar o Município na divulgação das normas relativas ao processo de adesão eaos critérios de repasse, execução e prestação de contas dos recursos do PMDDE, assegurando às beneficiárias e à comunidade escolar a participação sistemáticae efetiva desde a seleção das necessidades educacionais prioritárias a serem satisfeitasaté o acompanhamento do resultado do emprego dos recursos do programa;

Continuação da Lei n.º 812/2013.

III – cobertura de despesas com tarifas bancárias;

IV – dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais quando não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos e os serviços contratados para a consecução dos objetivos do programa.

V - material permanente.

§ 2º Os recursos do PMDDE, liberados na categoria de custeio, poderão ser utilizados para cobrir despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das APM definidas na forma do artigo6° desta Lei, bem como as relativas a recomposições de seus membros, devendo tais desembolsos serem registrados nas correspondentes prestações de contas.

Art. 3º O Município deverá inscrever noseu orçamento anual os recursos financeiro destinados ao Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PMDDE.

Art. 4º Os estabelecimentos de ensino beneficiários, através de suas respectivas APM, deverão realizar prestação de contas anual até o dia 31 de dezembro do ano de recebimento dos recursos, sob pena da não liberação dos recursos para o período subsequente.

Art. 5º Fica o Município autorizado a suspender o repasse dos recursos do PMDDE nas seguintes hipóteses:

I – omissão na prestação de contas, conforme definido pelo seu Conselho Deliberativo;

II – rejeição da prestação de contas;

III – utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do PMDDE, conforme constatado por análise documental ou de auditoria.

Parágrafo Único – Ogestor, responsável pela prestação de contas, que permitir inserir ou fizer inserir documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre os fatos, será responsabilizado na forma da lei.

Art. 6º Osrecursos do PMDDE serão destinados às escolas definidas pelo artigo 1º, por intermédio de suas APM constituídas para receber, executar e prestar contas dos recursos destinados às referidas escolas.

Parágrafo Único – As APM serão responsáveis pela formalização dos processos de adesão e habilitação e pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos transferidos na forma desta Lei.

Art. 7º As entidades beneficiárias, através de suas APM, manterão arquivados, em sua sede, em boa guarda e organização, ainda que utilizem serviços de contabilidade de terceiros, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de julgamento da prestação de contas anual, os documentos fiscais, originais ou equivalentes, das despesas realizadas na execução das ações do PMDDE.

LEI N.º 812

"Institui o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PMDDE e dá outras providências.".

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica criado e instituído no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PMDDE, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica da rede municipal.

§1º A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário será definida anualmente, mediante Decreto do Poder Executivo e terá como base o número de alunos matriculados na educação básica no ano letivo imediatamente anterior ao da concessão, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação – MEC.

§2º A fixação dos valores *per capita* contemplará, diferenciadamente, as escolas que ofereçam educação especial de forma especializada, de modo a assegurar o adequado atendimento às necessidades dessa modalidade educacional, de acordo com os objetivos do PMDDE.

§3º A assistência financeira de que trata o parágrafo primeiro será concedido sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante crédito do valor devido em conta bancária específica, diretamente à APM (Associação de Pais e Mestres) representativa da comunidade escolar.

Art. 2º Os recursos financeiros repassados para o PMDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino, devendo ser empregados:

I – na manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;

II – na aquisição de material de consumo;

III – na avaliação de aprendizagem;

IV – na implementação de projeto pedagógico;

V – no desenvolvimento de atividades educacionais.

§1º É vedada a aplicação dos recursos do PMDDE em:

I – gastos com pessoal;

II – pagamento, a qualquer título, a militar ou a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

Continuação da Lei n.º 813/2013.

5.8 averbar a ata da reunião ou da assembléia, ou o instrumento firmado pelos sócios, que considerar encerrada a liquidação;

5.9 realizar após a total liquidação a baixa do JAPHEC junto aos órgãos da fiscalização municipal, estadual e federal, promovendo-se o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.

§1º. O Liquidante ou Administrador, o(a) (pessoa física ou jurídica), perceberá remuneração a ser fixada pela assembléia do JAPHEC.

§2º. Em todos os atos, documentos ou publicações, o liquidante ou administrador empregará a firma ou denominação social sempre seguida da cláusula "em liquidação" e de sua assinatura individual, com a declaração de sua qualidade (liquidante).

§3º. O Liquidante ou Administrador poderá realizar despesas exclusivamente que se relacionem com os atos de dissolução e cancelamento de inscrição da pessoa jurídica na forma estabelecida na presente cláusula.

§4º Os débitos apurados e inscritos na ata de aprovação do presente Termo de Dissolução poderão ser liquidados em até seis (6) parcelas pelos consorciados.

E por estarem as parte de perfeito acordo quanto a dissolução, assinam o presente Distrato Social, em três vias de igual teor e forma, para que se produza o efeito legal.

Cosmópolis, 12 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA
Prefeito Municipal - Sr. CELSO CAPATO

MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS
Prefeito Municipal - Sr. ANTONIO FERNANDES NETO

MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO COELHO
Prefeito Municipal - Sr. PEDRO FRANCO DE OLIVEIRA

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
Prefeito Municipal - Dr. FERNANDO FIORI DE GODOY

MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
Prefeito Municipal - Sr. TARCÍSIO CLETO CHIAVEGATO

MUNICÍPIO DE PEDREIRA
Prefeito Municipal Prof. CARLOS EVANDRO POLLO

Continuação da Lei n.º 813/2013.

Fornecedores	R$ 157,50
INSS a recolher	R$ 1.400,00
Serviços Contábeis	R$ 15.000,00
Total	**R$ 16.557,50**

Previsão de gastos na dissolução 2014	
Cartório e publicações	R$ 5.000,00
Serviços Contábeis	R$ 5.000,00
Cópias	R$ 200,00
Serviços Jurídicos	R$ 16.000,00
Total	**R$ 26.200,00**

Total do Passivo	**R$ 42.757,50**

Cláusula Quarta – Da averbação da dissolução

4 Apurado o Demonstrativo Geral dos Créditos, Direitos, Dívidas, Obrigações e do Inventário Patrimonial do JAPHEC, o mesmo apenas persistirá para fins de sua liquidação, nos termos do art. 51, *caput*, do Código Civil, devendo ser promovida a partir de 01 de janeiro de 2014, a averbação da presente dissolução nos termos do §1º, do mesmo artigo.

Cláusula Quinta – Da liquidação

5 Para fins de liquidação fica designado como Liquidante ou Administrador, o(a) (pessoa física ou jurídica), que deverá providenciar, nos termos dos arts. 51 e 1.103 do Código Civil, no que for compatível, o seguinte:

5.1 averbar e publicar a ata, de dissolução do JAPHEC;

5.2 arrecadar os bens, livros e documentos do JAPHEC;

5.3 proceder, à elaboração do inventário e do balanço geral do ativo e do passivo;

5.4 ultimar os negócios do JAPHEC, realizar o ativo, pagar o passivo e partilhar o remanescente entre Municípios consorciados;

5.5 exigir dos Municípios consorciados, quando insuficiente o ativo à solução do passivo, a integralização de suas quotas e, se for o caso, as quantias necessárias, nos limites da responsabilidade de cada um e proporcionalmente à respectiva participação nas perdas;

5.6 convocar assembléia dos consorciados, cada seis meses, para apresentar relatório e balanço do estado da liquidação, prestando conta dos atos praticados durante o semestre, ou sempre que necessário;

5.7 finda a liquidação, apresentar aos consorciados o relatório da liquidação e as suas contas finais;

Continuação da Lei n.º 813/2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY, brasileiro, com RG nº 17.664.396-SSP/SP e CPF nº 144.337.148-36, doravante denominado Holambra;

2.1.5 MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.410.866/0001-71, com sede no Edifício do Paço Municipal situado na Rua Alfredo Bueno nº 1.235, Centro, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Tarcísio Cleto Chiavegato, brasileiro, casado, com RG nº 7.481.699-8 e CPF nº 056.597.528-53, doravante denominado Jaguariúna;

2.1.6 MUNICÍPIO DE PEDREIRA, com sede na Praça Epitácio Pessoa, n.° 3, - Centro – Pedreira – SP, com CNPJ n.° 46.410.775/0001-36, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Prof. CARLOS EVANDRO POLLO, brasileiro, casado, com RG nº 12.550.207-2 e CPF nº 047.427.168-41, doravante denominado Pedreira.

Cláusula Terceira – Dos direitos e obrigações

3 O Balanço Financeiro do JAPHEC apurado em 03 de dezembro de 2013, é o seguinte:

BALANÇO FINANCEIRO EM 03/12/2013

A Receber consorciados em cobrança judicial	
Jaguariúna	R$ 18.530,09
Pedreira	R$ 46.526,76
Holambra	R$ 69.435,76
Engenheiro Coelho	R$ 45.498,72
Total	**R$ 179.991,33**

Débito de 2012	
Pedreira	R$ 7.200,00
Total	**R$ 7.200,00**

Débito 2013	
Jaguariúna (junho a dezembro)	R$ 8.400,00
Pedreira (junho a dezembro)	R$ 8.400,00
Artur Nogueira (julho a dezembro)	R$ 7.200,00
Holambra (julho a dezembro)	R$ 7.200,00
Cosmópolis (outubro a dezembro)	R$ 3.300,00
Total	**R$ 34.500,00**

Patrimônio (reavaliado)	
Caminhão VW 15.180 2004/2005	R$ 65.430,00
Caminhão basculante VW 15.180 04/05	R$ 60.650,00
Total	**R$ 126.080,00**

Total do ativo	**R$ 347.771,33**

A pagar	

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 813

Autoriza o Município da Estância Turística de Holambra, a firmar TERMO DE DISSOLUÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL JAPHEC, na forma que especifica e dá outras providências.

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal da Estância Turística de Holambra autorizado, nos termos do art. 51 e 1.103 do Código Civil, a firmar o TERMO DE DISSOLUÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL JAPHEC – ANEXO – I, da presente lei.

Parágrafo único. O Executivo Municipal fica ainda autorizado ao parcelamento dos débitos existente junto ao JAPEHC em até seis (6) parcelas.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas por verbas já consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua liquidação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 349 de 09 de junho de 2000.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 063/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 068/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N° 814

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO DISPOSTO NO INCISO III DO ARTIGO 6° DA LEI N.° 762 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012".

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1°. O inciso III, do artigo 6° da Lei n.° 762 de 28 de dezembro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Artigo 6°...**

III. Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;"

Art. 2° Ficam convalidados os atos praticados pelo Poder Executivo durante o exercício de 2013.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02 de janeiro de 2013.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.° 064/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.° 069/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI Nº 815

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adotar os atos formais de retirada junto ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL NA ÁREA DE SAÚDE – CONSAÚDE, com a finalidade do desligamento total do Município da Estância Turística de Holambra face à liquidação do consórcio, e dá outras providências.

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar os atos de retirada do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL NA ÁREA DE SAÚDE – CONSAÚDE.

Parágrafo único. A presente autorização reconhece a suspensão do Município da Estância Turística de Holambra do CONSAÚDE ocorrida em 20 de agosto de 2009, por decisão dos demais membros do consórcio, e não reconhece o desligamento praticado irregularmente pela anterior gestora municipal.

Art. 2º A retirada do Município da Estância Turística de Holambra se faz independentemente dos atos de liquidação, uma vez que o Município se encontra suspenso e sem tomar serviços do CONSAÚDE desde o exercício de 2009.

Art. 3º O Executivo Municipal fica autorizado a liquidar os débitos existentes e devidamente apurados mediante ajuste de parcelamento em até 120 (cento e vinte), meses, preferencialmente sem a incidência de multa e juros.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas por verbas já consignadas no orçamento vigente ainda por outras a serem consignadas nos orçamentos subsequentes para suportar eventual parcelamento dos débitos existentes, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua liquidação

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 065/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 070/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI Nº 816

"Ratifica, para efeito do disposto no art. 5º, da Lei Federal n.° 1.107, de 06 de abril de 2005 o Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE – CISMETRO."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica ratificado, para os efeitos do disposto no art. 5º, da Lei Federal n.° 1.107, de 06 de abril de 2005, o Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE – CISMETRO, estabelecido para os Municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis e da Estância Turística de Holambra.

Art. 2º Faz parte integrante da presente lei os termos do Protocolo de Intenções – ANEXO I, que vincula o Município de Estância Turística de Holambra ao consórcio firmado.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas pelas verbas consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário, ficando a política pública adotada inserida no PPA – Plano Plurianual do Município, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício de 2014.

Art. 4º A presente ratificação de adesão somente será revogada mediante prévia autorização legislativa específica.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 066/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 071/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE CISMETRO



ARTUR NOGUEIRA – COSMÓPOLIS – HOLAMBRA

Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

Sumário

Protocolo de Intenções

PREÂMBULO

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS

CAPÍTULO III - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CAPÍTULO IV - DAS FINALIDADES

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS

Seção I - Do funcionamento

Seção II - Das competências

Seção III – Das Atas

CAPÍTULO III –DA SUPERINTÊNDENCIA

CAPÍTULO IV – DO CONSELHO TÉCNICO

CAPÍTULO V – DA SECRETARIA EXECUTIVA

CAPÍTULO VI –DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DOS ADMINSITRADORES

CAPÍTULO VII – DO CONSELHO FISCAL

TÍTULO III – DOS RECURSOS HUMANOS

CAPÍTULO I - DAS ADMISSÕES DE PESSOAL

TÍTULO IV – DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATOS ANÁLOGOS



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

CAPÍTULO I - DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA

CAPÍTULO II – DOS CONVÊNIOS

CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS DE RATEIO

CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO

TÍTULO V – DAS FINANÇAS

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - DEMISSÃO, EXCLUSÃO, DISSOLUÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Seção I – Da Demissão ou Retirada

Seção II – Da Exclusão

Seção III – Da Extinção

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO III – DO FORO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE CISMETRO



ARTUR NOGUEIRA — COSMÓPOLIS – HOLAMBRA

Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

PREÂMBULO

Os Municípios signatários do presente Protocolo de Intenções, entabularam discussões sobre a necessidade de ações compartilhadas na área de Saúde a serem realizadas dentro dos princípios da *universalidade*, *integralidade* e *equidade*, para estabelecer uma *rede de ações e serviços hierarquizados*, buscando a melhoria do *atendimento básico*, da *média* e *alta complexidade*, para as suas *ações* e *serviços de saúde*.

A cooperação proposta e acolhida, se fundamenta no disposto no p. único do art. 23, art. 241, art. 173, art. 196 e *caput* do art. 197, da Constituição Federal e no que dispõe o p. 1º do art. 1º e o p. 2º do art. 6º, da Lei Ordinária nº 11.107, de 06 de abril de 2005, ficando estabelecida a criação de uma *associação civilsem fins lucrativos e de caráter assistencial* e por tempo indeterminado, nos termos do art. 44, do Código Civil, a denominar-se como CONSÓRCIO INTERMUNICIAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE - CISMETRO.

A *área de atuação* do CISMETRO corresponde à soma dos territórios dos Municípios signatários do presente Protocolo de Intenções, localizados na Região Norte da RMC (Região Metropolitana de Campinas), que poderá ser expandida em caso de adesão futura de novos municípios nos termos estabelecidos no presente Protocolo de Intenções e na forma prevista estatutariamente, tendo como sede inicial o Município da Estância Turística de Holambra.

Dentro dos objetivos e limites traçados no presente Protocolo de Intenções, ora firmado é que se institui o CONSÓRCIO INTERMUNICIAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE – CISMETRO, a ser integrado pelos Municípios de ARTUR NOGUEIRA, COSMÓPOLIS e da ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, que se regerá pelo disposto no p. único do art. 23, art. 241, art. 173, art. 196 e *caput* do art. 197, da Constituição Federal e no que dispõe o p. 1º do art. 1º e o p. 2º do art. 6º, da Lei Ordinária nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Lei Ordinária nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei Ordinária nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Holambra, 01 de outubro de 2013.



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA – São subscritores do Protocolo de Intenções, os seguintes Municípios:

I – **Município de Artur Nogueira**, com sede na R. 10 de abril, 629 – Centro – Artur Nogueira – SP, com CNPJ n.° 45.735.552/0001-86;

II – **Município de Cosmópolis,** com sede na R. Dr. Campos Sales, 398 – Centro – Cosmópolis – SP, com CNPJ nº 44.730.331/0001-52;

III – Município da Estância Turística de Holambra, com sede na Alameda Maurício de Nassau nº 444, Holambra/SP., com CNPJ n.º 67.172.437/0001-83;

Parágrafo Primeiro - É facultado o ingresso de novos associados ao CONSÓRCIO, a qualquer momento e a critério da Assembléia Geral, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelos Prefeitos dos Municípios que desejarem consorciar-se, do qual constará a lei municipal autorizadora.

Parágrafo Segundo - Todos os Municípios criados através de desmembramento ou de fusão de quaisquer dos Municípios signatários ou consorciados, considerar-se-ão signatários do Protocolo de Intenções ou consorciados caso o Município-mãe ou o que tenha participado da fusão ou incorporação seja respectivamente subscritor ou consorciado.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante lei aprovada pelas Câmaras Municipais de pelo menos dois dos subscritores deste Protocolo de Intenções converter-se-á em Contrato de Consórcio, denominado Estatuto Social, ato institucional do CONSÓRCIO INTERMUNICIAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE - CISMETRO, doravante denominado CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro - Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

Parágrafo Segundo - A alteração do Estatuto Social dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia geral, na forma estatutariamente prevista e de acordo com as normas civis aplicáveis às associações privadas, constituídas e regidas em consonância com o art. 41, da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Para os efeitos deste Instrumento e de todos os atos emanados ou subscritos pelo CONSÓRCIO e seus órgãos ou por entes consorciados, consideram-se:

I – ASSEMBLÉIA GERALOU CONSELHO DE PREFEITOS: órgão de deliberação máxima do CONSÓRCIO composto pelos representantes legais dos Municípios consorciados, com competência para deliberar sobre sua constituição, extinção, alteração de seu estatuto, orçamento, planos de trabalho anuais, contratos de rateio, contratos de programa, termos de parceria, fixação de seu quadro de empregados, eleição e nomeação de seu representante legal e administrador (superintendente), eleição da COORDENAÇÃO GERAL e indicação do CONSELHO TÉCNICO;

II – ATO CONJUNTO: ato normativo do CONSÓRCIO expedido conjuntamente por dois ou mais de seus órgãos dentro de suas competências ou em razão de sua delegação;

III – ATO DA SUPERINTENDÊNCIA - ato normativo de efeitos externos ao CONSÓRCIO expedido pela SUPERINTÊNCIA dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação;

IV – CONSELHO FISCAL – órgão de controle social do CONSÓRCIO constituído por representantes dos conselhos municipais da saúde ou da assistência social com competência para fiscalizar as contas a serem prestadas pela SUPERINTENDÊNCIA do CONSÓRCIO.

V – CONSELHO TÉCNICO: órgão formado por técnicos indicados pelos Municípios consorciados, escolhidos em Assembléia geral e nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, responsável pelo planejamento das ações e serviços a serem executados no CONSÓRCIO, e seu PLANO DE TRABALHO ANUAL.

VI – CONSÓRCIO PÚBLICO PRIVADO: pessoa jurídica composta exclusivamente por entes da Federação, na forma de *pessoa jurídica de direito privado subordinada às regras do direito público quanto à realização de licitações, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regida pela CLT*, para estabelecer relações de cooperação federativa e representação com a finalidade da realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação civil sem fins lucrativos e de caráter assistencial, com personalidade jurídica de ente privado da administração pública;

VII – CONTRATO DE CONSÓRCIO OU ESTAUTO SOCIAL – ato jurídico de instituição do CONSÓRCIO decorrente do PROTOCOLO DE INTENÇÕES estabelecidos pelos Municípios consorciados e que fixa as regras das relações associativas, estabelecendo sua existência, duração, organização, funcionamento, financiamento, extinção e foro.

VIII–CONTRATO DE GESTÃO: o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades previstas no art. 1º da Lei nº. 9.637, de 15 de maio de 1998;

IX – CONTRATO DE PROGRAMA: instrumento pelo qual são constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de SERVICOS PÚBLICOS TARIFADOS por meio de cooperação federativa;

X – CONTRATO DE RATEIO: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público para seu custeio ou investimentos;

XI – CREDENCIAMENTO – procedimento voltado a disponibilizar serviços de saúde aos usuários do CONSÓRCIO mediante o estabelecimento de uma Tabela de Serviços e Preços à qual poderá qualquer prestador de serviços devidamente qualificado se vincular sem exclusão para prestar serviços à escolha dos usuários.

XII – DELIBERAÇÃO: ato normativo do CONSÓRIO expedido pelo CONSELHO DE PREFEITOS em razão de suas competências ou em razão de sua delegação.

XIII – GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS: exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público privado ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos do art. 241 da Constituição Federal;

XIV – PLANO DE TRABALHO ANUAL: rol de ações e serviços a serem realizados no período anual pelo CONSÓRCIO, vinculados às suas disponibilidades orçamentárias, com elaboração sob responsabilidade do CONSELHO TÉCNICO;

XV – PORTARIA: ato normativo interno do CONSÓRCIO expedido pela SUPERINTÊNCIA dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação;

XVI – PRESTAÇÃO REGIONALIZADA: aquela em que um único prestador atende a dois ou mais municípios, contíguos ou não, com uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração, e com compatibilidade de planejamento;

XVII – RESOLUÇÃO: ato normativo interno do CONSÓRCIO expedido pela COORDENAÇÃO GERAL dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação;

XVIII – SECRETARIA EXECUTIVA: órgão gerencial do CONSÓRCIO, subordinado à SUPERINTENDENCIA, responsável pela execução dos trabalhos administrativos, técnicos, financeiros e de movimentação dos recursos humanos, do CONSÓRCIO, chefiada por um COORDENADOR GERAL, eleito pela ASSEMBLÉIA GERAL e nomeado pela SUPERINTENÊNCIA, gerentes e técnicos nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA.

XIX–SUPERINTENTÊNCIA: órgão de representação do CONSÓRCIO junto às esferas de governo, responsável pela gestão, administração, movimentação financeira e de pessoal com poderes de delegação, responsável pela supervisão dos trabalhos do CONSELHO TÉCNICO e da SECRETARIA EXECUTIVA.

XX–TERMO DE PARCERIA: o instrumento firmado entre o Poder Público e entidade qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, destinado à formação de



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999.

CAPÍTULO III - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA - CONSÓRCIO INTERMUNICIAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – NORTE – CISMETRO é um consórcio público privado, pessoa jurídica de direito privado com natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos e de caráter assistencial instituído sob a regência do art. 41, do Código Civil.

Parágrafo primeiro – O Consórcio adquirirá personalidade jurídica com a conversão do presente Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público (Cláusula Segunda, caput);

Parágrafo segundo – Ao CONSÓRCIO em razão se seu caráter assistencial, e prestação de serviços essenciais de saúde de forma universalizada, fica reconhecida a sua imunidade tributária, não sendo incidente aos seus serviços quaisquer tributos.

Parágrafo terceiro – Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor a partir do dia 01 de NOVEMBRO de 2013.

CLÁUSULA QUINTA – O Consórcio vigerá por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – A sede do Consórcio é o Município da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, e sua área de atuação corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram, que poderá ser expandida em caso de adesão futura de novos municípios nos termos estabelecidos no contrato de consórcio ou estatuto.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral do Consórcio, poderá alterar a sede, com a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos consorciados.

CAPÍTULO IV – DAS FINALIDADES

CLÁUSULA SÉTIMA – As finalidades do Consórcio são:

I – Planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a assegurar a assistência à saúde aos cidadãos dos Municípios consorciados, garantindo de forma universalizada, integralizada e equitativa, a execução das ações e serviços de saúde, nos níveis de complexidade básica, média e alta, especialmente atuando para dar efetividade a:

a) Programas de saúde familiar.
b) Programas de triagem e encaminhamento à rede hospitalar regional.
c) Programas de atendimento regional em especialidades médicas, procedimentos de média complexidade e internações (AIH), com ênfase ao atendimento à população de baixa renda.
d) Serviços de diagnóstico laboratorial e por imagens.
e) Outros programas e ações de interesse de parte ou da totalidade dos Municípios consorciados, de acordo com aprovação da Assembléia Geral.



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

II – Representar o conjunto dos Municípios que o integram junto aos órgãos integrantes do SUS – SITEMA ÚNICO DE SAÚDE, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, inclusive com participação nas Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacionais de Saúde.

III – Promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento da saúde regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram na qualidade da saúde pública na área de atuação.

IV – Desenvolver serviços e atividades de interesse dos Municípios consorciados, na área de saúde, de acordo com os contratos de rateio e contratos de programas aprovados pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - Para o cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO poderá:

a) Adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio.
b) Firmar convênios, contratos, contratos de gestão, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do Governo ou da iniciativa privada.
c) Prestar a seus associados serviços de qualquer natureza, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais.

Parágrafo Segundo – Não se encontram dentre as finalidades do presente consórcio a gestão de unidades de serviços de saúde.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA OITAVA - O Consórcio se estruturará em órgãos hierarquicamente estabelecidos e com autonomia dentro de suas competências, especialmente quanto ao poder de fiscalização apresentando a seguinte estrutura básica:

a) Assembléia Geral ou Conselho de Prefeitos.
b) Superintendência.
c) Secretaria Executiva.
d) Conselho Técnico.
e) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II – Da Assembléia geral ou conselho de prefeitos

CLÁUSULA NONA – A ASSEMBLÉIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS é o órgão de deliberação máxima do CONSÓRCIO integrado pelos prefeitos municipais dos municípios consorciados, sendo composto por um PRESIDENTE, um VICE PRESIDENTE e MEMBROS REPRESENTANTES dos municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os componentes do CONSELHO DE PREFEITOS deverão, no prazo de 15 (quinze) dias de sua posse designar representante a ser cadastrado junto ao



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

CONSÓRCIO, para substituí-los, em suas ausências ou impedimentos na representação de seus municípios junto ao CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro – Os representantes nomeados somente poderão ser substituídos mediante novo cadastro junto ao CONSÓRCIO que não poderá ser procedido em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas das Assembléias gerais.

Parágrafo Segundo - Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembléia Geral, e nenhum servidor ou membro de um ente consorciado poderá representar outro ente consorciado.

Parágrafo Terceiro - Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembléia Geral. □

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Assembléia Geral será presidida pelo Prefeito de um dos Municípios consorciados, eleito por aclamação ou voto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo primeiro – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á ao segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Parágrafo segundo – Em caso de renúncia do Presidente, haverá imediata eleição para suprir a vacância, assumindo a Presidência o Vice Presidente que convocará Assembléia geral ordinária para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias,proceder a eleição de novo Presidente.

Seção I - Do funcionamento

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- A Assembléia Geral será dirigida pelo Presidente que indicará um Secretário para auxiliá-lo.

CLÁSULA DÉCIMA TERCEIRA - A Assembléia Geral reunir-se-á por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocada por, ao menos, 1/5 (um quinto) de seus membros.

Parágrafo primeiro – As convocações deverão se dar através de edital de convocação com ciência inequívoca a todos os membros consorciados, o que poderá ser promovido pela ciência no próprio ato de convocação ou através de correspondência com aviso de recebimento (A.R.).

Parágrafo segundo – O prazo entre a convocação e a realização da Assembléia geral não poderá ser inferior a quarenta e oito horas.

Parágrafo terceiro – A Assembléia Geral, somente se instalará e deliberará com a presença de mais da metade dos entes consorciados, exceto sobre as matérias que exijam quórum superior nos termos deste Protocolo de Intenções ou dos estatutos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As deliberações da Assembléia Geral serão por consenso ou por voto, que será público, nominal e aberto.



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Cada membro do Consórcio terá um voto, independente dos bens e recursos que repassar ao Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - As decisões serão sempre por maioria absoluta, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate, ressalvadas as alterações contratuais e/ou estatutárias que obedecerão o *quorum* qualificado de 2/3 (dois terços).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A Assembléia Geral somente deliberará sobre os assuntos da pauta, que devem ser específicos, sendo vedada a inclusão em pauta de tema sob o título de "assuntos gerais" ou "assuntos de interesse geral" ou expressão equivalente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os assuntos que vierem à discussão, sem constar previamente da pauta, somente poderão ser objeto de discussão, se encaminhados para deliberação na próxima sessão da Assembléia Geral, convocada nos termos do Estatuto Social.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Os assuntos levados à pauta deverão ser necessariamente objeto de discussão pela Assembléia Geral, em busca de decisão de consenso, sendo levados à deliberação por voto somente depois de esgotadas todas as possibilidades de aprovação consensual.

Seção II - Das competências

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Compete à Assembléia Geral:

a) Deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do CONSÓRCIO.
b) Aprovar:
1. o PLANO DE TRABALHO ANUAL, elaborado pelo CONSELHO TÉCNICO e apresentado pela SUPERINTENTÊNCIA;
2. a PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL elaborada pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentada pela SUPERINTENDÊNCIA.
c) Definir as políticas patrimoniais e financeiras e aprovar os programas e investimentos do Consórcio elaborados pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentados pela SUPERINTENDÊNCIA.
d) Eleger em Assembléia geral o SUPERINTENDENTE como representante legal e administrador do CONSÓCIO, para um mandato de quatro anos, com possibilidade de recondução, bem como determinar a perda do mandato, nos casos previstos estatutariamente.
e) Aprovar o relatório anual das atividades do CONSÓRCIO, elaborado pelos CONSELHO TÉCNICO e SECRETARIA EXECUTIVA e apresentados pela SUPERINTENDÊNCIA.
f) Apreciar, até março de cada ano, as contas do exercício anterior, prestadas pelo SUPERINTENDENTE acompanhado do parecer conclusivo do CONSELHO FISCAL.
g) Deliberar sobre as quotas de contribuições dos municípios consorciados, especialmente aquelas estabelecidas nos contratos de rateio.
h) Autorizar a alienação dos bens do Consórcio, bem como seu oferecimento como garantia de operação de crédito.
i) Aprovar a solicitação dos servidores municipais para a prestação de serviços junto ao Consórcio, nos termos das respectivas leis municipais de origem.
j) Deliberar sobre a suspensão, exclusão e penalização de consorciados.
k) Propor, apreciar e deliberar sobre propostas de alterações do presente Estatuto.
l) Autorizar a entrada de novos consorciados.



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

m) Deliberar sobre a mudança de sede.
n) Supervisionar os trabalhos e as atividades desenvolvidas pelo SUPERINTENDENTE.
o) Aprovar o quadro de pessoal, suas alterações, e remuneração dos empregados do Consórcio, inclusive a do Coordenador Geral e dos demais integrantes da Secretaria Executiva, mediante proposta do SUPERINTENDENTE.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem as alíneas "d" e "k" deste artigo é exigida deliberação por Assembléia especialmente convocada para esse fim.

CLÁSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Compete ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

a) Presidir as Assembléias Gerais e dar voto de qualidade.
b) Dar posse ao SUPERINTENDENTE.
c) Representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo em assuntos de interesse comum, dentro dos limites fixados para a representação autorizada pela Assembléia Geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas ausências e impedimentos.

Seção III – Das Atas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas, de forma resumida, cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação dos resultados da votação.

Parágrafo Primeiro - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo.

Parágrafo Segundo - A ata será rubricada em todas as suas folhas, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembléia Geral.

Parágrafo terceiro – As atas serão registradas em livro próprio, devendo ser dadas às mesmas amplas publicidades com sua publicação no sítio da internet do CONSÓRCIO.

Parágrafo Quarto – Às convocações das Assembléias e reuniões deverá ser dada ampla publicidade com divulgação no sítio da internet do CONSÓRCIO.

CAPÍTULO III – Da Superintendência

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA–A SUPERINTENDÊNCIA é o órgão de representação responsável pela gestão, administração, movimentação financeira e de pessoal e prestação de contas do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – A SUPERINTENDÊNCIA tem como titular um SUPERINTENDENTE, com poderes de administração do CONSÓRCIO, que será assessorado



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

e auxiliado pelos CONSELHO TÉCNICO e SECRETARIA EXECUTIVA, podendo delegar competências.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – O SUPERINTENDENTE ocupará emprego em confiança, por eleição da Assembléia, com mandato de quatro anos, somente podendo ser demitido por decisão justificada do CONSELHO DE PREFEITOS em Assembléia Geral, especificamente convocada para esse fim, com *quorum* mínimo de 2/3 (dois terços) para deliberação e aprovação, na qual será lhe proporcionada a oportunidade para se manifestar em ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA– Compete ao SUPERINTENDENTE:

a) Representar o Consórcio, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo firmar contratados ou convênios e atos análogos, inclusive convenções coletivas de trabalho, bem como constituir procuradores: "ad negocia" e "ad judicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Coordenador Geral da Secretaria Executiva.
b) Movimentar, em conjunto com o Coordenador Geral da Secretaria Executiva ou com o Diretor de Administrativo e Financeiro, as contas bancárias do Consórcio, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente.
c) Acompanhar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela SECRETARIA EXECUTIVA e pelo CONSELHO TÉCNICO.
d) Aprovar, a proposta de Regimento Interno do Consórcio a ser elaborada pela SECRETARIA EXECUTIVA e suas alterações, bem como, resolver e dispor sobre casos omissos.
e) Aprovar as contratações de serviços de terceiros e convênios com órgãos públicos e privados, conforme definidos nos planos e programas de trabalho aprovado pela Assembléia Geral.
f) Apresentar proposta do quadro de pessoal, suas alterações, e remuneração dos empregados do Consórcio, inclusive a do Coordenador Geral e dos demais integrantes da Secretaria Executiva, para aprovação da Assembléia Geral.
g) Prestar contas aos órgãos públicos ou privados que tenham concedido auxílios e subvenções ao Consórcio e ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

CAPÍTULO IV – DO Conselho Técnico

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – É o órgão formado por pelo menos (2) dois técnicos indicados por cada um dos Municípios consorciados sendo sempre a composição paritária entre titulares e suplentes, escolhidos em Assembléia geral e nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, responsável pelo planejamento das ações e serviços a serem executados no CONSÓRCIO, e seu PLANO DE TRABALHO ANUAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – Compete ao CONSELHO TÉCNICO:

a) Incentivar e convidar técnicos e assessores municipais, de empresas e da sociedade civil, para debater propostas, prioridades e os planos e programas de trabalho do Consórcio podendo, para isso, constituir Grupos de Trabalho, definindo objetivos, metas e sua composição.
b) Planejar as ações e serviços de saúde a serem executados pelo CONSÓRICIO.
c) Elaborar o PLANO ANUAL de trabalho.
d) Apresentar o Relatório Anual de Atividades.



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

e) Deliberar quanto às questões técnicas que envolvam as ações e serviços de saúde executados pelo CONSÓRCIO.
f) Escolher e aprovar o DIRETOR TÉCNICO do CONSÓRCIO, a ser nomeado pelo SUPERINTENDENTE.
g) Assessorar o SUPERINTENDENTE quanto às questões de ordem técnica dos serviços e ações de saúde.
h) Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, para publicação pela SUPERINTENDÊNCIA.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do CONSELHO TÉCNICO serão por consenso ou por voto, uma para cada membro, respeitada a maioria absoluta.

Parágrafo Segundo - O CONSELHO TÉCNICO elegerá um Presidente, com mandato de dois anos e possibilidade de recondução, que exercerá as funções de responsável por suas reuniões e atividades, com voto de qualidade.

CAPÍTULO V – Da Secretaria Executiva

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - É o órgão gerencial do CONSÓRCIO, subordinado à SUPERINTENDENCIA, responsável pela execução dos trabalhos administrativos, técnicos, financeiros e de movimentação dos recursos humanos, do CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria Executiva é, chefiada por um COORDENADOR GERAL, emprego em confiança, escolhido pela ASSEMBLÉIA GERAL e nomeado pela SUPERINTENDÊNCIA, gerentes e técnicos nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, conforme estabelecido no quadro de pessoal e no regulamento de contratações do CONSÓRCIO.

Parágrafo Único A Secretaria Executiva, executará os planos e programas estabelecidos pelas instâncias de deliberação do CONSÓRCIO, e será constituída além de um Coordenador Geral, por corpo técnico e administrativo, integrado por quadro de pessoal próprio, cedido pelos membros do Consórcio ou contratado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Compete ao Coordenador Geral:

a) Reportar-se ao SUPERINTENDENTE para atendimento das tarefas e trabalho da Assembléia Geral, assim como responder pela execução das atividades do CONSÓRCIO.
b) Propor a estruturação ou reestruturação administrativa de seus serviços o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidos à apreciação do SUPERINTENDENTE e aprovação do CONSELHO DE PREFEITOS.
c) Contratar, enquadrar, promover, demitir e punir empregados, bem como praticar todos os demais atos relativos à organização do pessoal, em comum acordo com o SUPERINTENDENTE.
d) Propor ao SUPERINTENDENTE a solicitação de servidores municipais para prestarem serviços ao Consórcio.
e) Fornecer ao CONSELHO DE PREFEITOS, ao SUPERINTENDENTE e ao CONSELHO FISCAL todas as informações que lhe sejam solicitadas.
f)Elaborar a proposta orçamentária anual, a ser submetida ao SUPERINTENDENTE e ao CONSELHO DE PREFEITOS;
g) Elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais, a serem submetidos ao Conselho Fiscal e Assembléia Geral;



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

h) Elaborar os balancetes mensais para ciência do SUPERINTENDENTE e CONSELHO DE PREFEITOS e CONSELHO FISCAL.
i) Elaborar a prestação de contas dos contratos de rateio, auxílios e subvenções concedidas ao CONSÓRCIO, para ser apresentado pelo SUPERINTENDENTE aos Municípios ou ao órgão concedente;
j) Publicar, anualmente, no jornal de maior circulação dos municípios consorciados, ou jornal de maior circulação da região, o balanço anual do Consórcio;
k) Autorizar compras, serviços e outras despesas dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral e definido pelo SUPERINTENDENTE, desde que estejam de acordo com o plano de atividades e programas aprovados pelos mesmos;
l) Autenticar, junto com o SUPERINTENDENTE os livros de atas e registros próprios do Consórcio;
m) Movimentar, em conjunto com o SUPERINTENDENTE ou com o Diretor de Administrativo e Financeiro, as contas bancárias do Consórcio.

CAPÍTULO VI - Da eleição e da destituição do Presidente e dos Administradores

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - O Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS será eleito em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos.

Parágrafo Primeiro – Exclusivamente para o cargo de Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS somente serão aceitos como candidatos Chefes do Poder Executivo de ente consorciado.

Parágrafo segundo - O Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS será eleito por aclamação ou voto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo terceiro – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á ao segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Parágrafo quarto – Não poderão se candidatar os Chefes de Executivo de ente consorciado que estiver em débito com o CONSÓRCIO na data da eleição.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – Proclamado o resultado e eleito o Presidente, passará a Assembléia Geral à eleição do SUPERINTENDENTE e do COORDENADOR GERAL, utilizando o mesmo procedimento adotado para a eleição do Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS.

Parágrafo primeiro – Escolhido o SUPERINTENDENTE será designada ao mesmo a administração do consórcio sendo lhe dada à posse, pelo Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS na própria Assembléia.

Parágrafo segundo – Escolhido o COORDENADOR GERAL ao mesmo será dada posse em ato próprio e em separado pelo SUPERINTENDENTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – A destituição do Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS e do SUPERINTENDENTE se dará em Assembléia Geral, especialmente



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

convocada para esse fim, que se instalará e deliberará com o *quorum* mínimo de 2/3 (dois terços).

Parágrafo único – No Procedimento de destituição será garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – O Coordenador Geral poderá ser destituído pelo SUPERINTENDENTE *ad deferendum* do CONSELHO DE PREFEITOS.

CAPÍTULO VII – Do Conselho Fiscal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – É órgão de controle social do CONSÓRCIO constituído por representantes dos conselhos municipais da saúde e ou da assistência social com competência para fiscalizar as contas a serem prestadas pela SUPERINTENDÊNCIA do CONSÓRCIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - O Conselho Fiscal será constituído por 02 (dois) representantes de cada Conselho Municipal, sendo um titular e um suplente, indicados por seu Presidente a requerimento do SUPERINTENDENTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - O Conselho Fiscal será dirigido por uma Diretoria constituída por um Presidente, um Vice - Presidente, um Secretário e suplentes, eleitos em escrutínio aberto para o mandato de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - O Conselho Fiscal, através de seu Presidente, e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá convocar o superintendente ou o COORDENADOR GERAL, para esclarecimentos ou providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial, ou ainda quando ocorrer inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Fiscalizar a contabilidade do CONSÓRCIO.
b) Acompanhar e fiscalizar as operações econômicas ou financeiras da entidade.
c) Exercer o controle de gestão e de finalidade do CONSÓRCIO.
d) Exercer o controle sobre o plano de trabalho, proposta orçamentária, balanços e relatórios e prestações de contas, a serem submetidos à Assembléia Geral.
e) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno para publicação pelo SUPERINTENDENTE.
f) Eleger seu Presidente, Vice – Presidente e Secretário e respectivos suplentes.
g) Indicar representante para participar de reuniões do Conselho Técnico e da Assembléia Geral, quando convidado.
h) Emitir pareceres quando da prestação de contas anuais do consórcio antes de sua apreciação pela Assembléia Geral.

TITULO III – Dos Recursos Humanos

CAPÍTULO I - DAS ADMISSÕES DE PESSOAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - O Consórcio terá empregados a serem contratados nos termos previstos pelo §2º, do art. 6º, da Lei Ordinária, 11.107, de 06 de abril de 2005, e



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

cujo número será fixado em relação aos serviços, por proposta elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA e decisão da Assembléia Geral.

Parágrafo único - O número de empregados poderá ser alterado em razão de aumento ou redução na demanda dos serviços, por decisão da Assembléia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - O provimento dos empregos se dará por processo seletivo, e em comissão para os cargos de direção, chefia e assessoramento, respeitadas as regras de nomeação de empregos em confiança estabelecidas para os casos específicos previstos no Estatuto.

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - A contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, deverá se dar nas seguintes hipóteses:

a) Nos casos de vacância ocasionados por férias, licença remunerada de qualquer natureza, afastamento do trabalho por motivo de doença, morte, pedido de demissão ou demissão de empregado, limitado ao prazo de um ano, até que seja viável a elaboração de processo seletivo para contratação;
b) Nos casos de aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificado e por decisão da Assembléia Geral, pelo prazo máximo de seis meses.
c) Nos casos de calamidade pública, estado de emergência e nas ocorrências de epidemias, devidamente registrados e homologados, conforme o evento.
d) Nos casos de iminente perigo de supressão dos serviços ocasionado por paralisação ou greve de empregados, assim como, nas emergências, devidamente justificadas
e) Nos casos em que houver risco se solução de continuidade de serviço essencial.

Parágrafo único - Não se admitirá a contratação nos moldes previstos no presente inciso fora das hipóteses previstas nas alíneas anteriores, assim como, não se tolerará a perpetuação da contratação temporária.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - Os salários dos empregados seguirá quadro próprio, ficando limitado ao mínimo dos valores pagos pela respectiva categoria de classe fixado em convenção coletiva de trabalho da qual tenha participado o CONSÓRCIO e ao máximo pelo teto fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

TÍTULO IV – DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATOS ANÁLOGOS

CAPÍTULO I - DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - O CONSÓRCIO poderá firmar contrato de gestão e termos de parceria para consecução de suas finalidades, respeitadas as disposições da Lei 9.637/98, que instituiu as Organizações Sociais, Contratos de Gestão e o Programa Nacional de Publicação, e da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999, que instituiu as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e seus respectivos decretos regulamentadores, devendo os Municípios consorciados providenciar a Legislação municipal autorizativa.



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

Parágrafo Único - As contratações estipuladas na presente cláusula, deverão necessariamente ser previamente aprovadas pelo CONSELHO FISCAL, a quem se encaminhará o protocolo de intenções firmado com as entidades civis parceiras, detalhando toda matéria a ser deliberada.

CAPITULO II – DOS CONVÊNIOS

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – O CONSÓRCIO poderá firmar convênios e termos de cooperação com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras podendo receber recursos para tanto.

CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS DE RATEIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - O CONSÓRCIO firmará com os Municípios consorciados CONTRATO DE RATEIO, por meio do qual os entes consorciados se obrigarão a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público para seu custeio ou investimentos.

Parágrafo único – Os contratos de rateio serão firmados a cada exercício com base no PLANO DE TRABLHO e na PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA anuais.

CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – O CONSÓRCIO poderá estabelecer procedimento de credenciamento, para serviços de saúde, com fundamento no *caput* do art. 25, da Lei Geral de Licitações, devendo nestes casos estabelecer uma TABELA DE PREÇOS UNIFORMES para os serviços a serem contratados e LISTA DE CREDENCIADOS com ampla publicidade, para que os usuários possam escolher aquele que melhor lhes aprouver.

TÍTULO V – DAS FINANÇAS

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - Pelos bens que vier a adquirir a qualquer título.
II - Pelos bens que lhe foram doados por entidades públicas e privadas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - Os repasses dos Municípios procedidos em razão dos contratos de rateio, previstos no art. 8º, da Lei Ordinária nº 11.107, de 06 de abril de 2005.
II - Dos repasses de empresas e entidades, consoante Convênios termos e cooperação.
III - A remuneração dos próprios serviços, inclusive os decorrentes da gestão de contratos firmados pelo consórcio, quando previsto em edital de convocação.
IV - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares.
V - As rendas de seu patrimônio.
VI - Os saldos dos exercícios.
VII - As doações e legados.
VIII - O produto da alienação de seus bens.



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

IX - O produto das operações de crédito, permitidas por lei.
X - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e da aplicação de capitais.
XI - O produto da arrecadação destinado aos Municípios por força do art. 158, I, da CONSTITUIÇÃO DEFERAL, do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CONSÓRCIO.
XII - O produto da arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza dos Municípios incidente sobre serviços realizados ou tomados pelo CONSÓRCIO.

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I–DEMISSÃO ou RETIRADA, EXCLUSÃO, DISSOLUÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Seção I – Da Demissão ou Retirada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - Cada consorciado poderá se retirar a qualquer momento da sociedade, desde que denuncie sua participação com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, cuidando os demais consorciados de acertar os termos da redistribuição de custos dos planos, programas e projetos de que participe o retirante.

Parágrafo Primeiro – São condições imprescindíveis para a validade do ato de retirada:

a) estar o ente consorciado quites com o CONSÓRCIO, sem qualquer débito vencido pendente de liquidação;
b) ser autorizado por lei específica aprovada pela respectiva Câmara Municipal do ente retirante.

Parágrafo Segundo – Manifestando o ente sua vontade de retirar-se e existindo débitos vencidos pendentes, deverá o mesmo providenciar o seu pagamento ou Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, a ser proposto pelo SUPERINTENDENTE e aprovado pela Assembléia Geral.

Parágrafo Terceiro – Aprovado o parcelamento da dívida o ente consorciado ficará suspenso, não recebendo qualquer prestação dos serviços, ficando obrigado, todavia, a pagar as despesas operacionais do CONSÓRCIO relativas à cota fixa, até a liquidação total de seu débito.

Parágrafo quarto – A retirada promovida sem o cumprimento das formalidades previstas nos dispositivos anteriores, sendo considerada irregular por decisão da Assembléia Geral, implicará em multa civil ao Município no percentual de 100% (cem por cento) do débito existente e representação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a ser formalizada pela SUPERINTENDÊNCIA.

Seção II – Da Exclusão

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - Serão excluídos do quadro social, ouvido o CONSELHO DE PREFEITOS em Assembléia Geral, os consorciados que tenham deixado de incluir, no orçamento da despesa, a dotação devida ao Consórcio sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos e representação aos órgãos de fiscalização (MP e TCESP) a ser promovida pelo SUPERINTENDENTE.



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

Parágrafo único – O consorciado que deixar de repassar as cotas do contrato de rateio, e não apresentar proposta de pagamento no prazo de 15 (quinze) dias contados do vencimento, ou que apresentando proposta para pagamento a deixe de cumprir, será suspenso *ad referendum* do CONSELHO DE PREFEITOS, pelo SUPERINTENDENTE, aplicando-se-lhe, no que couber o previsto nos parágrafos da cláusula anterior, até a quitação de seu débito, após o que será excluído do CONSÓRCIO.

Seção III – Da Extinção

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - O Consórcio somente será extinto por decisão do CONSELHO DE PREFEITOS em Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim e pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - Em caso de extinção, os bens e recursos do Consórcio reverterão ao patrimônio dos consorciados, proporcionalmente às inversões feitas, ou a entidade com as mesmas finalidades e natureza jurídica, indicada pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - Os consorciados que participam de um investimento, que o entendam indiviso, poderão optar pela reversão a apenas um deles, escolhido mediante sorteio ou conforme for acordado pelos partícipes, na Liquidação do CONSÓRCIO, mediante homologação da Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo – Os consorciados deverão providenciar a liquidação do CONSÓRCIO com a devida quitação de todas as obrigações existentes e as reversões pertinentes sob pena de responsabilidade pessoal de seus representantes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - Aplicam-se às hipóteses do artigo anterior ao caso de encerramento de determinada atividade do Consórcio, cujos investimentos se tornem ociosos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - Os consorciados que se demitirem (retirarem espontaneamente) e os excluídos do quadro social somente participarão da reversão dos bens e recursos da sociedade, quando de sua extinção ou encerramento, da atividade de que participem.

Parágrafo Único - Qualquer consorciado pode assumir os direitos daquele que saiu, mediante ressarcimento dos investimentos que este fez na sociedade.

SEÇÃO IV – DIREITOS E DEVERES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - São direitos dos consorciados, a utilização dos serviços objeto do consórcio nos termos do presente Estatuto, e dos contratos de rateio, desde que em dia com suas contribuições ao CONSÓRCIO.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - São deveres dos consorciados, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e os termos dos contratos de rateio.

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS



Continuação da Lei n.º 816/2013

ANEXO I

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - O consórcio ora intencionado fica autorizado à gestão associada dos serviços objeto do presente termo, dentro de suas finalidades precípuas já elencadas e na sua área de atuação, respondendo pelos Municípios consorciados dentro dos limites da prestação de serviços contratada.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - O consórcio também fica autorizado a licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços, nos limites de suas competências, mediante decisão, por unanimidade, da Assembléia Geral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - Os contratos de programa firmados com órgão ou entidade de um dos entes da Federação consorciados, para prestação de serviços, dependerão de protocolo prévio de intenções, aprovado pela Assembléia Geral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - Os serviços prestados pelo Consórcio deverão obedecer aos critérios estabelecidos pelo SUS, dando-se o mesmo para os contratos de programa.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - Os Municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela entidade.

Parágrafo Único – O SUPERINTENDENTE, administrador do CONSÓRCIO, e os representantes legais dos consorciados não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do CONSÓRCIO, mas assumirão as responsabilidades por atos praticados de forma contrária à lei ou às disposições contidas neste Estatuto.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - O primeiro exercício social do Consórcio encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - Os consorciados se obrigam a incluir nos respectivos orçamentos os recursos necessários para satisfazer as obrigações estabelecidas pela Assembléia Geral, nos moldes dos contratos de rateio firmados.

Parágrafo Único - Para o exercício de 2014, os consorciados comprometem-se a providenciar a abertura de crédito adicional especial, se necessário, para os efeitos previstos no "caput" deste artigo.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - A SUPERINTENDÊNCIA promoverá o registro do presente instrumento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na cidade de sua sede, para que o Consórcio adquira personalidade jurídica.

CAPÍTULO III – DO FORO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que ele originar, fica eleito o foro de sua sede.

computados) foram localizados onde ocorrem a mistura de esgoto e água pluviais. Isso é responsabilidade do empreendedor (por exemplo, loteamento) . Poderia contemplar no plano de saneamento o monitoramento da qualidade da qualidade das aguas subterrâneas, utilizadas para fins de sanitários em área rural; Propostas mais incentivos para tratamento de efluentes em área rural . Com isso será reduzido a contaminação do lençol. Sobre as perdas financeiras de agua qual o montante da atual de créditos tributários inseridos na divida ativa que passarão para a autarquia em forma de patrimônio? Em seguida foi dada a palavras aos técnicos para respostas que ficaram registradas em mídia eletrônica, com exceção das perdas financeiras que serão encaminhadas por ofício. Encerrados os questionamentos foi promovido a consulta pública junto aos presentes, finalizando com o seguinte resultado: Plano municipal 57 aprovaram e 1 contra. Autarquia: 58 aprovaram. Finalizando registramos o agradecimento da munícipe Conceição aparecida da Silva Costa. No final foi dada a Palavra do Presidente da Câmara e também do Prefeito Municipal, que agradeceu a presença de todos especialmente pela paciência desse ano muito difícil, com tantas dificuldades e obstáculos que estamos enfrentando, desejou a todos um Feliz Natal e um prospero Ano Novo. Nada mais havendo a tratar , o Presidente da Mesa declarou encerrada a presente Audiência Pública, às 18 horas. A presente Ata, para fins de direito, vai assinada por mim Secretária e pelos membros da Mesa.

DIMAS ANTONIO STARNNI
Presidente

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

NILSON MARCONATO
Diretor de Meio Ambiente.

PETRUS BARTHOLOMEUS WELL
Presidente da Câmara Municipal

NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Secretária e Diretora Jurídica

básico. Todas as informações que constam do plano são decorrentes de uma lei federal, 11.445, que embasa o desenvolvimento urbano. As informações são extraídasdo próprio Município, ou de fontes oficiais, no caso a fundação SEADE e IBGE, mais o primeiro. O plano após sua elaboração será alimentado pelos técnicos do Município, senão ficará defasado, para dar continuidade. *Hoje* trabalhamos com uma população de 12.000 habitantes, e informações de taxa de crescimento. Abordamos um horizonte de 30 anos, e no final fizemos uma somatória do investimento, projeção desses 30 anos, até 2043, chegamos em algumas situações em termos de abastecimento de água, principalmente, o Município entrará em colapso, agora é o momento , pois poderá ficar sem o abastecimento de água. Temos vários tipos de captação, temos dois sistemas de tratamento e distribuição, isso em termos de planejamos, coloca Holambra e risco, temos uma captação no lago do Holandês, e distribuímos. A Prefeitura tem um volume de 754.000m2. Cinqüenta por cento (50%) é perdido em termos de tubulação, os hidrômetros são muito antigos e mede de forma equivocada, mede e cobra errado. Aumenta o custo para o município. O sistema é ineficiente. Mesma coisa no abastecimento CAAPH. Sistema de reserva e poços, mesma coisa, o complicado é a captação, nossa lamina d'água é reduzida, por ser uma cidade turística, compromete o abastecimento público. Temos que buscar água no Camanducaia, pois é muito menor as chances de dar problemas, precisamos trabalhar com planejamento, pois dependemos de um único ponto para abastecer o município. Chegamos a algumas conclusões no sistema operacional de abastecimento.: corrosões, indisponibilidade de materiais (rede muito antiga) , mão de obra qualificada, o que poderá ser resolvido com a estrutura e criação de uma autarquia. Perdas dos medidores de pressão . O esgoto atende 95% da população. Foi calculada uma media em função da metragem de rede, 3,57metros por habitantes, comparando com outros municípios está baixo. A ideia do plano: não fazer ajustes, planejaros novos loteamentos. Em muitos lugares Holambra não tem informações da rede, das bocas de lobo, não houve planejamento ou mapeamento da rede de drenagem.

Não tem cadastro hidráulico. Geração de cerca de 103,5 toneladas de resíduos sólidos. Geração de resíduos de saúde de200 quilos. . em seguida passou a discorrer sobre SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJOS DE ÁGUAS PLUVIAIS, falou sobre bairros atendidos, por sistema subterrâneo, sendo o remanescente apresentando escoamento superficial. Traçou o cenário do Município hoje, Holambra tem uma população itinerante, e há necessidade de prospectar essa população, se isso vier a ser contínuo o sistema não suportará. Discorreu sobre situação a curto médio e longo prazo até 2043. Em termos de esgoto traçou a situação a curto, médio e longo prazo, até 2043. Pontuou situações de risco de rede de drenagem e rede de esgoto. Traçou as metas em 100 por cento, e coleta seletiva maior ou igual a 50%. Trabalhar reciclagem em grandes volumes e encontrar situações de sustentabilidade econômicas e ambientais. Tratamento de resíduos tóxicos. Metas de macro drenagem urbana, plano de uso e ocupação do solo das bacias hidrográficas, regulamentar um plano de recursos hídricos, definir uma politica de uso e ocupação de solo, inserir paramentos necessários a manutenção da permeabilidade do solo e ao sistema de retenção de agua das chuvas na politica de uso e ocupação do solo; limpeza e desassoreamento dos rios córregos, executar obras de ampliação infra estrutura e outros apontados no pano. Etc.apontou como investimentos a curto médio e longo e prazo de programas, o valor de R$ 284.500.008,00. Enfatiza que a criação da autarquia vai ser fundamental para a construção dessas situações. Através da autarquia é que se poderão conseguir recursos necessários para viabilizar esses investimentos. O Presidente da Mesa, retomando a palavra, deu prosseguimento à Audiência Pública e passou a explanar sobre questões técnicas da criação da autarquia. Posteriormente e passou à leitura dos questionamentos.1) porque não se utilizou a norma ABNT 7229 \93, para definição do volume de agua por habitantes; 2) os valores levantados a titulo de investimentos são consistentes com a realidade das necessidades do Município; 3) Qual a proposta sugerida para o efetivo controle dos povoados na zona rural, no que diz respeito, ao saneamento básico, água, esgoto e resíduos sólidos; 4) saneamento rural como fica; perdas de agua (real ou não

com diálogo nossa administração é séria e transparente, para que a qualidade de vida seja a melhor da região, em todo os seguimentos e em todas as suas áreas, O Plano engloba os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem pluvial. Os estudos realizados possibilitaram a elaboração de diagnósticos e prognósticos setoriais, identificação das deficiências existentes e propostas de soluções e alternativas. A criação de autarquia municipal para tratamento de água e esgoto - SAEHOL. Após a apresentação do Plano, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Diretor Municipal de Meio Ambiente, Nilson Marconato, que disse: explanou sobre a situação do Município, da dificuldade dos investimentos na ETA, explicou que nossos filtros estão deficientes,explanou que estão totalmente obsoletos, que a falta da capacidade de nosso equipamento, a dificuldade de manter uma água saudável. O reservatório está em péssimos estados, 25 anos e não se terminou as obras. O contato estava com um contrato para fazer o projeto para reforma da ETA, e quando entramos em contato com a empresa, a gestão passada não havia transmitido as informações necessárias para a elaboração do PLANO de SANEAMENTO. O projeto que estamos fazendo, detectou-se a deficiência do mapeamento de nossas redes. A autarquia é necessária para u m a gestão exclusiva, ter planejamos e recebermos recursos necessários. Em seguida, o Presidente da Mesa passou a palavra ao assessor técnico ENG. Adauto Luiz Paião, da empresa CONTATO ENGENHARIA, que esclareceu: cumprimentou os presentes e explicou que desenvolveu o contato com o Município, mediante licitação, em gestão passada, e explicou que estavam com o plano quase 95% construído, e quando da nova gestão descobriram que as informações não eram verídicas, iniciou-se novamente do zero o Plano em 2013.Entregamos esse plano em agosto deste ano, mas o grande intuito do plano é diagnostico a partir das informações obtidas, mas o plano é dinâmico. Explanou que o plano de saneamento é trabalhar situações ao sistema do abastecimento de agua, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejos das aguas pluviais. Partimos de um diagnósticos, para após construir os projetos executivos. O intuito do plano é a universalização do acesso à população ao saneamento

trabalhos no prazo de trinta minutos; **e)** Cada participante poderá apresentar até 2 (dois) questionamentos, por escrito, dirigidos aos assessores técnicos, para que sejam respondidos em audiência; **f)** O Presidente da Mesa poderá impugnar perguntas não pertinentes ao objeto da Audiência ou solicitar maiores esclarecimentos para as respostas; **g)** As respostas e esclarecimentos poderão ser feitos por bloco, a critério do Presidente da Mesa; **h)** Os participantes poderão formular outros questionamentos pelo questionário disponibilizado no site oficial da Prefeitura, www.holambra.sp.gov.br; **i)** a Ata de Audiência será encerrada e assinada pelos integrantes da Mesa dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o término da sessão. O Presidente da Mesa informou, em seguida, que todos os documentos pertinentes à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e à criação da autarquia municipal ficariam disponíveis para livre consulta de todos os participantes durante a Audiência Pública. Os casos omissos serão dirimidos pela mesa. Em sequencia, passou a palavra ao excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, Fernando Fiori de Godoy, que agradeceu a presença de todos e fez a apresentação do Plano de Saneamento, dizendo agradeceu a presença de empresários especialmente da HC2, os técnicos da empresa **CONTATO**, e aos demais membros da mesa, agradece a imprensa e a NAOTT, resumidamente informa que assumiram a prefeitura com um TAC, que é um termo de ajuste com o MP, com uma multa com a cidade sem agua e o tratamento de esgoto completamente paralisado, fizemos um trabalho tanto da agua quanto ao esgoto, com muitos problemas, fizemos um dociê, para o Governador e esse questionou se tínhamos autarquia, e dali em diante para construir o plano e um projeto para buscarmos recursos financeiros junto ao estado, para ETA,. Agora falta pouco, um registro da área e também junto ao cartório. Queremos entregar esse ano para conseguirmos finalizar o convenio para recurso. Decretamos a proibição de loteamentos tendo em vista o caos que estava presente. Precisamos resolver, trazer loteamos industriais, comerciais, residenciais, precisamos gerar renda, trabalhar Holambra os 30 anos, sem esse plano, não poderemos mais receber recursos. Estamos fazendo a nossa parte, pelo desenvolvimento da cidade, em relação a autarquia, profissionalizar e modernizar a prefeitura. Nosso trabalho é

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA À DISCUSSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E CRIAÇÃO DE AUTARQUIA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.

Às quinze hora do dia dez de dezembro de dois mil e treze, na sede do Projeto NAOTT, localizado à Rua Frésias, número sessenta e seis, Holambra – SP, nos termos Edital de Convocação publicado no dia 26/11/2013, no Jornal O Regional e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e do Regulamento da Audiência Pública divulgado no site *www.holambra.sp.gov.br*, teve início a Audiência Pública para apresentação e discussão do plano municipal de saneamento básico e sobre a criação de autarquia municipal para tratamento de água e esgoto. O Coordenador Geral DIMAS ANTONIO STARNNI, designado para presidir a Audiência Pública, fez a abertura dos trabalhos e convidou para comporem a mesa diretora as seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Fernando Fiori de Godoy; ExcelentíssimoSr. Presidente da Câmara Municipal, Petrus Bartholomeus Weel , o Diretor Municipal do Meio Ambiente, Nilson Marconato; os assessores técnicos da empresa Contato Engenharia, Engenheiro Adauto Luiz Paião; a Secretária Executiva, NagilaChaibLotierzo, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e informou que o evento estava sendo gravado e ficaria arquivado na Prefeitura Municipal para análise dos interessados. O Presidente informou, ainda, que o objetivo da Audiência Pública era de informar, esclarecer, dirimir dúvidas, recolher sugestões sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico e sobre a criação de autarquia municipal para tratamento de água e esgoto. Em seguida, o Presidente informou que a Audiência Pública adotará os seguintes procedimentos: **a)** a Audiência Pública será aberta e encerrada pelo Presidente da Mesa; **b)** todos os presentes deverão assinar a lista de presença, na qual constará nome, endereço, telefone, número do documento de identidade e indicação de eventual entidade que represente; **c)** o tempo previsto de duração da Audiência Pública é de três horas, com início às quinze horas e término às dezoito horas, podendo este período ser prorrogado a critério do Presidente da Mesa; **d)** Os assessores técnicos apresentarão os

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N° 817

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, PARA OS SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS".

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art.1° Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico, para os serviços específicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário o ANEXO I, composto do CD com texto completo e Ata da Audiência pública do dia 10/12/2013, da presente lei.

Art. 2º As ações e projetos abrangidos na presente lei se integram ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual dos exercícios financeiros correspondentes às suas execuções.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 067/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 072/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 794/2013.

Cláusula IV - Das obrigações das partes

A Prefeitura Municipal se obriga:

I - **Exigir a CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL** para validação dos documentos relativos à abertura, alteração ou encerramento de empresa e a organização de serviços de contabilidade em geral que transitarem em suas dependências e que envolverem a atuação de um profissional da contabilidade. Entretanto, quando a PREFEITURA se utilizar de sistemas informatizados que solicite a inserção do número de registro do profissional, a verificação da situação cadastral do profissional da contabilidade será "on-line", através de tecnologia compatível com a do **CRC-SP**, de forma que essa consulta seja registrada no banco de dados do **CRC-SP**.

O CRC-SP se obriga a:

I – Manter e disponibilizar acesso à PREFEITURA do cadastro de dados "on-line", com tecnologia compatível para a verificação da situação cadastral do profissional da contabilidade, de forma que essa consulta seja registrada no banco de dados do **CRC-SP.**

Parágrafo único. As irregularidades cadastrais encontradas na utilização efetiva do Termo de Convênio não impedirão o andamento dos trabalhos entre a **PREFEITURA** e o profissional da contabilidade, salvo se estas irregularidades forem de falsidade ideológica e profissional com seus registros suspensos por penalidade ou cancelados.

Cláusula V - Dos recursos financeiros

O presente convênio é celebrado a título não oneroso e, portanto, não haverá, em hipótese alguma, qualquer repasse de recursos de uma conveniente à outra.

Cláusula VI - Das disposições gerais

As partes definirão em comum acordo os espaços para divulgação do presente instrumento de Termo de Cooperação.

Os casos omissos serão solucionados por intermédio de entendimentos das partes, ouvidas, necessariamente, as áreas técnicas do **CRC-SP** e da **PREFEITURA**.

As partes elegem o foro da Vara Distrital Digital de Artur Nogueira – Comarca de Mogi Mirim - SP para dirimir eventuais questões oriundas deste Termo de Convênio, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Continuação da Lei n.º 794/2013.

E por estarem de pleno acordo com o aqui estabelecido, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para uma só finalidade, na presença de testemunhas abaixo citadas e que também o assinam.

Holambra, (data).

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO NÓBREGA
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

Testemunhas

_____ _____

LEI N.° 793

"Dá nova redação aos artigos 2º, 3º e 5º e acrescenta o artigo 10-A na Lei n.° 669 de 17 de março de 2009".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º O artigo 2º da Lei n° 669 de 17 de março de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Artigo 2º.** Os estudantes interessados deverão efetuar cadastro perante o Departamento de Promoção Social, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade(RG);
b) Cadastro de Pessoa Física (C.P.F);
c) Comprovante de matricula no curso, atualizado;
d) Comprovante de endereço (se tratando de locação apresentar o contrato de locação do imóvel)."

"**Parágrafo Único**. Na ausência de quaisquer documentos constantes no "caput" deste artigo, não será concedido o auxilio financeiro ao aluno."

Art. 2º O artigo 3º da Lei n° 669 de 17 de março de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Artigo 3°.** O auxílio financeiro que trata essa Lei será concedido no percentual de até 50% (cinqüenta por cento) no valor mensal despendido pelo estudante ou por seus responsáveis como transporte intermunicipal, mediante cadastro e apresentação dos documentos conforme letras "a", "b", "c" e "d", do artigo anterior".

Art. 3º O artigo 5º e seu parágrafo único, da Lei n° 669 de 17 de março de 2009 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5°. O Departamento de Promoção Social fica responsável pelo cadastramento e controle dos alunos."

Art. 4º Fica acrescido à Lei n.° 669 de 17 de março de 2009 o seguinte Artigo 10-A:

Continuação da Lei n.º 793/2013.

"**Artigo 10-A.** Poderá o Prefeito, a seu exclusivo critério, se o entender necessário, editar Decreto regulamentando a presente Lei."

Art. 5° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Agosto de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 035/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 040/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.° 792

"ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 778 DE 21 DE MAIO DE 2013, QUE INSTITUI O CALENDÁRIO DE EVENTOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - *O Artigo 2º da Lei nº 778 de 21 de maio de 2013, passa a ter a seguinte redação:*

1 – Tradicional Desfile de Rua, no Carnaval, realizado anualmente.

2 – Corrida na Lama, realizada anualmente no mês de Fevereiro;

3 – Festival Sertanejo "Geraldo Pires", realizado anualmente no mês de abril, no Bairro Palmeiras;

4 – Dia do Rei, realizado anualmente no mês de abril;

5 – Gincana das Charretes, realizada anualmente no mês de maio;

6 – Hortitec, realizada anualmente no mês de junho;

7 – Enflor e Garden Fair, realizados anualmente no mês de julho;

8 – Trekker Trek, realizado anualmente no mês de julho;

9 – Zeskamp, realizado a cada seis anos, no mês de julho, no Clube Fazenda Ribeirão;

10 – Mercado das Pulgas, realizado anualmente no mês de agosto;

11 – Expoflora, realizada anualmente no mês de setembro;

12 – Semana do Idoso, a ser realizada na semana do dia 01 de outubro de cada ano;

13 – Aniversário da cidade, realizado anualmente no mês de outubro;

14 – Parada dos Pedros Negros (Zwarte Piet), realizado anualmente entre os meses de outubro e novembro;

Continuação da Lei N.º 792/2013.

15 – Encontro de carros antigos, realizado anualmente no mês de novembro;

16 – Dia do Portador de Necessidades Especiais, realizado anualmente no dia 03 de dezembro;

17 – Festa de São Nicolau, realizado anualmente no mês de dezembro;

18 – Apresentação de Presépio Vivo, realizado anualmente no mês de dezembro;

19 – Natal de Luzes, realizado anualmente no mês de dezembro.

Artigo 2º - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Julho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 038/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 038/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 791

"DISPÕE SOBRE PROIBIÇÃO DE USO DE MATERIAIS QUE CONTENHAM ASBESTO OU AMIANTO NAS OBRAS E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º- Ficam proibidos os órgãos da administração direta e indireta do município da Estância Turística de Holambra a utilizar em suas edificações e dependências, quaisquer materiais produzidos com amianto ou asbesto e produtos que o contenham.

Art. 2º- No pedido de aprovação do projeto de construção ou reforma, o interessado deverá apresentar memorial descritivo, no qual constarão os materiais que serão usados.

Art. 3º- Nas licitações para contratação de serviços e obras do município deverão constar explicitamente a proibição do uso de materiais que contenham amianto ou asbesto.

Art. 4º- As obras, nas quais forem encontrados materiais que contenham asbesto e/ou amianto estarão sujeitas a embargo até que os materiais sejam devidamente substituídos.

Art. 5º- O município da Estância Turística de Holambra promoverá campanhas educativas com ampla divulgação para esclarecimento sobre os efeitos nocivos provocados pelo contato e manuseio inadequado do amianto.

Parágrafo Único - A divulgação referida no Caput deste artigo deverá ser feita nos equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, centros esportivos e associações de bairro, por meio de palestras e programas informativos, com a distribuição de materiais explicativos e exemplificativos de produtos que contenham o amianto.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 23 de Julho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 032/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 036/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 790

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar Convênio com a Associação Santa Maria de Saúde - ASAMAS e dá outras providências".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio e Termos Aditivos com a Associação Santa Maria de Saúde – ASAMAS, com endereço e sede na Rua Amazonas, n.º 8, Jaguariúna, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 04.295265/0001-15.

Art. 2º A autorização disposta no artigo anterior, contempla a realização de Convênio entre as partes, visando à garantia por parte da entidade conveniada ao atendimento de parturientes.

Art. 3º Em contra partida, o Município arcará com o valor de até R$1.000,00 (Um Mil Reais) por atendimento médico e hospitalar das parturientes.

Art. 4º As obrigações de ambas as partes estão contidas no instrumento de convênio, cuja minuta é parte integrante da presente Lei.

Art. 5º O Executivo Municipal deverá encaminhar cópia do Convênio ou Termo Aditivo assinado para a Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento dos mesmos, pelo Município.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, prevista nas respectivas leis orçamentárias vinculadas na seguinte dotação orçamentária:

10 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.301 Atenção Básica 10.301.0034 Assistência Médica e Odontológica Especializada 10.301. Manutenção das Ações de Saúde Pública - ASPS 3.3.50.43.00.00.00 - Subvenções Sociais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Julho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 039/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 037/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 790/2013.
MINUTA DE CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES A PARTURIENTES QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E A ASSOCIAÇÃO SANTA MARIA DE SAÚDE - ASAMAS.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 67.172.437/0001-83, com sede na Alameda Maurício de Nassau, n° 444, Centro, Holambra/SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO FIORI DE GODOY, doravante designado tão somente MUNICÍPIO, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO SANTA MARIA DE SAÚDE - ASAMAS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.295.265/0001-15, com endereço e sede na Rua Amazonas, nº 8, Jaguariúna/SP, neste ato, representado por seu representante legal LAÉRCIO JOSÉ GOTHARDO, brasileiro, casado, despachante, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.109.144-9 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.782.028-53, ora designado tão somente ASAMAS, celebram o presente convênio que se regerá mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Convênio tem por objetivo a prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar pela ASAMAS para parturientes encaminhadas pelo Departamento de Saúde do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:
O presente Convênio terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, havendo acordo entre as partes e a critério do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
O MUNICÍPIO obriga-se a:
I – Transferir os recursos financeiros consignados na cláusula quinta do presente Convênio, mediante repasse;
II – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ASAMAS em decorrência do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO CONVENENTE.
A ASAMAS obriga-se a:
I - assumir os cuidados médico-hospitalares às parturientes, imediatamente após sua chegada ao hospital, e a realizar as intercorrências clínicas e/ou cirúrgicas necessárias para realização dos partos;
II – providenciar a transferência de parturientes ou nascidas do hospital para outro centro de atendimento se houver necessidade;
III – acompanhar e prestar a assistência médico-hospitalar necessária às parturientes e aos nascidos desde a internação até as suas respectivas altas.
§ 1° - A responsabilidade da ASAMAS sobre as parturientes e os nascidos, para o tratamento ou transferência, independe do tempo de permanência.
§ 2° - A ASAMAS responsabiliza-se pela indenização de danos porventura causados a parturientes, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.

Continuação da Lei n.º 790/2013.

§ 3° - É de inteira responsabilidade da ASAMAS a contratação de todos os profissionais necessários ao atendimento que se compromete realizar a partir do presente Convênio, assim como todos os encargos trabalhistas e previdenciários pertinentes e daí decorrentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

I - O valor a ser transferido pelo MUNICÍPIO para a ASAMAS, em razão do presente Convênio, é de ate R$ 1.000,00 (um mil reais) por parturiente e nascida, independente dos tratamentos ou tempo de permanência no hospital, devendo o pagamento ser efetuado até o 5° (quinto) dia útil de cada mês subseqüente à data do parto, devendo ser depositado na conta _____, mediante a apresentação de recibo.

II - Incidirá multa de 5% ao mês e juros de 0,33% ao dia no caso de atraso no pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Os recursos para cobertura das despesas relativas à execução das atividades objeto do presente convênio e que serão custeadas com dotações do orçamento municipal para 2013, terão a seguinte classificação orçamentária: _____.

Parágrafo único – Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO.

O controle e fiscalização da execução do presente convênio ficarão sob a responsabilidade do Departamento de Saúde.

§ 1º - A ASAMAS deverá efetuar a prestação de contas e apresentá-la ao MUNICÍPIO até o último dia útil do mês subseqüente ao do recebimento de cada parcela.

§ 2º - O MUNICÍPIO suspenderá o repasse do auxílio financeiro, sempre que a ASAMAS deixar de apresentar a prestação de contas mensais, ou quando esta não for aprovada pelo órgão competente do Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO.

A ASAMAS compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data da ocorrência das seguintes hipóteses:

a) Não execução do objeto deste convênio e;

b) Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA.

O presente Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, cada participe responderá pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do acordo.

Continuação da Lei n.º 790/2013.

Parágrafo único - A infringência, pelos conveniados, de qualquer das cláusulas constantes no presente Termo, bem como conduta que contraponha diretamente o objetivo deste, implicará na sua rescisão automática.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES.
Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre as partes convenentes para prorrogação de prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO.
As partes elegem o Foro Distrital de Artur Nogueira da Comarca de Mogi Mirim/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais do presente Convênio, e que não consigam, preferencialmente, acordar.
E, por estarem de acordo, é digitado este instrumento somente no anverso de 05 (cinco) folhas, e em duas vias originais de igual teor, que após lido e achado conforme, vai rubricado pelas partes e assinado na última folha, na presença das testemunhas, extraindo-se tantas cópias que se fizerem necessárias.
Estância Turística de Holambra, _____

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

LAÉRCIO JOSÉ GOTHARDO
Repr. Legal da ASAMAS

TESTEMUNHAS:
1) _____
Nome:
CPF n°:
2) _____
Nome:
CPF n°:

LEI Nº 789.

"Dispõe sobre a forma de compensação de débitos inscritos na dívida ativa ou não que tramitem em processo administrativo, previsto no artigo 220, inciso II da Lei Complementar n° 121 de 27 de dezembro de 2001, mediante encontro de contas, desde que confessado pelo contribuinte, e dá outras providências".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aceitar a compensação de débitos inscritos na Dívida Ativa, ou não, que tramitem em processo administrativo desde que confessados pelo contribuinte, com créditos de natureza fiscal, especialmente os oriundos de recolhimentos indevidos ou da repetição de indébito, ou, daqueles decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado contra a Fazenda Pública do Município, e para os quais ainda não se tenha expedido a requisição de pagamento (precatório), mediante encontro de contas.

Parágrafo único – Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - Crédito contra a Fazenda do Município são os valores devidos:
a) valores devidos em razão de decisão proferida em regular processo administrativo que tenha reconhecido a pretensão do contribuinte;
b) valores devidos por força de sentença judicial transitada em julgado e da qual ainda não se tenha expedido a requisição para pagamento.

II - Débito inscrito na Dívida Ativa ou não são:
a) créditos de natureza tributária ou não tributária, administrativos ou judiciais, existentes em favor da Administração e confessados pelo contribuinte.

Art. 2º Os valores de débito e crédito a serem compensados serão atualizados monetariamente, e receberão a incidência de juros, até a data do deferimento do pedido de compensação, utilizadas as regras estabelecidas para a atualização e correção dos créditos tributários estabelecidas no Código Tributário do Município - CTM.

Art. 3º Poderá ser feita a compensação parcial de débitos e créditos, no caso em que os valores disponibilizados sejam insuficientes para sua compensação integral, permanecendo os benefícios proporcionalmente às quantias liquidadas.

Parágrafo único – No caso previsto no "*caput*" do presente artigo, o saldo remanescente poderá seguir a cobrança judicial ou administrativa.

Art. 4º A compensação nos termos desta lei implica ao contribuinte requerente:

I - confissão irrevogável e irretratável do débito;

Continuação da Lei n.º 789/2013.

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial bem como desistência dos interpostos, relativamente aos débitos incluídos na compensação;

III - pagamento de eventuais honorários advocatícios fixados judicialmente;

IV - pagamento das custas de despesas processuais relativos à execução fiscal movida pelo Município, inclusive a parcela final devida no momento da liquidação, ou qualquer custas derivadas de processos não fiscais.

Parágrafo único. Os débitos referentes aos incisos III e IV, não serão sob quaisquer formas passíveis da compensação estabelecida na presente lei.

Art. 6º A compensação só será realizada mediante protocolo de pedido junto à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra pelos interessados.

Art. 7º O débito compensado terá a exigibilidade suspensa até que ocorra a quitação dos valores dados em compensação, ficando obstada a sua inscrição como dívida ativa e o seu ajuizamento.

Parágrafo único. No caso de se tratar de débito cujo processo de execução esteja em tramitação, deverá ser providenciado o pedido de suspensão nos autos, até que ocorra a quitação dos valores dados em compensação.

Art. 8º "O Executivo remeterá ao Legislativo, cópia na íntegra dos termos de acordos, administrativos e ou judiciais, decorrentes da aplicação da presente Lei, em 15 (quinze) dias, após sua assinatura".

Art. 9º O Poder Executivo Municipal poderá expedir Decreto para regulamentar os dispositivos desta Lei Complementar.

Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 02 de Julho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 037/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 035/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 788

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO OFICIAL DA CRECHE DO BAIRRO GROOT."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º- A Creche do Bairro Groot, localizada na Rua Cordiline, nº, 228, passa a denominar-se oficialmente **"Creche Abelha Rainha".**

Art. 2º- Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de Junho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 031/2013: Senhor Vereador GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 034/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 787

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VALORES DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS, DO PODER EXECUTIVO, CONFORME DISPÕE O INCISO X, DO ARTIGO 37, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - *Ficam revistos em 6,50% (seis, cinqüenta por cento), os atuais subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Executivo, Prefeito e Vice-Prefeito, fixados pela Lei Municipal nº. 751, de 08 de dezembro de 2011, conforme preceitua o inciso X, do Artigo 37, da Constituição Federal.*

Artigo 2º - *O valor do subsídio mensal do Prefeito será de R$ 10.224,00 (dez mil duzentos e vinte e quatro reais).*

Artigo 3º - *O valor do subsídio mensal do Vice-Prefeito, será de R$ 5.112,00 (cinco mil cento e doze reais).*

Artigo 4º - *As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e futuro, suplementadas, se necessária.*

Artigo 5º - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º. de maio de 2013.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de Junho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autores do Projeto de Lei n.º 034/2013: A Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 033/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.° 786

"ALTERA A EMENTA DA LEI Nº 779 DE 21 DE MAIO DE 2013".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - A Ementa da Lei nº 779 de 21 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VALORES DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO, CONFORME PRECEITUA O INCISO X, DO ARTIGO 37, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º. de maio de 2013.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de Junho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autores do Projeto de Lei n.º 033/2013: A Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 032/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 785

"DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS FARMÁCIAS, DROGARIAS E UNIDADES DE SAÚDE A MANTER A DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO, PARA CONSULTA, A LISTA ATUALIZADA DE MEDICAMENTOS GRATUITOS OU FORNECIDOS A BAIXO CUSTO"

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1°- As farmácias, drogarias e unidades de saúde estabelecidas no município da Estância Turística de Holambra deverão manter a disposição do público, em local visível, de fácil leitura e de acesso livre, uma lista atualizada de todos os medicamentos gratuitos (distribuídos pelo Município, Estado ou Governo Federal) ou fornecidos a baixo custo, através do Programa Federal "Farmácia Popular".

Art. 2°- Os estabelecimentos especificados no Artigo 1° deverão disponibilizar as informações necessárias para a obtenção destes medicamentos, como por exemplo, a necessidade da receita médica e a regularização do CPF (Cadastro de Pessoa Física) do paciente.

Art. 3°- Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Junho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autora do Projeto de Lei n.° 029/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.° 031/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 784

"ALTERA A LEI Nº 387/2001, QUE CRIA O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - Fica alterado ao Artigo 1º da Lei nº 387 de 22 de maio de 2001, o parágrafo único para §1º e acresce § 2º, passando a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º -...

§ 1º - ...

§ 2º - Todos os arquivos de origem ou língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, como forma de entendimento de todos."

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Junho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autora do Projeto de Lei n.º 028/2013: Senhora Vereadora JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 030/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 783

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA FIXAÇÃO DE CARTAZES OU PLACAS INFORMATIVAS SOBRE OS PROFISSIONAIS DOS SERVIÇOS MÉDICOS NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º- Fica instituída a obrigatoriedade, em todas as unidades de saúde do Município da Estância Turística de Holambra, a fixação de cartaz ou placa informativa na recepção, em local de fácil acesso e visualização, contendo as seguintes informações:

I – Nome completo do responsável pela unidade de saúde;

II – Nomes completos de todos os médicos da unidade de saúde, com os respectivos números do registro no CRM (Conselho Regional de Medicina), dias da semana que atendem, bem como suas especialidades.

Parágrafo Único - Deverão constar ainda, diariamente, os nomes completos e número de registro dos médicos (CRM) que estarão atendendo no regime de plantão e o horário de atendimento.

Art. 2º- A Diretoria Municipal de Saúde terá o prazo de 90(noventa) dias para se ajustar a esta lei, a partir da sua publicação.

Art. 3°- As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Junho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 025/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 029/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.° 782

DISPÕE SOBRE A LIQUIDAÇÃO DE DÉBITOS E OBRIGAÇÕES RECONHECIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1° Os débitos e obrigações de qualquer natureza reconhecidos pela Administração Municipal e sua despesas acessórias, poderão ser liquidados administrativamente através de Termos de Confissão de Dívida e Liquidação e Termos de Ajustamento de Conduta firmados entre o Poder Executivo Municipal e terceiros mediante inclusão no orçamento anual, para pagamento, execução ou cumprimento, preferencialmente no exercício subseqüente.

Art.2° O Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar Termos de Confissão de Dívida e Liquidação oriundos de débitos ou obrigações de natureza exclusivamente administrativa até o valor limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais), independente de autorização legislativa, ou o correspondente a 5.163 UFESPs.

Art.3° O Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar Termos de Confissão de Dívida e Liquidação, oriundos de débitos ou obrigações de natureza judicial independente de autorização legislativa, até o valor limite de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ou o correspondente a 103.252 UFESPs.

Parágrafo único. Os Termos de Confissão de Dívida e Liquidação, somente serão firmados no limite estabelecido neste artigo caso exista decisão de segunda instância que garanta o direito do credor municipal, sendo aplicáveis nos demais casos o limite estabelecido no art. 2º.

Art. 4°Fica também autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termos de Ajustamento de Conduta–TACs, junto ao Ministério Público e aos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional da União ou do Estado de São Paulo, independente de valores.

Art. 5°Os atos administrativos passivos de nulidade relativa ou absoluta que gerarem efeitos patrimoniais e aqueles descritos no artigo 1° desta lei, poderão ser pagos e, até 60 (sessenta) parcelas.

Continuação da Lei n.º 782/2013.

Art. 6° Ocorrendo qualquer tipo de acordo administrativo, TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), acordo extrajudicial ou judicial, fundamentado nesta Lei, deverá ser enviado cópia do referido acordo, na íntegra, à Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, dentro do prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de sua assinatura.

Art. 7° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Junho de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 022/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 028/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.° 781

Dispõe sobre contratação de pessoal por tempo determinado para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público de que trata o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e dá outras providências.

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, previstas no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, a contratação de pessoal por tempo determinado dos órgãos da Administração Pública Municipal, direta, indireta e fundacional, submete-se às condições do regime administrativo especial previsto nesta Lei.

Parágrafo único. O contratado temporariamente, nos moldes desta Lei, é considerado servidor temporário municipal.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – casos de emergência ou calamidade pública;
II – combate a surtos epidêmicos;
III – realização de campanhas de saúde pública de caráter eventual e temporário;
IV – execução de programas especiais de trabalho, instituídos para atender demandas de caráter temporário;
V – atender a termos de convênio, acordo ou ajuste para a execução de obras ou prestação de serviços;
VI – substituição de servidor efetivo afastado do exercício das funções do cargo em razão de licença com duração superior a 30 (trinta) dias, prevista na Lei Complementar n° 052 de 25 de setembro de 1995 e suas alterações, ou de férias;
VII – desempenho das funções previstas para cargo efetivo vago, desde que não haja candidatos aprovados em concurso público válido ou servidores em disponibilidade aptos a ocupar o cargo vago.
VIII – serviços de urgência e aqueles considerados essenciais, cuja inexecução possa comprometer as atividades dos órgãos e entidades da administração e a regular prestação de serviços públicos e ou comprometer a saúde e a segurança de pessoas e bens.

Continuação da Lei n.º 781/2013.

Parágrafo único. Os programas especiais de trabalho a que se refere o inciso IV do presente artigo deverão ser instituídos por meio de decreto, pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, e não poderão consistir em demandas permanentes da Administração Pública.

Art. 3º A contratação por tempo determinado não poderá exceder aos seguintes prazos:

I – de 12 (doze) meses, no caso dos incisos I, II, III, VII e VIII do artigo 2º, admitida uma única prorrogação por até mais 12 (doze) meses;
II – de 6 (seis) meses, na hipótese do inciso IV do artigo 2º;
III – nas hipóteses dos incisos V e VI, enquanto vigorar o convênio, acordo, ajuste, ou perdurar o afastamento do servidor efetivo;

Art. 4º As contratações de que trata esta Lei serão efetivadas mediante contrato administrativo, sob regime de direito público, aplicando-se-lhes, no que couber, o disposto nas Leis Complementares Municipais n° 052/95, e nº 076/97.

Parágrafo único. Os servidores temporários fazem jus aos direitos previstos nos incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, na forma prevista pela Lei Complementar n° 052 de 25 de setembro de 1995 e suas alterações.

Art. 5º O recrutamento de pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito à ampla divulgação, adequado às características e motivos da contratação, prescindindo da realização de concurso público.

§1º. O processo seletivo deverá observar critérios objetivos e impessoais de seleção, mediante a aplicação de provas e apresentação de títulos, se o caso.

§2º. Poderá ser dispensado o processo seletivo nos casos de emergência ou calamidade previstos no inciso I do artigo 2º, os quais deverão ser declarados mediante decreto.

§3º. Em casos de urgência devidamente comprovada, excepcionalmente, o processo seletivo poderá ser realizado apenas com a análise de currículos dos candidatos.

§4º. O processo seletivo será publicado pela Administração, na forma de edital, atendidos os seguintes pressupostos de validade:
I – motivação da necessidade da contratação;
II – estabelecimento de critérios objetivos de avaliação;
III – relação das funções públicas a serem exercidas pelos contratados e especificação da escolaridade exigida;

Continuação da Lei n.º 781/2013.

IV – prazo de duração do contrato, carga horária, local de prestação do serviço e remuneração;

V – total da despesa prevista para as contratações.

§5º. Os aprovados no processo seletivo deverão submeter-se a exame médico admissional realizado por médico designado pela Administração ou pela Junta Médica Oficial do Município, dispensado no caso do inciso I do artigo 2º.

§6º. O contrato por tempo determinado deverá ser publicado com a indicação, de forma resumida, do disposto nos incisos I, III, IV e V, do §4º, e a lista de servidores contratados, com seus correspondentes níveis de escolaridade.

§7º. Todos os contratos por tempo determinado, firmado nos termos da presente Lei, deverão ter suas cópias, na íntegra, enviadas à Câmara Municipal de Holambra, dentro de até 15 (quinze) dias, contados da data de sua assinatura.

Art. 6º As contratações por tempo determinado deverão ser solicitadas ao Prefeito pelos Diretores, por meio de ofício onde constem:

I – justificativa sobre a necessidade da contratação;

II – caracterização da temporariedade da contratação;

III – funções a serem exercidas, carga horária exigida, local de prestação do serviço e remuneração proposta;

IV – estimativa dos custos da contratação, origem e disponibilidade dos recursos necessários.

Parágrafo único. A Administração poderá alterar unilateralmente o local de prestação do serviço.

Art. 7º A remuneração prevista para o servidor temporário corresponderá ao valor fixado na Lei Complementar n° 001 de 29 de março de 1993 e suas alterações, para o nível inicial do cargo efetivo correspondente às funções a serem desempenhadas.

§1º. No caso de as funções exercidas temporariamente não corresponderem às funções de cargo efetivo, a remuneração deverá ser fixada em valor situado entre o menor e maior vencimento previsto para cargos com os mesmos requisitos de escolaridade, observadas as condições do mercado de trabalho.

§2º. Na contratação de servidor temporário para cumprir jornada de trabalho diversa da prevista para os servidores efetivos, a remuneração será aumentada ou reduzida, proporcionalmente às horas acrescidas ou subtraídas.

Continuação da Lei n.º 781/2013.

Art. 8º As contratações temporárias deverão ser realizadas com o prévio cumprimento das exigências da Lei Complementar nº 101/00.

§1º. Os gastos públicos provenientes da remuneração dos contratados temporariamente são considerados despesas de pessoal do órgão contratante, nos moldes da Lei Complementar nº 101/00.

§2º. Não são consideradas despesas de pessoal do Município aquelas custeadas com o repasse de verbas de outro ente federado, com a finalidade remuneratória, por força de convênio, acordo ou ajuste.

Art. 9º O servidor temporário, contratado nos termos desta Lei, ficará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social durante a vigência do contrato, nos termos da legislação federal.

Art. 10 Ao servidor temporário aplicam-se as normas instituídas pela Lei Complementar n° 052 de 25 de setembro de 1995 e suas alterações, referentes aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades dos servidores efetivos.

Parágrafo único. As infrações cometidas pelo servidor temporário serão apuradas mediante processo administrativo sumário, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 11 É vedada a nomeação ou designação de servidor temporário para ocupar, ainda que a título precário, cargo em comissão ou função gratificada, inclusive em caráter de substituição.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa dos agentes públicos envolvidos.

Art. 12 O contrato por tempo determinado, firmado de acordo com esta Lei, extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;
II – por iniciativa do contratado, comunicada a Administração com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias;
III – a critério da Administração, no caso de cessação da necessidade pública ou pela extinção ou conclusão do projeto que ensejou a contratação temporária; e
IV – por infração disciplinar de natureza grave, inassiduidade ou ineficiência, apuradas em processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§1º. A extinção do contrato gera a obrigação de pagamento do saldo dos dias trabalhados, décimo terceiro salário proporcional e férias proporcionais.

LEI N.º 780

"Institui o Programa de Adoção de Logradouros Públicos, dispõe sobre a permissão de uso para publicidade, com encargos de conservação de logradouros públicos".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 1°- Fica instituído o Programa de Adoção de Logradouros Públicos no âmbito do Município de Holambra com os seguintes objetivos, entre outros:

I – promover a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas e pessoas físicas, estas autônomas ou profissionais liberais, sediadas ou não no Município, na urbanização, nos cuidados e na manutenção dos logradouros públicos do Município em conjunto com o Poder Executivo Municipal;

II – levar a população vizinha a logradouros públicos a assimilarem esses espaços como de responsabilidade concorrente com o Poder Executivo Municipal;

III – incentivar o uso dos logradouros públicos pela população, por associações desportivas, de lazer e culturais da área de abrangência das mesmas;

IV – propiciar que grupos organizados da população elaborem projetos de utilização dos logradouros públicos, equipamentos de esportes e áreas verdes que atinjam as diversas faixas etárias e necessidades especiais da população.

CAPÍTULO II
DA ADOÇÃO

Art. 2°- Podem participar do Programa quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, sociedade amigos de bairro, pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas junto ao Município e pessoas físicas, estas autônomas ou profissionais liberais, moradoras ou não no município.

Art. 3°- Para participação no Programa será necessária a assinatura de termo de acordo entre a entidade, a pessoa jurídica ou a pessoa física, definidas no Artigo 2º, interessada na adoção e o Poder Executivo Municipal, onde constarão as competências das partes estabelecidas, em conformidade com a Lei Municipal nº 125/1994.

Art. 4°- Para dar início ao processo de adoção com vista à assinatura do termo de acordo referido no artigo 3°, a entidade, a pessoa jurídica ou a pessoa física, interessada em adotar determinada área pública objeto desta lei deve dar entrada à proposta de adoção, anexando, se houver, projeto elaborado a ser desenvolvido e aprovado pelo órgão competente.

Continuação da Lei n.º 780/2013.

Parágrafo Único – As áreas serão atribuídas aos interessados na estrita conformidade da ordem cronológica de apresentação das propostas.

CAPÍTULO III
DAS ESPÉCIES E LIMITAÇÕES DA ADOÇÃO

Art. 5°- A adoção de um logradouro público pode se destinar a:

I – sua urbanização, de acordo com o projeto elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal ou por ele aprovado;

II – construção dos diversos equipamentos esportivos ou de lazer, de acordo com o projeto elaborado pelo departamento competente do Poder Executivo Municipal ou por ele aprovado;

III – conservação e manutenção da área pública adotada;

IV – realização de atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer, de acordo com projeto apresentado para aprovação e assinatura do termo de acordo.

Art. 6°- Caberá ao Poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes:

I – a elaboração dos projetos de urbanização e construção dos logradouros públicos, equipamentos de esportes ou áreas verdes que venham a ser adotados;

II – a aprovação dos projetos de urbanização e construção dos logradouros públicos, equipamentos de esportes ou áreas verdes que sejam elaborados fora dos órgãos do Poder Executivo Municipal em função do termo de acordo estabelecido;

III – execução direta e fiscalização e cumprimento do termo de acordo estabelecido.

Parágrafo Único- O Departamento de Parques e Jardins auxiliará na elaboração, aprovação e fiscalização dos projetos referidos nos incisos deste artigo.

Art. 7° A adoção de logradouros públicos, equipamentos de esportes ou áreas verdes, opera-se sem prejuízo da função do Poder Executivo de administrar os próprios municipais.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 8° Caberá à entidade, pessoa jurídica ou pessoa física adotante, a responsabilidade:

I – pela preservação e manutenção, conforme estabelecidos no termo de acordo e no projeto apresentado;

Continuação da Lei n.º 780/2013.

II – pelo desenvolvimento dos programas que digam respeito ao uso da praça pública, de esportes ou área verde, conforme estabelecidos no projeto apresentado.

Parágrafo Único: O Termo de Acordo poderá ser firmado através de duas condições:

a – com a responsabilidade pelos depósitos de valores previamente estipulados junto ao FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, previstos nessa lei, e regulamentados em Decreto, se assim constar no Termo de Acordo;

b – através da doação de todos os projetos, equipamentos, materiais e insumos usados na preparação, manutenção e preservação da área pública adotada, que serão imediatamente incorporados ao patrimônio público, renunciando, desde já, o adotante, a toda e qualquer espécie de indenização, a que título for, independentemente do termo final do respectivo ajuste de adoção.

Art. 9° As entidades, pessoas jurídicas ou pessoas físicas que vierem a participar deste Programa, deverão zelar pela manutenção, conservação, recuperação e iluminação da área que adotar, bem como a elaboração e execução dos trabalhos de arborização, com a adoção de sementes e mudas de árvores, seguindo estritamente a orientação do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - Quando da revitalização de praças, as áreas de recreação e lazer deverão obrigatoriamente dispor de pelo menos um brinquedo para crianças portadoras de necessidades especiais.

§ 2º – O adotante poderá optar, em se tratando de praças, bosques, parques municipais e outras áreas, mantidas ou não pelo Poder Executivo Municipal, desde que propriedade deste Poder Público, pela adoção parcial, construção, restauração de prédios, abrigos, espaços, conforme projetos elaborados pelo Departamento competente, designado pelo Poder Executivo Municipal ou por ele aprovado.

§ 3º - A adoção poderá ser feita por intermédio de uma ou mais empresas ou consórcio – especialmente formalizado para esse fim – podendo ser fixada responsabilidade solidária ou específica para cada ação empreendida.

§ 4º – Com a aprovação do projeto e cumpridas às exigências desta Lei, sua execução poderá ser feita em etapas, cabendo o gerenciamento pelo órgão municipal competente, ou, mediante delegação, por empresas ou consórcios adotantes.

CAPÍTULO V
DOS BENEFÍCIOS PELA ADOÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 10- A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do termo de acordo, a veicular publicidade alusiva ao acordo celebrado, na área adotada, pelo prazo em que for mantida a cooperação, conforme padrões e modelos a serem estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal, no Decreto regulamentador.

Continuação da Lei n.º 780/2013.

§ 1º - O ônus com relação à veiculação da publicidade será inteira responsabilidade do adotante, obedecida à legislação Municipal.

§ 2º - Ficam excluídas da autorização inserta neste artigo, publicidades relacionadas a propaganda política partidária, cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei, assegurado o direito de sucessores e vedada a transferência, a qualquer título para terceiros.

§ 3º – Em caso de paralisação dos serviços de conservação ou manutenção das áreas adotadas por período superior a 60 (sessenta) dias, sem que haja anuência por escrito do Poder Executivo Municipal, será retirada a propaganda a que se refere o artigo 10.

Art. 11- Caso a entidade adotante se trate de sociedade civil sem fins lucrativos, a mesma poderá usar dos espaços adotados para fins de publicidade a fim de arrecadar fundos para consecução dos objetivos estabelecidos nos seus Estatutos Constitutivos.

§ 1º - Ficam excluídas da autorização inserta neste artigo publicidades relacionadas à propaganda política partidária, cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei, assegurado o direito de sucessores e vedada a transferência, a qualquer título para terceiros.

§ 2º - Pela utilização e exploração dos meios de publicidade e propaganda previstas nos arts. 10 e 11, da presente lei, ficam as entidades, pessoas jurídicas e pessoas físicas definidas no artigo 2º, cooperadas, isentas das respectivas taxas de licença para publicidade, estabelecidas na legislação vigente.

§ 3º- Em caso de paralisação dos serviços de conservação de prazos por período superior a 60(sessenta) dias, sem que haja anuência por escrito do Poder Executivo Municipal, será retirada a propaganda a que se refere o artigo 10.

Art. 12 - O termo de acordo não poderá conceder qualquer tipo de uso à entidade adotante a não ser aqueles estabelecidos nesta Lei principalmente no que diz respeito à autorização de uso ou permissão de uso, sendo revogável pelo Poder Executivo Municipal, sem ônus para esta, quando o interesse público o exigir, ou pela parte adotante, desde que comunicado ao Poder Executivo Municipal com antecedência mínima a ser estipulada no Decreto Regulamentador.

CAPITULO VI
DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 13 - Será criado o Fundo Municipal de Preservação dos Logradouros Públicos, a ser constituído pela doação de verbas e por verbas públicas consignadas no orçamento Municipal que será regulamentado por Decreto.

CAPÍTULO VII
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Continuação da Lei n.º 780/2013.

Art.14- Será criado o Conselho Municipal de Preservação dos Logradouros Públicos, a ser formado por representantes do Poder Executivo Municipal e representantes da sociedade civil, com poderes consultivo e deliberativo, que será regulamentado por Decreto.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - Esta Lei será regulamentada por Decreto no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação, no qual se estabelecerá, entre outras medidas:

I – os órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos citados no art. 4° e art. 6º desta Lei.

II – na forma e tipo de publicidade estabelecida no art. 10 e 11 desta Lei.

III – regulamentação do Fundo Municipal de Preservação dos logradouros Públicos previstos no artigo 13 desta Lei;

IV – regulamentação de Conselho Municipal, previsto no artigo 14, para gestão do Fundo Municipal de Preservação dos logradouros Públicos;

V – as doações.

Art. 16 - A adoção de logradouros públicos opera-se sem prejuízo da eventual realização de ações, como pequenos reparos e melhorias, por iniciativa de pessoa física ou jurídica que não objetive a sua adoção permanente, em logradouros públicos não adotados pelo Programa de que trata esta Lei.

Parágrafo Único - As ações previstas no caput não acarretarão os encargos e nem ensejarão os benefícios de que trata o Programa, podendo ser desenvolvidas mediante autorização e sob orientação do órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 17 – Eventuais contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela parte adotante, serão regidas pelo Direito Privado e legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o Poder Executivo Municipal.

Art. 18 - Todos os contratos por tempo determinado, firmados nos termos da presente Lei, deverão ter suas cópias, na íntegra, enviados à Câmara Municipal de Holambra, dentro de até 15 (quinze) dias, contados da data de sua assinatura.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Continuação da Lei n.º 780/2013.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 174 de 24 de maio de 1995.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei Substitutivo ao n.º 010/2013: Senhor Vereador GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 026/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 779

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VALORES DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS, CONFORME PRECEITUA O INCISO X, DO ARTIGO 37, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - *Ficam revistos em 8,49% (oito vírgula quarenta e nove por cento), os atuais subsídios mensais dos Vereadores, fixados pela Lei Municipal nº. 751, de 08 de dezembro de 2011, conforme preceitua o inciso X, do Artigo 37, da Constituição Federal.*

Artigo 2º - *O valor do subsídio mensal dos Vereadores será de R$ 2.603,76 (dois mil seiscentos e três reais e setenta e seis centavos).*

Artigo 3º - *O valor do subsídio mensal do Vereador no exercício do cargo de Presidente da Câmara, será de R$ 3.124,51 (três mil cento e vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos).*

Artigo 4º - *As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e futuro, suplementadas, se necessária.*

Artigo 5º - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º. de maio de 2013.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autores do Projeto de Lei n.º 030/2013: A Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 023/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 778

"INSTITUI O CALENDÁRIO DE EVENTOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - *Fica instituído o calendário de eventos do Município da Estância Turística de Holambra.*

Artigo 2º - *Fazem parte do calendário, os seguintes eventos:*

1 – Tradicional Desfile de Rua, no Carnaval, realizado anualmente.

2 – Corrida na Lama, realizada anualmente no mês de Fevereiro;

3 – Festival Sertanejo "Geraldo Pires", realizado anualmente no mês de abril, no Bairro Palmeiras;

4 – ***Dia do Rei, realizado anualmente no mês de abril;***

5 – Gincana das Charretes, realizada anualmente no mês de maio;

6 – Hortitec, realizada anualmente no mês de junho;

7 – Enflor e Garden Fair, realizados anualmente no mês de julho;

8 – Trekker Trek, realizado anualmente no mês de julho;

9 – Zeskamp, realizado a cada seis anos, no mês de julho, no Clube Fazenda Ribeirão;

10 – Mercado das Pulgas, realizado anualmente no mês de agosto;

11 – Expoflora, realizada anualmente no mês de setembro;

12 – ***Semana do Idoso, a ser realizada na semana do dia 01 de outubro de cada ano;***

13 – Aniversário da cidade, realizado anualmente no mês de outubro;

14 – ***Parada dos Pedros Negros (Zwarte Piet), realizado anualmente entre os meses de outubro e novembro;***

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.° 777

"ALTERA A LEI Nº 318/99, QUE INSTITUI A SEMANA DO IDOSO NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSITCA DE HOLAMBRA".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - Fica alterado o Artigo 1º da Lei nº 318/99, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica instituída a "Semana do Idoso" a ser realizada no Município da Estância Turística de Holambra, na semana em que cair o dia 01 de outubro de cada ano, em comemoração ao Dia Nacional do Idoso, instituído oficialmente neste dia pela Lei Federal nº 11433/2006".

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autora do Projeto de Lei n.º 016/2013: A Senhora Vereadora JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 019/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.° 776

"Dá nova redação ao item 3 do artigo 2º da Lei n.° 198 de 11 de novembro de 1995".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º O item 3 do artigo 2° da Lei n° 198 de 11 de novembro de 1995 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 2°...

"3- Aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e anualmente, o Programa de Trabalho Anual e acompanhar a sua execução".

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 023/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 018/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.° 778

"INSTITUI O CALENDÁRIO DE EVENTOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - *Fica instituído o calendário de eventos do Município da Estância Turística de Holambra.*

Artigo 2º - *Fazem parte do calendário, os seguintes eventos:*

1 – Tradicional Desfile de Rua, no Carnaval, realizado anualmente.

2 – Corrida na Lama, realizada anualmente no mês de Fevereiro;

3 – Festival Sertanejo "Geraldo Pires", realizado anualmente no mês de abril, no Bairro Palmeiras;

4 – ***Dia do Rei, realizado anualmente no mês de abril;***

5 – Gincana das Charretes, realizada anualmente no mês de maio;

6 – Hortitec, realizada anualmente no mês de junho;

7 – Enflor e Garden Fair, realizados anualmente no mês de julho;

8 – Trekker Trek, realizado anualmente no mês de julho;

9 – Zeskamp, realizado a cada seis anos, no mês de julho, no Clube Fazenda Ribeirão;

10 – Mercado das Pulgas, realizado anualmente no mês de agosto;

11 – Expoflora, realizada anualmente no mês de setembro;

12 – ***Semana do Idoso, a ser realizada na semana do dia 01 de outubro de cada ano;***

13 – Aniversário da cidade, realizado anualmente no mês de outubro;

14 – ***Parada dos Pedros Negros (Zwarte Piet), realizado anualmente entre os meses de outubro e novembro;***

Continuação da Lei N.º 778/2013.

15 – Encontro de carros antigos, realizado anualmente no mês de novembro;

16 – Festa de São Nicolau, realizado anualmente no mês de dezembro;

17 – Apresentação de Presépio Vivo, realizado anualmente no mês de dezembro;

18 – Natal de Luzes, realizado anualmente no mês de dezembro.

Artigo 3º - *Ficará a cargo do Executivo a regulamentação da presente Lei.*

Artigo 4º - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 724, de 18 de março de 2011.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autora do Projeto de Lei n.º 017/2013: A Senhora Vereadora JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 020/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 775

Autoriza o Poder Executivo a promover a participação do Município da Estância Turística de Holambra no Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista.

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município da Estância Turística de Holambra, integrando pessoa jurídica constituída como Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista.

Art. 2º Consórcio Intermunicipal a que se refere o artigo 1º tem as seguintes finalidades:

I – representar o conjunto dos Municípios que o integram em assuntos de interesse comum relacionados às suas finalidades, perante quaisquer entidades públicas, de qualquer esfera de governo estadual, federal, ou privadas;

II – desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados, de acordo com programas de trabalho aprovados em Conselho de Prefeitos;

III – planejar, propor, coordenar, supervisionar e operar ações efetivas relacionadas às finalidades do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista, principalmente aquelas desenvolvidas pelos COMTUR;

IV – prestar aos Municípios consorciados serviços de organização e divulgação de eventos e atividades do Pólo Turístico do Circuito das Águas, no âmbito territorial dos Municípios que o compõem.

Art. 3º Poderá o Executivo disponibilizar bens municipais, que se encontrem livres do patrimônio municipal, para constituição de capital da pessoa jurídica a ser criada.

Parágrafo Único – A disponibilização de bens públicos municipais de que trata o caput deste artigo deverá ser precedida de todas as medidas legais exigidas para a espécie, sem prejuízo de solicitação de nova e específica autorização legislativa, avaliação prévia, desafetação e concorrência quando for o caso da disponibilização se der por alienação.

Continuação da Lei n.º 775/2013.

Art. 4º O Município poderá ceder os serviços públicos que forem necessários para a consecução das finalidades do Consórcio, com ônus para a origem.

Art. 5º O Executivo, na qualidade de partícipe do ajuste consorcial, deverá prestar contas dos recursos financeiros despendidos na consecução das atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no valor correspondente a R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), a ser repassado mensalmente até o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para atendimento do consórcio se necessário, devendo ser consignadas, nos orçamentos futuros, dotações próprias para a mesma finalidade.

Art. 7º Fica o Chefe do Executivo autorizado, mediante instrumento apropriado, a repassar diretamente ao Consórcio, descontando-se em conta corrente mantida pelo Município no Banco Caixa Econômica Federal, o valor correspondente à sua participação, respeitando o limite estabelecido no artigo 6º e nas leis orçamentárias de exercícios futuros, obedecidos o plano de desembolso mensal.

Art. 8º As despesas com execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 019/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 017/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 774

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação especialmente, mas não exclusivamente, na construção de tanques, visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

Art. 2° Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município, após o primeiro ciclo de produção, pelos produtores na forma de:

a) devolução integral em espécie;
b) devolução percentual em espécie;
c) produtos para instituições municipais;
d) em óleo diesel;
e) outras formas avençadas.

Art. 3° Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

Art. 4º O valor utilizado pelos produtores terá um custo (juros) de 0,50% (meio por cento) ao mês.

Art. 5º Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, piscicultores, localizados no Município de Holambra.

Art. 6º Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 7° Cada produtor terá direito a 250 (duzentos e cinqüenta) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques e atividades correlatas.

Art. 8º Os valores cobrados, a título de preço público, serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.

§1º. Os valores estipulados poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.

Continuação da Lei n.º 774/2013.

§2º. O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina.

Art. 9º Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção na qual o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Art. 10 Os recursos que comporão o programa referido serão oriundos das verbas próprias previstas no orçamento para a agricultura ou atividades rurais, previstas no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados, incluindo-se o programa no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento vigente.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 11 Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá ainda um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com freqüência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) no preço público cobrado para a implantação ou adequação do projeto.

Art. 13 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 026/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 016/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 773

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM AS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a filiar-se e contribuir mensalmente com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM, entidade nacional de representação dos Municípios do Estado de São Paulo; com a ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS - APM, entidade estadual de representação dos Municípios do Estado de São Paulo.

Art. 2º A contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município de Holambra, junto aos Poderes da União e Estados-membros, bem como, nas diversas esferas administrativas e órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo, para tanto, dentre outras, as seguintes ações:

I - integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II - participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III - representar os Municípios em eventos oficiais de âmbito nacional, regional ou microrregional ou local;

IV - desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com a(s) entidade(s) em valores mensais a ser estabelecido na Assembléia-Geral anual da mesma.

Parágrafo único: As entidades de representação prestarão contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas Assembléias Gerais.

Continuação da Lei n.º 773/2013.

Art. 4º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02 de janeiro de 2013.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 014/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 015/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 772

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO POVOS UNIDOS.

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, sem fins lucrativos, com atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, a ***Associação Povos Unidos***, inscrita no CNPJ sob n.º 10.014.471/0001-02, localizada na Alameda Mauricio de Nassau, n.º 249, centro, neste município de Holambra.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Maio de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 011/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 014/2013.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

LEI N.º 768

"DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA EM FARMÁCIAS E DROGARIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, CONTENDO ADVERTÊNCIA QUANTO AOS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO EM GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º- Ficam obrigadas as farmácias e drogarias, localizadas no município da Estância Turística de Holambra, a afixarem em local visível, próximo ao local de venda dos medicamentos, placa informativa com os seguintes dizeres:

"NÃO TOME REMÉDIO SEM O CONHECIMENTO DE SEU MÉDICO, PODE SER PERIGOSO PARA A SUA SAÚDE".

"TODO O MEDICAMENTO DEVE SER MANTIDO FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS".

Art. 2º- As placas ou cartazes, de que trata o "caput" do artigo 1°, devem ser confeccionados de acordo com critérios estabelecidos na regulamentação desta Lei, devendo ter dimensões suficientes para que as informações constantes nestas, possam ser lidas a boa distância, sendo afixadas em locais de ampla e perfeita visualização por parte dos clientes dos respectivos estabelecimentos.

Art. 3°- O Poder Executivo regulamentará a presente lei, em até 90 (noventa) dias.

Art. 4°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de março de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 008/2013: Senhor Vereador APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 009/2013.

PEDRO WANDERLEI GALLI
Diretor Administrativo

LEI N.º 767

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CLÍNICA TERAPEUTA RECANTO DA PAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e termos aditivos, para a liberação de recursos a título de subvenção para a Clínica Terapeuta Recanto da Paz - ME, situada na Rua José Fracalossi, n.º 119, Vila Camargo, no Município de Limeira – SP, inscrita no CNPJ n.º 10.344.671/0001-23.

Art. 2º O repasse será utilizado com o objetivo específico de execução pela entidade, de serviços na área de atendimento, tratamento e reabilitação de dependentes químicos moradores do município de Holambra SP, resgatando-os do vício e reintegrando-os novamente à sociedade.

Parágrafo Único - É condição obrigatória para a celebração do convênio e conseqüente recebimento dos recursos a apresentação, pela entidade, a comprovação de sua regularidade através dos seguintes documentos:

I – CNPJ;
II - Estatuto Social da entidade e suas alterações devidamente registradas em Cartório de Notas;
III - Ata da Eleição da Diretoria;
IV - Cópia do RG e CPF do representante legal da entidade;
V - Relatório Anual de Atividades de 2012;
VI - Plano de Trabalho da entidade para 2013;
VII - Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Receita Federal ***(www.receita.fazenda.gov.br)***;
VIII - Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Receita Estadual;
IX - Certidão de Regularidade junto à Receita Municipal;
X - Certidão de Regularidade expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ***(www.pgfn.fazenda.gov.br)***;
XI - Certificado de Regularidade do FGTS ***(www.caixa.gov.br)***;
XII - Certidão Negativa de Débitos no INSS ***(www.dataprev.gov.br/consultas/cons_empresas.shtm)***;
XIII - Comprovante de abertura de conta bancária específica para o Convênio;
XIV - Declaração de que a instituição dispõe de capacidade técnica necessária à implantação e funcionamento do projeto;

Continuação da Lei 767/2013.

XV - Declaração de que os contratados com recursos governamentais não são servidores públicos, nem membros da diretoria da instituição;

XVI - Prova da existência de quadro permanente de profissionais qualificados para execução ou manutenção das ações previstas no projeto;

XVII - Declaração de Utilidade Pública (caso tenha);

XVIII - Alvará de funcionamento do Município da sede da empresa;

XIX - Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

XX - Licenciamento da Vigilância Sanitária;

XXI - Qualificação do responsável técnico (nome, endereço, cargo ou função na entidade, formação profissional, CPF, RG, Certificado de Capacitação de dependência química, endereço residencial e telefone);

XXII – Informação da quantidade de vagas disponibilizadas para o Município;

XXIII - Cadastro da empresa no Conselho Estadual de Política sobre Drogas do Estado de São Paulo – CONED.

Art. 3º O Executivo Municipal deverá encaminhar cópia do Convênio ou Termo Aditivo assinado para a Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento dos mesmos, pelo Município.

Art. 4º O termo de convênio deverá estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que estabeleçam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sendo cláusulas essenciais:

a) qualificação das partes e seus representantes;
b) objeto;
c) obrigação dos partícipes;
d) valor;
e) condições para liberação de recursos;
f) indicação da dotação orçamentária e
g) prazo.

Art. 5º A Prefeitura somente fará a transferência, caso a haja comprovação na data da liberação dos recursos que a entidade se encontra em dia quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos.

§ 1º - Fica vedado a utilização dos recursos pactuados em finalidade diversa a mencionada no artigo 2º desta Lei.

§ 2º - A entidade deverá manter conta bancária específica para recebimento e utilização dos recursos.

Art. 6º A entidade deverá prestar contas anualmente dos recursos totais recebidos, não podendo ultrapassar o dia 31 (trinta e um) de janeiro do exercício seguinte, nos termos que dispõe a Resolução nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou outra que vier a alterá-la ou substituí-la.

Continuação da Lei 767/2013.

§ 1º – No corpo dos documentos originais das despesas deverá constar o número do convênio, a indicação do órgão concessor "PMETH", anotação do número do cheque ou ordem de pagamento, número da conta vinculada e data de pagamento; extraindo-se, em seguida, as cópias que serão juntadas na prestação de contas.

§ 2º – A conveniada deverá na prestação de contas atenderem as exigências do artigo 50 da Instrução nº 2/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 7º Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do convênio, correrão por conta de verbas próprias, vinculadas ao Departamento de Saúde, constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º As internações somente serão realizadas com encaminhamento médico, após avaliação e conduta médica realizadas pelo profissional competente do Departamento de Saúde do Município.

Art. 9º As entidades a serem conveniadas deverão atender rigorosamente os requisitos da Resolução – RDC nº 29, de 30/06/2011 ou outra que vier a alterá-la ou substituí-la, observando também as disposições sobre a Política Nacional Antidrogas.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02 de janeiro de 2013.

Art. 11 Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Março de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 005/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 008/2013.

PEDRO WANDERLEI GALLI
Diretor Administrativo

Continuação da Lei 767/2013.

MINUTA DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E A COMUNIDADE TERAPÊUTICA RECANTO DA PAZ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, inscrita no CNPJ sob n° 67.172.437/0001-83, com sede à Alameda Maurício de Nassau, n° 444, Centro, nesta cidade da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, FERNANDO FIORI DE GODOY, brasileiro, inscrito no CPF n° 144.337.148-36 e portador do RG n.° 17.664.396-5, doravante denominada CONVENENTE, e a CLÍNICA TERAPEUTA RECANTO DA PAZ - ME, doravante denominada CONVENIADO, entidade civil sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 10.344.671/0001-23, com sede à Rua José Fracalossi, n° 119, Vila Camargo, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, neste ato representado por DENIS FERNANDO AUGUSTO, brasileiro, inscrita no CPF n.° 078.777.358-12 e portadora do RG n.° 19.225.073, celebram o presente Convênio de Cooperação Técnica em conformidade com a Lei Municipal n° _____ e mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS

1.1. São objetivos do presente convênio de cooperação técnica, oferecer e dar condições para o desenvolvimento do programa de atendimento a usuários abusivos ou dependentes de álcool e outras drogas em modelo de Comunidade Terapêutica, articulado aos serviços municipais de saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A CLÍNICA TERAPEUTA RECANTO DA PAZ - ME disponibilizará um número mínimo de 02 (dois) leitos sendo 1 masculino e 1 feminino e uma estrutura de recursos humanos e recursos matérias compatível com o atendimento das necessidades desses pacientes, trabalhando em rede articulado ao Departamento Municipal de Bem Estar Social e às unidades municipais de saúde e buscando através do modelo de Comunidade Terapêutica, tratar, reabilitar e reinserir socialmente com apoio da rede de serviços de saúde e assistência social do município, usuários abusivos ou dependentes de álcool e outras drogas do sexo masculino, maiores de 18 anos, encaminhados pelos serviços de saúde do município.
2.2. Caso o Departamento de Bem Estar Social e as unidades municipais de saúde apontem a necessidade de abertura de novos leitos para atendimento da demanda municipal, as cláusulas deste convênio poderão ser revistas de comum acordo entre as partes e mediante a elaboração de um termo aditivo.
2.3. A eventual mudança de estabelecimento do CONVENIADO será imediatamente comunicada à CONVENENTE, que analisará a conveniência de manter os atendimentos ora CONVENIADOS em outro endereço, podendo a CONVENENTE rever as condições deste convênio e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.
2.4. A mudança do responsável técnico também será comunicada à CONVENENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

Continuação da Lei 767/2013.

3.1. A cooperação técnica ora conveniada será prestada diretamente por profissionais do CONVENIADO e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos itens 3.2.1 a 3.2.3.; desta cláusula, serão admitidos nas dependências do estabelecimento do convênio.
3.2. Para os efeitos deste convênio consideram-se profissionais do CONVENIADO:
3.2.1. O profissional que tenha vinculo de emprego com o CONVENIADO;
3.2.2. O profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços ao CONVENIADO ou, se por este autorizado;
3.2.3. O profissional que, não estando incluído nas categorias referidas nos itens anteriores, é admitido pelo CONVENIADO nas suas instalações para prestar o atendimento;
3.3. Equipara-se ao profissional autônomo definido no item 3.2.2 a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.
3.4. O CONVENIADO não poderá cobrar do paciente ou de seu acompanhante qualquer complementação ou valor pelo atendimento prestado nos termos deste convênio.
3.5. O CONVENIADO responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio.
3.6. É de responsabilidade exclusiva e integral do CONVENIADO a utilização de pessoal para a execução de objeto deste convênio, incluídos e encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculos empregatícios, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o CONVENENTE e, ainda, os atendimentos realizados não implicarão em vínculo empregatício e nem em exclusividade de colaboração entre o CONVENENTE e o CONVENIADO.
3.7. Os CONVENENTES se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do presente convênio ou de seus termos aditivos, sendo vedada, sem autorização por escrito dos mesmos, sua divulgação a terceiros dos conhecimentos técnicos específicos adquiridos e outros dados particulares a eles referentes.
3.8. As disposições de sigilo constantes desta cláusula não se aplicam quando qualquer informação, no todo ou em parte, se enquadrar nos seguintes casos:
3.8.1. As partícipes, por escrito, anuírem o contrário;
3.8.2. For comprovadamente e de forma legítima do conhecimento dos CONVENENTES em data anterior à assinatura do presente convênio ou de seus termos aditivos;
3.8.3. Tenha caído em domínio público antes de sua divulgação, ou mesmo após, desde que não tenha qualquer culpa dos CONVENENTES;
3.8.4. Tenha recebido legitimamente de um terceiro que licitamente não estava obrigado a guardar confidencialidade;
3.8.5. Por determinação judicial e/ou governamental para conhecimento de informações, desde que notificada imediatamente a outra partícipe.
3.9. Os CONVENENTES se comprometem a repassar aos seus servidores e empregados envolvidos no objetivo deste convênio ou de seus termos aditivos, as obrigações de sigilo aqui constantes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

4.1. Para o cumprimento do objeto deste convênio o CONVENIADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso necessário ao seu regular atendimento.
4.2. O CONVENIADO obriga-se, ainda, a:
4.2.1. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, observando-se as execuções preventivas em lei;

Continuação da Lei 767/2013.

11.2. A prorrogação da vigência nos exercícios financeiros subseqüentes dependerá de comum acordo entre as partes e da disponibilidade de dotações orçamentárias e financeiras.
11.3. Qualquer alteração do presente convênio será objeto de Termo Aditivo, formalizado de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente convênio terá como base legal a Lei Municipal n° _____ e, no que couber, se aplicarão os dispositivos constantes da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.
12.2. O presente convênio será publicado, por extrato.
12.3. As partes elegem o Foro Distrital Digital de Artur Nogueira da Comarca de Mogi Mirim – SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir questões oriundas do presente convênio que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

E, por estarem às partes justas e acertadas, firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de fevereiro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

DENIS FERNANDO AUGUSTO
Presidente

TESTEMUNHAS:

1)_____
NOME
CPF N.º

2)_____
NOME
CPF N.º

LEI N.º 766

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O PROJETO LAR FELIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e termo aditivo com o **Projeto Lar Feliz**, associação privada, sem fins lucrativos, cadastrada no CNPJ/MF n.º 04.515.175/0001-92, com sede na Estrada Municipal Camanducaia, Bairro Borda da Mata, Município de Jaguariúna - SP, Estado de São Paulo.

Art. 2º O objeto do presente convênio é oferecer acolhimento institucional provisório para crianças e adolescentes (0 a 18 anos de idade), **moradores do Município de Holambra,** afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento a família substituta.

Parágrafo Único - É condição obrigatória para a celebração do convênio e conseqüente recebimento dos recursos a apresentação, pela entidade, a comprovação de sua regularidade através dos seguintes documentos:

I – CNPJ;
II - Estatuto Social da entidade e suas alterações devidamente registradas em Cartório de Notas;
III - Ata da Eleição da Diretoria;
IV - Cópia do RG e CPF do representante legal da entidade;
V - Relatório Anual de Atividades de 2012;
VI - Plano de Trabalho da entidade para 2013;
VII - Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Receita Federal *(**www.receita.fazenda.gov.br**)*;
VIII - Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Receita Estadual;
IX - Certidão de Regularidade junto à Receita Municipal;
X - Certidão de Regularidade expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional *(**www.pgfn.fazenda.gov.br**)*;
XI - Certificado de Regularidade do FGTS *(**www.caixa.gov.br**)*;
XII - Certidão Negativa de Débitos no INSS *(**www.dataprev.gov.br/consultas/cons_empresas.shtm**)*;
XIII - Comprovante de abertura de conta bancária específica para o Convênio;

Continuação da Lei 766/2013.

XIV - Declaração de que a instituição dispõe de capacidade técnica necessária à implantação e funcionamento do projeto;

XV - Declaração de que os contratados com recursos governamentais não são servidores públicos, nem membros da diretoria da instituição;

XVI - Prova da existência de quadro permanente de profissionais qualificados para execução ou manutenção das ações previstas no projeto;

XVII - Declaração de Utilidade Pública (caso tenha);

XVIII - Alvará de funcionamento do Município da sede da empresa;

XIX - Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

XX - Licenciamento da Vigilância Sanitária;

XXI - Qualificação do responsável técnico (nome, endereço, cargo ou função na entidade, formação profissional, CPF, RG, Certificado de Capacitação de dependência química, endereço residencial e telefone);

XXII – Informação da quantidade de vagas disponibilizadas para o Município;

Art. 3º O Executivo Municipal deverá encaminhar cópia do Convênio ou Termo Aditivo assinado para a Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento dos mesmos, pelo Município.

Art. 4º O termo de convênio deverá estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que estabeleçam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sendo cláusulas essenciais:

qualificação das partes e seus representantes;
objeto;
obrigação dos partícipes;
valor;
condições para liberação de recursos;
indicação da dotação orçamentária e
prazo.

Art. 5º A Prefeitura somente fará a transferência, caso a haja comprovação na data da liberação dos recursos que a entidade se encontra em dia quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos.

§ 1º - Fica vedado a utilização dos recursos pactuados em finalidade diversa a mencionada no artigo 2º desta Lei.

§ 2º - A entidade deverá manter conta bancária específica para recebimento e utilização dos recursos.

Art. 6º A entidade deverá prestar contas anualmente dos recursos totais recebidos, não podendo ultrapassar o dia 31 (trinta e um) de janeiro do exercício seguinte, nos termos que dispõe a Resolução nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou outra que vier a alterá-la ou substituí-la.

Continuação da Lei 766/2013.

§ 1º – No corpo dos documentos originais das despesas deverá constar o número do convênio, a indicação do órgão concessor "PMETH", anotação do número do cheque ou ordem de pagamento, número da conta vinculada e data de pagamento; extraindo-se, em seguida, as cópias que serão juntadas na prestação de contas.

§ 2º – A conveniada deverá na prestação de contas atenderem as exigências do artigo 50 da Instrução nº 2/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 7º Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do convênio, correrão por conta de verbas próprias, vinculadas ao Departamento de Assistência Social, constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02 de janeiro de 2013.

Art. 10 Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Março de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 004/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 007/2013.

PEDRO WANDERLEI GALLI
Diretor Administrativo

Continuação da Lei 766/2013.

II. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO.

O controle e fiscalização da execução do presente convênio, ficará sobre a responsabilidade do Órgão Municipal pela execução da política de Assistência Social.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO.

A segunda convenente compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pela PRIMEIRA CONVENENTE, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data da ocorrência das seguintes hipóteses:

Não execução do objeto deste convênio e;

Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA DENUNCIA.

O presente Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer dos partícipes, serem denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, cada participe responderá pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES.

Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre a PRIMEIRA CONVENENTE, a SEGUNDA CONVENENTE e o Conselho Municipal de Assistência Social para prorrogação de prazo de vigência, ou suplementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Fórum Distrital Digital de Artur Nogueira, comarca de Mogi Mirim, neste Estado, para dirimir as eventuais questões oriundas e relativas a este convênio.

E, por estarem às partes de pleno acordo, aceitando todos os termos do convênio, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, XX de XXXXXXX de 2013

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

PAULUS VAN OPSTAL
Presidente da Entidade

TESTEMUNHAS:

1)_____
NOME
CPF N.º

2)_____
NOME
CPF N.º

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

LEI N.º 765

"Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal n.º 762/2013 é da outras providências".

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Art. 1º Da nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal n.º 762 de 18 de janeiro de 2013, no qual passa a vigorar com a seguinte redação:

> **"Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento com o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais da Estância Turística de Holambra – IPMH, no valor de R$ 687.941,99 (seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos), referente às competências de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2012 e 13° salário de 2012, em até 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 18/01/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de março de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 006/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 006/2013.

PEDRO WANDERLEI GALLI
Diretor Administrativo

Continuação da Lei 766/2013.

§ 1º – No corpo dos documentos originais das despesas deverá constar o número do convênio, a indicação do órgão concessor "PMETH", anotação do número do cheque ou ordem de pagamento, número da conta vinculada e data de pagamento; extraindo-se, em seguida, as cópias que serão juntadas na prestação de contas.

§ 2º – A conveniada deverá na prestação de contas atenderem as exigências do artigo 50 da Instrução nº 2/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 7º Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do convênio, correrão por conta de verbas próprias, vinculadas ao Departamento de Assistência Social, constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02 de janeiro de 2013.

Art. 10 Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Março de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 004/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 007/2013.

PEDRO WANDERLEI GALLI
Diretor Administrativo

Continuação da Lei 766/2013.

MINUTA DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E A ENTIDADE PROJETO LAR FELIZ.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, inscrita no CNPJ sob n° 67.172.437/0001-83, com sede à Alameda Maurício de Nassau, n° 444, Centro, nesta cidade da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, FERNANDO FIORI DE GODOY, brasileiro, inscrito no CPF n° 144.337.148-36 e portador do RG n.° 17.664.396-5, doravante denominada simplesmente PRIMEIRA CONVENENTE, e de outro lado, doravante denominado simplesmente SEGUNDA CONVENENTE, PROJETO LAR FELIZ, entidade de Assistência Social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob no. 04.515.175/0001-92 e devidamente inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguariúna, com sua sede administrativa na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, á Estância Recanto da Alvorada, s/n, Estrada JGR 316, Camanducaia, Bairro Borda da Mata, CEP: 13.825-000 neste ato representado pelo seu Presidente Senhor PAULUS VAN OPSTAL, holandês, casado, pastor, portador do CPF/MF N.º 221.292.478-06, RNE No. V249972-F, celebram o presente convênio que se regerá mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente Convênio tem por objetivo a ajuda, orientação, abrigar, acolher, proteger e reinserir na sociedade, crianças e adolescentes que se encontram em condição de vulnerabilidade, atendendo suas necessidades básicas de alimentação, saúde, higiene, vestuário, educação, lazer, apoio moral, social e espiritual em horário integral.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – O presente Convênio terá vigência pelo período de 12 (doze) messes, com inicio em 02 de janeiro de 2013 e término em 02 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado por iguais períodos, em havendo acordo entre as partes e a critério da PRIMEIRA CONVENENTE, até o máximo previsto em Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA PRIMEIRA CONVENENTE – A primeira convenente obriga-se a:

I – Transferir os recursos financeiros consignados na cláusula quinta do presente Convênio, mediante repasse;

II – apoiar tecnicamente o SEGUNDO CONVENENTE na execução das atividades, objeto do presente Convênio;

III – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pelo SEGUNDO CONVENENTE em decorrência do presente Convênio.

Continuação da Lei 766/2013.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO CONVENENTE – O segundo convenente obriga-se a:

I – executar o programa assistencial q que se refere a cláusula primeira, a quem deles necessitar, na conformidade do plano de trabalho;

II – Zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela PRIMEIRA CONVENENTE;

III – proporcionar amplas e iguais condições de acesso á população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;

IV – manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Convênio.

V – prestar contas a PRIMEIRA CONVENENTE no mês de janeiro do ano seguinte e aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo Município na prestação dos serviços objeto de presente Convênio, conforme estabelecido na cláusula primeira;

VI – manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, sempre á disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo de forma a garantir o acesso ás informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;

VII – assegurar á PRIMEIRA CONVENENTE as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto do presente Convênio, bem como prestar todas as informações que envolvam o presente convênio, sempre que solicitadas pela PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O valor a ser transferido pela PRIMEIRA CONVENENTE á SEGUNDA CONVENENTE em razão do presente convênio é de R$ 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais), mensais, por criança acolhida, devendo o pagamento ser efetuado no 5º (quinto) dia útil de cada mês subseqüente ao vencido, devendo ser depositado na conta do **PROJETO LAR FELIZ, BRADESCO, AG: 2935-1 C/C: 1300-5,** mediante a apresentação do recibo, será cobrado uma multa de 5% ao mês e 0,33 % de juros ao dia no caso de atraso no pagamento.

II - Será cobrada uma parcela adicional referente ao 13º. Salário no mês de Dezembro de cada ano, ou no mês de desabrigamento proporcional.

CLÁUSULA SXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I. Os recursos para cobertura das despesas relativas à execução das atividades objeto do presente convênio e que serão custeadas com dotações do orçamento municipal para 2013, terão a seguinte classificação orçamentária: 08.243.0011.2027 – 3.3.90.39.00.00.

Continuação da Lei 766/2013.

II. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO.

O controle e fiscalização da execução do presente convênio, ficará sobre a responsabilidade do Órgão Municipal pela execução da política de Assistência Social.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO.

A segunda convenente compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pela PRIMEIRA CONVENENTE, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data da ocorrência das seguintes hipóteses:

Não execução do objeto deste convênio e;

Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA DENUNCIA.

O presente Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer dos partícipes, serem denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, cada participe responderá pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES.

Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre a PRIMEIRA CONVENENTE, a SEGUNDA CONVENENTE e o Conselho Municipal de Assistência Social para prorrogação de prazo de vigência, ou suplementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Fórum Distrital Digital de Artur Nogueira, comarca de Mogi Mirim, neste Estado, para dirimir as eventuais questões oriundas e relativas a este convênio.

E, por estarem às partes de pleno acordo, aceitando todos os termos do convênio, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, XX de XXXXXXX de 2013

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

PAULUS VAN OPSTAL
Presidente da Entidade

TESTEMUNHAS:

1)_____
NOME
CPF N.º

2)_____
NOME
CPF N.º

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

LEI N.º 764

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 724 DE 18 DE MARÇO DE 2011."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - Fica alterada a Ementa da Lei nº 724/2011, que passa a ter a seguinte redação:

"INSTITUI O CALENDÁRIO DE EVENTOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".

Artigo 2º - O item 4 do Artigo 2º da Lei 724/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Artigo 2º** - (...)

4 – Dia do Rei, realizado anualmente no mês de abril."

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de março de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 003/2013: Senhor Vereador GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 005/2013.

PEDRO WANDERLEI GALLI
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

LEI N.º 763

"INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO O "DIA DO REI"."

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI":

Artigo 1º - *Fica instituído no calendário oficial do município o "DIA DO REI", a ser comemorado no dia 27 de abril, anualmente.*

Artigo 2º - *Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2014.*

Artigo 3º - *Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 383, de 02 de maio de 2001.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de março de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 002/2013: Senhor Vereador GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 004/2013.

PEDRO WANDERLEI GALLI
Diretor Administrativo

LEI N.º 762

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E PARCELAMENTO COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, comarca de Mogi Mirim, estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento com o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra – IPMH, no valor de R$ 687.827,02 (seiscentos e oitenta e sete mil oitocentos e vinte e sete reais e dois centavos), referente às competências de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2012 e 13° salário de 2012, em até 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas.

Art. 2º As condições de confissão de dívida e parcelamento estão estabelecidas conforme Minuta em anexo, que faz parte integrante da presente Lei, a ser assinado entre a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra – IPMH.

Art. 3º Para apuração do montante devido, os valores originais serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor de cada contribuição não recolhida, atualizados pelo índice IPCA e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Art. 4° As parcelas vincendas e vencidas serão atualizadas pelo índice IPCA, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5° As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias do orçamento suplementar se necessário.

Continuação da Lei n.º 762/2013.

Art. 6° O Poder Executivo firmará o Termo objeto do presente, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de janeiro de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei n.º 001/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 001/2013.

PEDRO WANDERLEI GALLI
Diretor Administrativo

Continuação da Lei n.º 762/2013.

TERMO DE ACORDO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Alameda Maurício de Nassau, n° 444, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 67.172.437/0001-83, doravante denominada **PREFEITURA**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. FERNANDO FIORI DE GODOY, portador do CPF nº 144.337.148-36 e do RG nº 17.664.396-5, e o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICIPAIS PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH**, situado na Rua Lazinho Fogaça, nº 174, Casa 1, Centro, Holambra - SP, bairro Centro, CEP 13.825-000, neste município, neste ato representado pelo Superintendente Chefe, Sr. CHARLES JOSÉ LOPES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 436.441.046-20 e do RG nº M-1.114.482, órgão direto no âmbito da Administração Municipal, instituído em 20/05/2002, pela Lei Complementar Municipal nº 127, de 20/05/2002, doravante denominado **IPMH**, com fundamento na Lei Municipal nº _____/2013, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O IPMH é credor junto à PREFEITURA da quantia de R$ 687.827,02 (seiscentos e oitenta e sete mil oitocentos e vinte e sete reais e dois centavos), correspondente às contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito à parte patronal, nos termos da Portaria MPS nº 402, de 10/12/2008, e prevista no art. 36 da Lei Complementar Municipal nº 127, de 20/05/2002, com as alterações dadas pela Lei Complementar n° 221, de 11/02/2011, a importância acima declarada, discriminada na planilha em anexo, que deste instrumento faz parte integrante.

Pelo presente instrumento a **PREFEITURA** confessa ser DEVEDORA do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

A **PREFEITURA** renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do **IPMH** de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

Os valores originais e atualizados da dívida, referentes às contribuições da parte patronal do período de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2012 e 13° salário de 2012, estão discriminados conforme planilha em anexo.

O montante total de R$ 687.827,02 (seiscentos e oitenta e sete mil oitocentos e vinte e sete reais e dois centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R$ 11.463,78 (onze mil quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), conforme determina a Lei Municipal nº ___, de ___/____/2013, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

Continuação da Lei n.º 762/2013.

A primeira parcela, no valor de R$ 11.463,78 (onze mil quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), vencerá em 16/02/2013 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se a **PREFEITURA** a pagar as parcelas na data fixada, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros legais de 1% (um por cento) ao mês e correção pelo índice IPCA, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

A **PREFEITURA** se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irretratável, assegurando ao **IPMH** a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que a **PREFEITURA** e o **IPMH** prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Correção

Os valores devidos foram atualizados pelo índice IPCA, acrescido de uma taxa de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além de multa de 2% (dois por cento), nos termos do que dispõe o Art. 38, inciso I da Lei Complementar n° 127/2002, com as alterações dadas pela Lei Complementar n° 221/2011, e as parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo índice IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA: Da Retenção

A **PREFEITURA** autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e o repasse ao **IPMH** na Agência n° 3143-7, Conta Corrente n° 10.728-X, do Banco do Brasil, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizado pelo índice IPCA, acrescido de multa de 2% e de uma taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês, na data do seu vencimento.

CLÁUSULA QUINTA - Da Rescisão

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;

b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes;

Continuação da Lei n.º 762/2013.

c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se a **PREFEITURA** à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga até a da inscrição da dívida.

CLÁUSULA SEXTA: Da Definitividade

A assinatura do presente termo pela **PREFEITURA** importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos art. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Publicidade

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou fixação em mural.

CLÁUSULA OITAVA: Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro distrital de Artur Nogueira, Comarca de Mogi Mirim – SP.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Estância Turística de Holambra, ___ de _____ de 2013.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

CHARLES JOSÉ LOPES
Superintendente Chefe do IPMH

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

VALORES PATRONAIS ATUALIZADOS PARA REPASSE - IPMH

BASE JULHO	PATRONAL 15,15%	MULTA 2%	JUROS 2 e 5%	ATUALIZAÇÃO IPCA	TOTAL	VENCTO
687.085,27	104.093,42	-	-	-	-	15/ago
pago 05/11 ----->	(80.168,47)	1.603,37	1.603,37	1.265,16	4.471,90	
	23.924,95	478,50	1.196,25	716,52	26.316,22	

BASE AGOSTO	PATRONAL 15,15%	MULTA 2%	JUROS 4%	ATUALIZAÇÃO IPCA	TOTAL	VENCTO
688.344,13	104.284,14	2.085,68	4.171,37	2.684,62	113.225,80	18/set

BASE SETEMBRO	PATRONAL 15,15%	MULTA 2%	JUROS 3%	ATUALIZAÇÃO IPCA	TOTAL	VENCTO
690.360,86	104.589,67	2.091,79	3.137,69	2.084,44	111.903,59	15/out

BASE OUTUBRO	PATRONAL 15,15%	MULTA 2%	JUROS 2%	ATUALIZAÇÃO IPCA	TOTAL	VENCTO
690.559,31	104.619,74	2.092,39	2.092,39	1.459,17	110.263,70	16/nov

BASE NOVEMBRO	PATRONAL 15,15%	MULTA 2%	JUROS 1%	ATUALIZAÇÃO IPCA	TOTAL	VENCTO
701.665,96	106.302,39	2.126,05	1.063,02	839,79	110.331,25	14/dez

BASE DEZEMBRO	PATRONAL 15,15%	MULTA 2%	JUROS 1%	ATUALIZAÇÃO IPCA	TOTAL	VENCTO
713.187,40	108.047,89	-	-	-	108.047,89	15/jan

BASE 13º SALÁRIO	PATRONAL 15,15%	MULTA 2%	JUROS 1%	ATUALIZAÇÃO IPCA	TOTAL	VENCTO
681.628,17	103.266,67	-	-	-	103.266,67	15/jan

VENCIDO	476.512,46
A VENCER 15/01	211.314,56
TOTAL DEVIDO	687.827,02

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH
Autarquia Municipal criada através da Lei
Complementar nº 127 de 20.05.2002

Rua Lazinho Fogaça, nº174 - Casa 1 - Centro - CEP: 13825-000 - Holambra - SP
CNPJ Nº 005.128.458/0001-11 Fone/Fax: (19) 3802-4110

...foram consideradas em percentuais para pagamento em janeiro/2013.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

OFICIO SP Nº 002/12 **Holambra, 15 de janeiro de 2013.**

Venho através deste apresentar relatório com valores devidos de Previdência Municipal (contribuição patronal) a esta Autarquia, desde a competência JULHO/2012.

Em caso de dúvida, nos colocamos a disposição para os esclarecimentos quanto à nossa contabilidade.

Atenciosamente,

CHARLES JOSÉ LOPES
SUPERINTENDENTE CHEFE

AO EXCELENTÍSSIMO SR. PREFEITO
FERNANDO FIORI DE GODOY
HOLAMBRA-SP

Rua Lazinho Fogaça, nº174 - Casa 1 - Centro - CEP: 13825-000 - Holambra - SP
CNPJ Nº 005.128.453/0001-11 - Fone/Fax: (19) 3902-4110